

PONTO &
VÍRGULA



Conselho Editorial

Ana Amélia da Silva
Carla Cristina Garcia
Carmem Junqueira
Dorothea Voegeli Passetti
Edgard de Assis Carvalho
Edison Nunes
Edson Passetti
Eliane Hojaij Gouveia
Guilherme Simões Gomes Júnior
Lucia Helena Vitalli Rangel
Lucia Maria Bógus
Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida
Maria Helena Villas Bôas Concone
Maria Margarida Cavalcanti Limena
Marisa Borin
Mariza Martins Furquim Werneck
Maura Pardini Bicudo Vêras
Mônica de Carvalho
Noêmia Lazzareschi
Rafael de Paula Aguiar Araújo
Rita Alves Oliveira
Rosemary Segurado
Salette Oliveira
Silvana Maria Totorá
Silvia Borelli
Teresinha Bernardo
Vera Lucia Michalany Chaia

Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

Lucia Maria Bógus
Vera Lucia Michalany Chaia

Editor

Rafael de Paula Aguiar Araujo, PUC-SP, Brasil

Organização do dossiê 100 anos de Revolução Russa

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Cartoon

Toni D'Agostinho

Revisão de texto

Deysi Cioccarì

Arte e Diagramação

Yasmin Mancini

Ponto-e-Vírgula: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0 .

Edição “100 anos da Revolução Russa”

No 21 - Primeiro semestre de 2017

Nota do editor	3
Cartoon - Toni D’Agostinho	4
Uma revolução proletária de curta duração e fortíssimo impacto Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida	5-20
Páginas feministas de Outubro Renata Gonçalves	21-35
Lenin e o “taylorismo soviético”: uma abordagem crítica Angela Lazagna	36-53
Sinuosos trilhos soviéticos: Alexandre Medvedkine e o cine-trem Rafael Fermino Beverari	54-67
The Historical Legacy of the October Revolution David Mandel	68-79
Outubro no seio do movimento negro nos EUA: da revolução à política de concessões Weber Lopes Góes	80-95
Documento - Para a questão das nacionalidades ou da “autonomização” Vladimir Lenin	96-105
Entrevista com José Arbex Pedro Fassoni Arruda	106-118

.....Nota do editor.....

A Revolução de 1917, que pôs fim ao czarismo na Rússia, não alterou a estrutura daquele país apenas. Um conjunto processual de modificações ocorreram a partir de então, o que serviu para inúmeras polêmicas e discussões em torno da ambivalência capitalismo e socialismo. Se por um lado a Revolução Russa permitiu uma série de avaliações e debates por parte do pensamento radical, por outro lado, a concretização da União Soviética serviu de base para críticas ideológicas por parte dos pensadores conservadores.

Fato é que o mundo foi modificado completamente, tanto pela polarização geopolítica, que ganhou materialidade com a Guerra Fria, quanto pela polarização ideológica que, de maneira diferente, ainda vemos presente.

O número 21 da Revista Ponto-e-Vírgula oferece aos leitores um dossiê com textos que têm no centenário da Revolução Russa sua inspiração. O primeiro artigo, escrito pelo professor Lúcio Flávio de Almeida, organizador dessa coletânea, faz uma avaliação do processo revolucionário bolchevique a partir das ideias de Louis Althusser. O texto de Renata Gonçalves faz uma avaliação da atuação das mulheres a partir do processo revolucionário.

Angela Lazagna analisa como o taylorismo foi aplicado na Rússia e as modificações que foram realizadas nesse modo de produção. Rafael Beverari analisa a interessante experiência do cine-trem, que percorreu o território soviético em 1932. O professor David Mandel faz um balanço do legado do processo revolucionário e das decisões assumidas pelos trabalhadores nele envolvidos. Weber Lopes avalia a emergência dos movimentos socialistas nos EUA inspirados pela Revolução de Outubro de 1917, especialmente a luta do movimento negro.

Ponto-e-Vírgula ainda apresenta uma nova tradução, comentada, do documento “Para a questão das nacionalidades ou da ‘autonomização’” de Vladimir Lenin, que certamente será uma importante contribuição aos pesquisadores da área. Por fim, o dossiê encerra com a entrevista de José Arbex Júnior, realizada pelo professor Pedro Fassoni Arruda.

Desejamos a todos uma boa leitura!

..... Toni D'Agostinho



Uma revolução proletária de curta duração e fortíssimo impacto

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida¹

Resumo: Em um aparente paradoxo, numerosas análises marxistas do processo soviético adotaram uma perspectiva personalista. Neste artigo, a inspiração teórico-metodológica é althusseriana, especialmente no que se refere a um conceito não-economicista de modo de produção e à importância dos aparelhos ideológicos. O objetivo é contribuir para uma análise mais objetiva do momento mais profundo (1917-1922) da revolução bolchevique.

Palavras-chave: Proletariado; Luta de classes; Revolução; Processo soviético.

Abstract: In an apparent paradox, numerous Marxist analyzes of the Soviet process adopted a personalist perspective. In this article, the theoretical-methodological inspiration is Althusserian, especially regarding a non-economicist concept of mode of production and the importance of ideological apparatuses. The aim is to contribute to a more objective analysis of the deeper moment (1917-1922) of the Bolshevik revolution.

Keywords: Proletariat; Class struggle; Revolution; Soviet process.

¹ Professor do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP; coordenador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS); autor de *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2014.

Luta de classes e luta política

Marx e Engels (1988, p. 75) escrevem, em um de seus textos mais célebres, que “toda luta de classes é uma luta política”. Apesar do que supõe grande parte dos intérpretes, a afirmação não significa que toda e qualquer luta operária seja política. Não abordaremos aqui, a problemática teórica de Marx anterior a 1845 (Althusser, 2015, p. 25). Tampouco faremos um exame sistemático do uso desses dois conceitos (luta de classes e luta política) na obra posterior. Não se trata, portanto, de uma abordagem sistemática dos recursos ao conceito de classe social em qualquer fase da obra de Marx ou mesmo no próprio *Manifesto Comunista*, tarefa à qual ainda pretendemos nos dedicar. Nossa escolha, aqui, se deve a três motivos, dois dos quais mais imediatos e outro (o terceiro) de ordem mais teórica: 1) A frase citada acima está no *Manifesto Comunista* e orienta explicitamente toda a elaboração do mesmo; 2) não por acaso, pois se trata de um texto voltado explicitamente para “a organização do proletariado em classe” capaz de dirigir uma revolução socialista que conduza à construção de uma sociedade sem classes. 3) O momento privilegiado deste processo é fundamentalmente político, o que implica explicitar a posição conceitual que adotamos: a estrutura política é, por um lado, um nível específico e, por outro, o nível crucial onde se refletem e se condensam as contradições de uma formação social (POULANTZAS, 1977, p. 38).

Para diversos críticos de Marx, as lutas e classes se extinguíram ou, pelo menos, não mais ocorrem no núcleo do sistema capitalista, refugiando-se nos países dependentes. Isto merece exame metucioso, o que não será feito aqui. Apenas observamos que estas críticas ignoram não apenas as diferenças entre os estágios concorrencial e imperialista do capitalismo como entre as fases do imperialismo.

A fase de transição da etapa concorrencial para a imperialista é ininteligível sem a referência a fortes lutas de classes, como as que resultaram em revolução na Rússia e fascismos na Alemanha e na Itália (POULANTZAS, 1978 a, pp. 57-9). Na segunda fase do imperialismo, que se inicia com o final da segunda grande guerra, fortes lutas proletárias em países imperialistas europeus exigiram novas funções do Estado, inclusive com mudança nos padrões de legitimidade que permitissem incursões extraterritoriais na neutralização das lutas de classes, caso, por exemplo, da OTAN e do que viria a ser a União Europeia (POULANTZAS, 1978b, p. 85).

Em relação à segunda crítica, observamos que a expansão do capitalismo produziu um forte processo de transnacionalização deste modo de produção por diversas

formações sociais que se entrelaçam de diferentes modos com as metropolitanas. Dois grandes ciclos de lutas proletárias que ocorreram na América do Sul – nos anos 1960-70, no Chile e, nos 1970-80, no Brasil - tiveram seus determinantes fundamentalmente internos, mas se inseriram profundamente em uma teia de determinações internacionais. Na atual fase do imperialismo, marcada por forte crise econômica, política e ideológica, é, no mínimo, temerário afirmar que as lutas de classes não se intensificarão tanto na área da União Europeia (formações sociais dependentes inclusas), como nos Estados Unidos da América.

Enfim, se na época de Marx o capitalismo estava fundamentalmente restrito a povos considerados brancos (o que não evitava o racismo em relação aos operários), ele, ao se espriar, inseriu em suas relações básicas povos de diversas etnias (inclusive cor da pele), assim como agigantou os contingentes femininos do proletariado e do subproletariado (e mesmo da burguesia). Isto significa que certas determinações, como as étnicas e de gênero passaram a mais fortemente sobre as relações de classes no contexto do imperialismo².

Não pretendemos, absolutamente, afirmar que os nexos entre estas dimensões estão plenamente elucidados. Apenas destacamos o caráter processual e relacional do proletariado, o que pressupõe uma superação do economicismo que abra caminho para a incorporação das lutas políticas e ideológicas. Isto inclui a referência ao Estado burguês e a destruição e substituição deste por um semi-Estado proletário, bem como à construção de novos aparelhos ideológicos adequados ao exercício de um novo poder político. (ALTHUSSER, 1996; BETTELHEIM, 1976, pp. 223-306; ALMEIDA, 2016, pp. 71-95).

Proletários: entre a reprodução e a ruptura

Coletivos que se constituem a partir fundamentalmente da posição de produtores diretos no modo de produção capitalista podem ser funcionais para a reprodução deste modo de produção ou, no limite oposto, forças dirigentes de uma revolução anticapitalista. Neste texto, sugerimos, em primeiro lugar, que “trabalhador”/”operário” se refira à dimensão predominantemente funcional dos produtores diretos para a reprodução do capitalismo: e que “proletariado” tenha um sentido politicamente mais abrangente, pois também pode se constituir como um coletivo que atua no sentido revolucionário anticapitalista. Neste sentido, a forte tensão do conceito de proletariado é típica de um

² Estas questões relacionadas com a permanência e abrangência do conceito de classes sociais são, ao meu ver, abordadas com excessiva condescendência por Balibar (1988).

sujeito que, longe de homogêneo e harmônico, é dotado de contradições internas e cujos processos de constituição se desenvolvem desigualmente.

Após a quase petrificação da teoria política marxista durante o stalinismo, as contribuições desta questão pela corrente althusseriana permanecem valiosas. Também em radical ruptura com o economicismo considera-se o operariado a partir de múltiplas determinações, várias das quais contribuem para sua maior fixação como funcional e outras para o processo de sua constituição como classe revolucionária.

A este respeito, vale a pena retomar, mesmo que rapidamente, alguns avanços fundamentais. O primeiro deles é a tentativa de sistematizar o estudo das fontes dessas determinações, o que passa por um conceito de modo de produção que também não seja economicista. Este, longe de se reduzir a uma única estrutura, a econômica, que circularia por todos pontos do “sistema”, é constituído pela sua articulação com a jurídico-política e a ideológica. Tampouco o Estado burguês é pensado como uma instância puramente repressiva. Ao contrário, ele constitui os agentes da produção como indivíduos livres e iguais, o que contribui para bloquear o processo de organização dos trabalhadores diretos como classe distinta e antagônica à burguesia e a ele próprio, o Estado, ou seja, o principal centro de organização da dominação política burguesa. Em outros termos, o complexo processo de constituição do proletariado é visto como indissociável da própria luta política contra o Estado burguês.

Também a estrutura ideológica exerce um papel no sentido de interpelar os trabalhadores diretos (para ficarmos neste caso) enquanto, por exemplo, adeptos desta ou daquela religião, dotados de certos vínculos familiares, adeptos de um clube esportivo, sexuados, pertencentes a uma etnia, cidadãos, contribuintes etc. Em suma, produz-se um jogo de interpelações que contribuem, no fundamental, para reforçar a reprodução das relações de exploração e dominação de classe (THERBORN, 1996). Se levamos em conta as formações sociais, com sua complexa articulação de modos de produção, este repertório de interpelações, ao operar em uma teia mais multifacetada de relações sociais, fica bem mais intrincado.

Creemos que, no geral, estas observações preliminares são suficientes para superar uma concepção demasiado simples (em geral, economicista) das relações entre classe e organização política³. Mas se abre uma questão que, também longe de examinar em profundidade, somente mencionarei para expressar a posição que adoto.

³ A começar pelo caráter singular ou plural desta organização.

Por um lado, muitos marxistas parecem ignorar que o capitalismo se reproduz e veem o sistema sempre à beira de uma revolução. Neste sentido, não apenas desconsideram que, historicamente, a dominância deste modo de produção se expande há cerca três séculos; mas também, no plano teórico, que a mais importante obra de Marx, *O Capital* contempla amplamente do ponto de vista da reprodução a estrutura econômica deste modo de produção⁴.

Como vimos, o proletariado é, em ampla medida, funcional para a burguesia, o que possibilita que o modo de produção capitalista se reproduza. Neste sentido, “uma teoria política comunista deveria refletir sobre o nexos reprodução-revolução, sobre a transformação da luta operária em luta revolucionária” (PORCARO, 200, p. 76). Tal esforço deveria levar em conta a contradição interna ao fim, ao objetivo, da luta comunista que emerge no processo de reprodução”, numa dinâmica que exige, por si só, uma constante reavaliação “das relações de forças ‘atuais’ entre as classes”. Estamos longe de um processo linear⁵.

Esta dupla e contraditória dimensão já havia sido levada em conta, com imensa maestria, por Marx (s/d), ao redigir a mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (A. I. T), em 1864, após a derrota da onda revolucionária de 1848; pelos bolcheviques ao se recusarem a acompanhar a maré nacional-belicista que tomou conta também da classe operária às vésperas e na primeira fase da I Guerra Mundial; e, em março-abril de 1917, por Lenin (s/d; 1917), ao perceber a nova correlação de forças que se constituiu na Rússia após a revolução de fevereiro/março.

Se o escrito acima faz sentido, é necessário retomar a dupla e contraditória dimensão de proletariado. Como despojado da posse e da propriedade dos meios de produção, embora constituído, nos planos jurídico-político e ideológico, como indivíduo livre e igual aos demais, o que o torna, neste âmbito, igual ao burguês, tornando-se ambos cidadãos civis⁶. E enquanto coletivo organizado política e ideologicamente em uma determinada luta contra a dominação burguesa. Aqui se trata de uma contradição real que

⁴ O que implicou considerar a presença indireta, no econômico, dos efeitos de outras estruturas e levar em conta o caráter potencialmente antagonístico presente na determinações por este todo complexo com dominância.

⁵ Não somente fazemos uma interpretação um tanto livre das teses de Porcaro como é preciso levar em conta que o autor, ao relançar seu artigo dezessete anos depois, acrescentou um pos-scriptum carregado de autocríticas (id., pp. 78-81).

⁶ Ficam em aberto, pois dependentes da correlação de forças, as conquistas das cidadanias política e social. A este respeito, Saes (1998; pp. 15-50).

não se reduz ao plano das ideias nem se resolve pelo simples desenvolvimento das forças produtivas nem pela vontade de uma direção. Esta contradição atravessa as próprias relações entre partido(s) operário(s)/proletário(s) e demais subaparelhos ideológicos no contexto de avanços das lutas dos produtores diretos, de suas relações com outras classes, com o Estado burguês. Enfim, nos processos de tentativas de transição, essa contradição também atravessa os dispositivos de exercício de poder político pelo proletariado.

Em outros termos, o processo de constituição do proletariado em classe é sinuoso, relacional, contraditório e desigualmente desenvolvido, o que se aplica inclusive a períodos revolucionários.

O processo soviético

Longe de serem frutos de formulações abstratas elaboradas por intelectuais contemporâneos, estas questões estiveram presentes já no início do processo revolucionário de outubro de 1917 e foram vividas de modo dramático e decisivo até meados dos anos 1920.

Começemos por três aspectos que já se destacaram na Revolução de 1905. O primeiro foi a extraordinária capacidade de luta de um proletariado que, mesmo diante da mortandade produzida pelo czarismo, insistia em se manter de pé e parecia renascer das cinzas. Repressão que – e este é o segundo aspecto – era feita por um Estado fortemente marcado por uma série de características pré-capitalistas, o que assinalava, desde então, a extrema complexidade das revoluções que marcaram o século XX. Enfim, o uso da palavra “proletariado”, aqui, está longe de ser casual: de fato estas lutas produziram um salto no patamar organizativo dos trabalhadores diretos com a criação dos sovietes – conselhos de operários fabris – que se propagariam entre soldados e camponeses. A Revolução de 1905 produziu uma forma de organização que expressava grande avanço *político* no processo de constituição do proletariado como classe e, mesmo na ausência de um programa revolucionário bem definido e (o que é importantíssimo) redefinido segundo as mudanças das lutas de classes, significava que aquelas relações predominantemente funcionais entre os trabalhadores diretos e os proprietários dos meios de produção estavam em vias de serem superadas.

Nove anos mais tarde, quando eclodiu a Grande Guerra, no interior do Império Czarista, a exemplo do que ocorreria em praticamente toda a Europa, os agrupamentos políticos influenciados pelo marxismo aderiram aos “seus” respectivos Estados, com

uma importante exceção: os bolcheviques, fração do Partido Socialdemocrata Russo, contrariamente aos mencheviques, adotarem, depois de muito debate (BROUÉ, 1972, pp. 106-110), o programa de transformar a guerra imperialista em uma guerra civil revolucionária. Embora numericamente insignificantes, os bolcheviques estavam muito bem preparados para o que se propunham e atuavam em um terreno privilegiado: a ausência, no moribundo Império Czarista, de consolidados aparelhos (repressivo e ideológicos) de reprodução do poder burguês⁷ e a presença de dispositivos que reproduziam a memória de uma forte insurreição proletária que fora vencida, porém não desqualificada.

Isto não significa que o programa dos bolcheviques em relação ao Império Czarista fosse o de uma imediata revolução socialista. Ali se tratava de uma etapa democrático-burguesa – dirigida pelo proletariado –, a qual criaria as condições, especialmente um contexto marcado pela revolução socialista internacional (com eixo no Ocidente Europeu) para uma nova etapa revolucionária. Todavia, em contrapartida ao forte nacionalismo que se espraiou pelo que se esperava que fosse o epicentro da revolução, nesse Império a surpresa foi mais favorável: forte insurreição operária e popular, com a retomada da presença, em maiores dimensões, dos soviets. A etapa democrático-burguesa foi rapidamente superada e se produziu uma crise revolucionária na qual os soviets se recompuseram de modo muito mais amplo e, em uma conjuntura bem mais complexa, se confrontavam objetivamente com as forças que dirigiam o processo de constituição do Estado no bojo da revolução burguesa.

Em abril de 1917, Lenin defendeu, para surpresa geral, inclusive dos bolcheviques, a tese de que havia na Rússia um duplo poder: o que se materializava no aparelho institucional de Estado e o dos soviets. Ora, a comanda “Todo o poder aos soviets” implicava, de certo modo, a premissa de que o proletariado avançava no sentido de conquistar o poder político. Ou seja, tornava-se um adversário à altura do Estado burguês e capaz de organizar um novo poder político de classe. A rigor, como observa Bettelheim (1976, p. 111), esta possibilidade estava contemplada desde julho de

⁷ Neste sentido, as interpretações convencionais de uma célebre passagem de Gramsci, (“no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa...”) merecem relativização. Consideram que o Estado burguês estava consolidado e que a sociedade civil é, em princípio, “neutra”, ou seja, que o seu conceito não se refere, naquele texto, à hegemonia/ausência de hegemonia burguesa. Em outros termos, ignoram que, ao longo de 1917, o próprio avanço das lutas proletárias e populares também no plano ideológico – o que se expressa na atuação partidos, jornais, correntes de opinião etc. – travou o processo de constituição dessa hegemonia burguesa. Agradecemos a Marcos del Roio, da UNESP-Marília, o qual não é responsável pelos eventuais equívocos aqui cometidos, a troca de ideias que tivemos sobre Gramsci e o processo soviético.

1905, com a publicação, por Lenin, de *As duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática*, o que não evitou um surto de hesitação entre os bolcheviques. Mas, em um processo marcado por intensos debates internos, apostaram na capacidade de direção proletária do campesinato com vistas à nova etapa da revolução.

Em uma situação totalmente nova, a começar pela presença aberta e ativa, em plena guerra, de inúmeras correntes políticas de esquerda, o partido bolchevique demonstrouse capaz de atualizar sua linha política e sinalizar meios concretos de resolver a crise em favor da revolução e não do esmagamento desta por forças internas e externas ao território do Império recém-extinto. Em seu opúsculo *O Estado e a Revolução*, escrito, na clandestinidade, em agosto-setembro de 1917, Lenin referiu-se à observação de Engels sobre o cuidado da burguesia francesa em desarmar os operários após cada revolução. E, logo em seguida, alertou que, ao discursar em 9 de junho do mesmo ano, o menchevique Tseretelli cometeu “a imprudência de anunciar” e aprovar como uma “necessidade ‘política’ em geral” a decisão da burguesia de desarmar os operários de Petrogrado” (LENIN, 2007, p. 92)⁸.

Ao longo de 1917, os bolcheviques não tiveram peso na primeira revolução, que, aliás, ninguém previu, (BROUÉ, 1972, p.114), não criaram os sovietes nem foram os responsáveis exclusivos pelo aprofundamento de uma crise revolucionária. Mas se inseriram nesta de um modo original, conquistaram a maioria entre os sovietes e, apesar da presença praticamente nula no campo, onde vivia 80% da população (ANDERSON, 2010, p.61), desbloquearam a aliança com o campesinato pobre e médio. Em suma, desempenharam um importantíssimo papel no aprofundamento – em vez da extinção cruenta – daquela crise, contribuindo para o avanço do processo de constituição do proletariado como classe. Como observou Althusser (2015, p. 76), a Rússia estava “grávida de duas revoluções”. Uma “burguesa em atraso na véspera de uma revolução proletária”. Daí a incapacidade, “mesmo adiando uma, de conter a outra”. Lenin percebeu “nessa situação sem saída (para as classes dirigentes), as *condições objetivas*” e o partido bolchevique foi constitutivo das “condições subjetivas (...) contra este elo fraco da corrente imperialista”. Mostrou-se que, em condições objetivas determinadas, a derrocada do poder político burguês por uma revolução proletária, tal como Marx e Engels havia teorizado em termos bastante gerais no segundo capítulo do *Manifesto do Partido Comunista*, podia se realizar.

⁸ Tseretelli liderava o bloco constituído pelos menchevique e socialistas revolucionários (id., ibid.). A respeito do risco de massacre do movimento operário e popular pelo governo provisório, ver a arguta análise feita por Mandel (1917).

Esta complexa e contraditória relação entre o funcional e o revolucionário não se restringe ao plano das ideias, nem mesmo das “visões de mundo”. Materializam-se como práticas que se constituem e reproduzem de modo ampliado (ou involuem e se extinguem) no interior de aparelhos ideológicos. Uma compreensão mais profunda do processo soviético deve passar pelo exame acurado das relações entre o aparelho estatal em fase de constituição (e decomposição) durante o breve período da revolução democrático-burguesa; os soviets que se reconstituem de modo mais amplo e profundo ao longo de 1917; e o partido bolchevique⁹. Nos três casos, o processo teve marchas e contramarchas, especialmente com as Jornadas de Julho, que desembocaram em aparente consolidação do aparelho estatal, séria derrota dos bolcheviques e maior ainda dos soviets. Mas, no final de agosto, após o fracasso do golpe de Kornilov, a retomada da ascensão política dos soviets, em sincronia com seu processo de bolchevização, abriria o caminho para a tomada do poder em 25-26 de outubro (TROTSKY, 2007, pp.729-31;1016-1037; REIS FILHO, 1996, p.69).

Com o partido bolchevique, os soviets (inclusive de soldados e camponeses) e, principalmente, as massas operárias em ligação direta com o primeiro, a derrubada de um poder político burguês ainda não consolidado ocorreu com relativa facilidade¹⁰. A insurreição foi o ponto culminante de um processo revolucionário considerado por seus principais dirigentes apenas o primeiro momento de uma revolução internacional.

Isto não deve obscurecer as sérias limitações do partido bolchevique. Já vimos que era frágil junto ao campesinato. E, como, observa Bettelheim (1986, pp. 89-90), mesmo em relação à classe operária, o papel ideológico que exerceu foi mais premido pelas injunções políticas da conjuntura: predominaram os “interesses imediatos” sobre o envolvimento com “propostas embasadas em um conhecimento profundo das estruturas sociais e de como transformá-las”. Não por acaso, Lenin, em suas *Teses de Abril*, deixou claro que “nossa tarefa *imediate* não [era] ‘introduzir’ o socialismo, mas apenas passar imediatamente ao *controle* da produção social e da repartição dos produtos pelos soviets de deputados e operários”. (LÊNIN: s/d: 1917, apud BETTELHEIM, 1976, p. 90).

⁹ A rigor, seria preciso examinar também os demais partidos e organizações existentes no período, além de outros aparelhos ideológicos, como, por exemplo, a Igreja Ortodoxa, a Guarda Vermelha (ligada aos bolcheviques) e, o *mir*, já em acentuado processo de desagregação e que, como observa Bettelheim (1976:193), funcionava como um aparelho político-ideológico dos camponeses abastados.

¹⁰ A respeito da tomada de Petrogrado e do Palácio de Inverno em Petrogrado, principal centro da Revolução de Outubro, cheia de trapalhadas militares, mas politicamente bem-sucedida e incruenta, ver a exposição ao mesmo tempo irônica, crítica e calorosa feita por Trotsky, (2007, caps. 43-6).

O processo revolucionário logo se deparou com sérios obstáculos, alguns dos quais foram enfrentados com muita ousadia e criatividade. Mas, no seu conjunto, eram intransponíveis, dada a correlação concreta de forças, inclusive no plano teórico-ideológico. Mencionemos rapidamente dois obstáculos fundamentais: 1) ao contrário do que previam os bolcheviques, a revolução foi derrotada no plano internacional (leia-se, em termos imediatos, “europeu”); 2) esta derrota favoreceu terrivelmente o cerco e a intervenção de Estados estrangeiros, além da guerra civil.

A partir de então, os impactos da guerra imperialista se fizeram valer contra o proletariado e os aparelhos de que dispunha, tanto os criados por iniciativa direta (os soviets) como aquele ao qual se “fundiu” (o partido bolchevique)¹¹. A força desses impactos produziu um extraordinário rebaixamento das possibilidades revolucionárias.

Por um lado, não faltou extraordinária e diversificada inventividade cultural que se voltasse para a revolucionarização dos mais diversos aparelhos ideológicos. Mencionemos apenas o construtivismo no relativo à arquitetura e ao urbanismo. Kopp (1990, p.76) observa que o “‘conceito de modo de vida’, de ‘reconstrução do mundo’, como se dizia na época [foi] a base da maior parte das pesquisas dos anos vinte”, com objetivos que iam além “do estrito domínio da arte”. No final da década, em Moscou e “alguns centros industriais”, surgiram “residências-comunitárias, clubes operários, cozinhas-fábrica e outros edifícios, que testemunhavam ao mesmo tempo uma reviravolta na arquitetura” com vistas a “introduzir o novo modo de vida na realidade soviética” (id., p.106). Durou pouco, mas houve um período em que, consoante a advertência de Maiakovski, o construtivismo tomou cuidado para não se tornar “outra escolha estética”, chegando, inclusive a se envolver em um riquíssimo debate sobre o que seria um espaço urbano mais adequado a um processo revolucionário que, longe de se restringir à transformação das relações e produção, afetaria o conjunto das relações sociais (id., 91; passim).

Mas o impulso deste e de outros movimentos de transformação do modo de vida não contou com a adesão da esmagadora maior parte do campesinato nem da “imensa maioria das outras camadas sociais” (Id., p. 87). Tampouco se integrou a um profundo processo de revolucionarização de amplos contingentes do proletariado. No campo e na cidade, as amplas massas gastavam suas energias na busca da sobrevivência (KOPP, 1979, p.76). Procura nada fácil se considerarmos os obstáculos já mencionados.

Em 1919, Lenin, no VII Congresso do Partido Comunista (b)R, alertou para três questões imediatas e candentes: a fome o abastecimento e o ... piolho:

¹¹ Não mencionemos o Estado-comuna, que não saiu do plano das intenções.

Nosso terceiro problema é a luta contra os piolhos, contra os piolhos que transmitem o tifo. Tifo, em uma população que está esgotada pela fome, está doente, não tem pão, sabão ou combustível, pode gerar uma calamidade que impedirá nossa luta contra qualquer tipo de desenvolvimento socialista. Este é o primeiro passo em nossa luta pela cultura e, também, é uma luta pela existência. (LENIN, 2002;1919)

Tarefas urgentes não faltavam e o pessoal em condições de realizá-las não era tão numeroso assim. Daí a frequência das mobilizações de “tudo” e de “todos” para a realização de tarefas prementes: “Tudo pelo abastecimento!”, “Tudo pelas colheitas!”, “Tudo pelo combustível!”, “Tudo pelos transportes!” (...) “Todos contra Koltchak!”, “Todos contra Deninkine!”. (LINHART, 1977, p.17).

Não havia tantos assim e o modo como foram mobilizados contribuiu para uma série de problemas que degradaram ainda mais o mundo industrial, seja quanto ao aspecto físico, seja no tocante às relações sociais, inclusive ao número e à composição do proletariado. A rápida mobilização do maior empenho de “todos” incidiu fundamentalmente sobre os proletários mais aguerridos e mais criativos, o que, por si só, contribuiu para deprimir estas características no conjunto dos restantes.

Como observa Bettelheim (1976:158), “o proletariado russo (...) foi literalmente desintegrado durante os anos da guerra civil, e continuou desintegrando-se no início da NEP”¹². Em 1922, havia apenas 4,6 milhões de operários empregados, (2 milhões nas atividades industriais), no lugar dos 11 milhões que existiam em 1913. E a composição se alterou profundamente. Muitos dos mais combativos morreram nas diversas frente de luta; outros se deslocaram para “os aparelhos do partido, dos sindicatos e do Estado”. Além dos que, “nos grandes centros industriais”, simplesmente abandonaram as fileiras da classe operária, devido ao desemprego ou à crise alimentar, retornando aos seus povoados de origem”. Na contramão, pessoas “de origem burguesa e pequeno-burguesa, geralmente hostis à ditadura do proletariado, penetraram nas fileiras da classe operária para se beneficiarem das rações dos trabalhadores manuais ou para tentarem ocultar sua origem de classe” (id., ibid.).

Na medida em que a questão do abastecimento se tornou vital, a tendência ao produtivismo se fortaleceu e se sobrepôs às que enfatizavam processos de politização. Para se produzir mais, intensificaram-se padrões autoritários, com a separação de tarefas

¹² Carr (1966, p.196) observa que, já no VII Congresso do Partido, em março de 1918, Bukharin falou sobre a “desintegração do proletariado”. O mesmo autor faz um impressionante balanço da degradação do mundo industrial russo durante o período do Comunismo de Guerra (Carr, 1966, pp. 176-229).

direção (cada vez mais centralizadas) e de execução, o que implica sérias dificuldades para a transformações de aparelhos ideológico (inclusive os entranhados no universo fabril) em lugares cruciais para o processo de transição.

A questão se tornou ainda mais complexa com a militarização do trabalho e, em um processo que se reforça com o final da NEP, de inserção de contingentes oriundos do ex-campesinato rico (*kulaks* expropriados) na indústria. Numa espécie de inversão perversa, a condição operária tornou-se, em diversas situações, objeto de desconfiança e desprezo (LINHART, 1977, p. 177).

Os quadros comunistas eram minoritários no interior de um aparelho de Estado que não parava de crescer e funcionava com grande autonomia em relação aos que pretendiam que ele se prestasse ao exercício de um poder político de um proletariado em refluxo. Lideraram uma revolução, mas, para deslançarem, precisariam realizar “uma obra inteiramente nova” que seria “incrivelmente difícil” se “os camaradas operários dos países mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista não [os] ajudassem rapidamente” (LENIN, 1980;1922, p.575).

Nas condições difíceis em que se encontravam, era outro o “totalmente novo” que surgia e sobre qual ninguém tinha escrito uma só linha: o capitalismo de Estado sob um poder proletário (Id., p. 582). Diante deste, o Estado assemelhava-se a um carro que
 não vai para onde o dirigem, mas para onde o dirige alguém, algo de ilegal, algo de ilegítimo, sabe Deus de onde veio, talvez os especuladores, talvez os capitalistas privados, ou talvez uns e outros (...) Isto é o essencial que é preciso recordar quanto à questão do capitalismo de Estado (Id., p. 581-2).

E, contra a insistência de diversos membros do partido em organizarem de modo unitarista, e não federativo, com nítida predominância da Rússia, as diversas nacionalidades menores, Lenin advertia, em texto ditado para suas secretárias, que o Estado saído da Revolução de Outubro ainda estava longe de ser socialista. Era o mesmo “velho aparelho da Rússia, o qual (...) nós emprestamos ao tsarismo e mal começamos a engraxar” (LENIN, 2017; 1922).

Talvez seja o momento de observar que, também “embaixo”, havia um “totalmente novo” cuja abordagem não pode se restringir à dimensão prática: quais lutas desenvolver, nas condições concretas do início do processo revolucionário soviético, no interior e a partir do espaço produtivo de modo, de modo a que este se tornasse menos adverso à reconstituição de um proletariado revolucionário?

Com a inserção do partido comunista em um sistema de aparelhos (repressivo e ideológicos) de Estado, ou seja, cada vez mais imbricado nas relações de separação entre os trabalhadores diretos e os meios de produção, não havia lugar para os sovietes ou aparelhos ideológicos similares. Cresceu o descompasso entre um partido revolucionário e um proletariado que, se tornaria, no dizer de Linhart, (1977, p. 165), inencontrável.

O próprio Lenin, com seu apurado senso prático e inquietação teórica, atribuía cada vez menos, ao longo deste processo, à maioria daqueles trabalhadores a condição de revolucionários. Ao criticar, em 30 de dezembro de 1922, os que, em nome do internacionalismo, defendiam, na prática, a subordinação das nacionalidades menores à Rússia¹³, alertava para o risco incontornável de que “a insignificante percentagem de operários *soviéticos e soviéticos* [afundasse] nesse mar de imundície chauvinista russa como a mosca no leite” (Lenin, 2017; 1923). Ou seja, nem todos eram soviéticos. O processo de constituição do proletariado em classe encontrava sérios problemas para se reproduzir.

A revolução bolchevique realizada na perspectiva de contar com a ajuda da revolução nos países capitalistas desenvolvidos, logo se viu enredada internacionalmente em uma fortíssima onda contrarrevolucionária. Nestas condições, ao invés de se completar a destruição, reforçaram-se objetivamente as estruturas de um aparelho estatal que se demonstrou eficaz para vencer as intervenções externas e, especialmente, a guerra civil. A partir de 1928, em um outro contexto, com a implementação dos Planos Quinquenais, desenvolveu-se rapidamente a industrialização, o que foi decisivo para que a URSS enfrentasse o principal peso da Segunda Grande Guerra. Porém não se criaram, muito pelo contrário, avanços consideráveis no controle proletário da produção e na constituição de novos aparelhos de poder político, inclusive no plano (semi)estatal.

Isto não deve servir para obscurecer o efetivo entrelaçamento de proletários e bolcheviques. No início de 1917, o partido contava com 24 mil membros. Saltou para 612 mil em março de 1920 e 732 mil no mesmo mês do ano seguinte. Apesar do forte número de depurações, pois muitos dos que ingressavam não tinham a formação político-ideológica requerida, em 1923 eram cerca de meio milhão. Dentro do partido, o número de operários era de 14 mil em 1917. Saltou para 270 mil em 1920 e 300 mil em 1921. Também participaram em números consideráveis dos aparelhos estatais, inclusive no

¹³ Aqui não temos tempo nem espaço para me abordar mesmo um problema crucial do processo de formação da URSS. A este respeito, sugerimos, além da consulta ao texto de Lenin publicado neste dossiê, a leitura do capítulo “Autonomia *versus* Federação” (1922-3) de Lenin (2007, pp. 33-47).

Exército Vermelho” (BETTELHEIM, 1976, pp. 176-7). Neste sentido, ocorreu um entrelaçamento de partido e classe, com uma extraordinária energia política que, apesar da dificuldade de transformação do aparelho estatal e da impossibilidade de produção de fortes aparelhos ideológicos proletários, possibilitou a construção de um poder proletário até um pouco depois da guerra civil, no final de 1920 (Id., 176-8).

Mas o impacto da Revolução de Outubro foi muito maior, tanto no plano interno como no internacional. Mobilizou corações e mentes. Miríades de práticas estruturadas em aparelhos ideológicos, especialmente partidários e sindicais se expandiram, de modo desigual por todo o planeta, servindo de impulso a múltiplos tipos de lutas proletárias e populares. Em diversos países, um modo de vida proletário imprimiu marcas profundas ao conjunto das relações sociais (dimensões culturais inclusas), embora não fosse capaz de revolucioná-las. Lutas de libertação nacional, várias delas dotadas de forte potencial anti-imperialista (ou seja, contra o capitalismo em seu período monopolista) encontraram apoio material e fonte de inspiração na existência da URSS. Tal situação perdurou até meados dos anos 1970, embora, desde o final dos 50, o prestígio da URSS tenha sofrido sucessivos abalos e esta deixasse de inspirar grande parte dos movimentos revolucionários socialistas.

Dadas as condições extremamente desfavoráveis em que ocorreu, o que impressiona é o quanto o processo soviético contribuiu para o desenvolvimento das lutas proletárias, operárias, populares e de libertação nacional em todo o mundo. Que, neste centenário, o exame crítico também contribua para, em um novo contexto, revitalizar as forças capazes de unificar as lutas para mudar a vida.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis (2015). *Por Marx*. Campinas: UNICAMP.

_____. (1996). Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj. (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

ALMEIDA, Lúcio F. (2016). *Ideologia, ideologias, lutas de classes: Althusser e os aparelhos ideológicos (de Estado)*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo; Cultura Acadêmica.

ANDERSON, Perry. (2010). *Two Revolutions: Rough Notes*. Disponível em: [Dhttp://content.csbs.utah.edu/~mli/Economies%205430-6430/Anderson-NLR29504%5b1%5d.pdf](http://content.csbs.utah.edu/~mli/Economies%205430-6430/Anderson-NLR29504%5b1%5d.pdf) Acesso em: 12/03/2017.

BALIBAR, Etenne (1988). De la lutte de classes à la lutte sans classes? In: BALIBAR, E e WALLERSTEIN, Immanuel *Race, nation, classes: les identités ambiguës*. Paris: La Déouverte.

BETTELHEIM, Charles. (1976). *As lutas de classes na União Soviética*. V. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BROUÉ, Pierre. (1972). *Es Partido Bolchevique*. Vol. 1. São Paulo: Sundermann.

CARR, Edward H. (1966). *The Bolshevik Revolution: 1917-1923*. London: Pelican Books, v. 2.

GRAMSCI, Antonio (2000). Caderno 7 (1930-31). In: *Cadernos do cárcere*. V. 3 – *Maquiavel: notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KOPP, Anatole. (1979). “Toute une Amérique de locomotives...” Entrevue avec Anatole Kopp sur la URSS des années 1920. *Communisme*, n. 3.

LEWIN, Moshe. (2007). *O século soviético*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.

LENIN, Vladimir. (s/d: 1902). *Que fazer?*. <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>. Consulta em 14/03/2017.

_____. (s/d; 1917). Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução. https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/04_teses.htm. Consulta em 16/02/2017.

_____. (2002;1919). Eight All-Russia Conference of The R.C.P.(B). <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1919/dec/02.htm>. Acesso em 15/05/2016).

_____. (2007). *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular.

_____. (2017; 1922). Para a questão das nacionalidades ou da “autonomização”.

LINHART, Robert (1977). *Lenine, os camponeses e Taylor: a organização econômica soviética e o partido bolchevista*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

MANDEL, David. (1917). The historical legacy of the October Revolution. *Ponto-e-vírgula*, n.21.

MARX, Karl. (s/d; 1864). Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. <https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/2//7.htm>. Consulta em 16/03/2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1988). *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Perseu Abramo.

_____ (s/d). Manifest der Kommunistischen Partei. <https://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1848/manifest/>. Consulta em 23/02/2015.

PORCARO, Mimmo. (2001). Charles Bettelheim: um longo adeus. *Outubro*, n. 5.

POULANTZAS, Nicos. (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.

(1978a). *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1978b). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1986). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.

REIS FILHO, Daniel A. (1996). *Uma revolução perdida*. São Paulo: Perseu Abramo.

SAES, Décio (1998) O conceito de Estado burguês. In: *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2 ed. Campinas: UNICAMP.

THERBORN, Göran, (1996). A formação ideológica dos sujeitos humanos. *Lutas Sociais*, 1.

TROTSKY, Leon. (2007). *História da Revolução Russa*. V. 2. São Paulo: Sundermann.

Páginas feministas de Outubro

Renata Gonçalves¹

Resumo: Neste artigo examinamos a participação das mulheres nas transformações das relações de gênero impulsionadas pelo processo soviético.

Palavras-chave: Revolução de Outubro; Feminismo; Relações de gênero; Emancipação feminina.

Abstract: In this article we examine the participation of women in the transformations of gender relations promoted by the Soviet process.

Keywords: October Revolution; Feminism; Gender relations; Women's liberation.

¹ Doutora em Ciências Sociais. Professora da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, Santos-SP, Brasil. E-mail: rengon2011@gmail.com

Prelúdio

Existe hoje certo consenso de que o livro de Simone de Beauvoir (1991), *O segundo Sexo*, de 1949, pautou os debates e ações do movimento feminista da segunda onda no mundo Ocidental a partir dos anos 1960. Maria Lygia Quartim de Moraes observa que foi a partir de Beauvoir e de sua célebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se”, que “as tradições e preconceitos que regem nossa sociedade, bem como suas normas e padrões de normalidade, receberam um forte abalo” (Moraes, 2017, p. 25). No entanto, Moraes enfatiza que as várias citações do livro ocultam sistematicamente as referências ao marxismo e ao comunismo nele contidas, configurando esta forma de interpretação “uma das dimensões da atual despolitização do feminismo e de suas teóricas, assim como o das lutas operárias e do fato inquestionável que as lutas pela libertação nacional, as lutas de classe e as lutas contra a opressão da mulher são lutas encabeçadas e apoiadas por pessoas e partidos de esquerda” (Moraes, 2017, p. 26). Com efeito, um momento significativo do avanço destas lutas e citado fartamente no referido livro, foi o processo revolucionário de 1917, no qual desde o início a condição feminina ocupou parte expressiva de ações, debates e resoluções.

Na Rússia czarista do final do século XIX e início do XX, aproximadamente 90% da população vivia no campo, empregava técnicas agrícolas primitivas levando a rendimentos baixíssimos. A imensa maioria dos camponeses russos, cerca de 80%, era analfabeta (BROUÉ, 2014). No seio desta precariedade, as mulheres viviam sob as condições mais deploráveis: além de não saberem ler e escrever, nas regiões rurais mais longínquas os homens tinham direito de vida e de morte sobre elas; também não podiam votar ou participar de organizações políticas. Com a inexistência de casamentos civis, era permitida a união apenas entre pessoas de uma mesma religião; os divórcios, quando autorizados, eram vexatórios (BUONICORE, 2007). Como nos demais países capitalistas, as mulheres eram consideradas de segunda categoria ou, para utilizarmos a expressão de Beauvoir, faziam parte do grupo do *segundo sexo*, cujos destinos praticamente as atrelavam às responsabilidades com as tarefas domésticas. Guardadas as devidas proporções, esta também era a realidade para as mulheres no restante do mundo, sendo proibido a elas exercerem certas funções consideradas masculinas.

A I Guerra Mundial mexeu com estas fronteiras do masculino e do feminino. O recrutamento de homens para lutarem nas frentes de batalha deixou muitos postos vagos e fez a produção cair. O “esforço” de guerra levou à necessidade de recorrer à força de

trabalho feminina em substituição à masculina. As, até então, “desqualificadas” mulheres agora ingressavam massivamente à esfera produtiva.

Na Rússia não foi diferente. As mulheres, transformadas em operárias agrícolas, substituíram os trabalhadores rurais e, como operárias, adentraram as fábricas no lugar de seus pais, companheiros e filhos. A penúria dos anos de guerra era insuportável para todos, e mais ainda para as mulheres que tinham de aguentar jornadas de trabalho extenuantes, prolongadas pelas tarefas domésticas cotidianas. Eram também elas as responsáveis por procurar alimentos no mercado clandestino. A situação de precariedade, “acabou atingindo a saúde das mulheres, aumentando o índice de mortalidade feminina. A neurose e as doenças mentais propagaram-se como consequência destas privações, do esgotamento e da angústia” (VIDAL; RECK, 2009, p. 62). De acordo com Andrea D’Atri, foram “estas mulheres trabalhadoras, fundamentalmente as operárias têxteis, as que em 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calendário ocidental) protestaram por pão, paz e liberdade” (2004, p. 88). Contra todas as expectativas, inclusive das próprias organizações de trabalhadores, o processo revolucionário veio de baixo, as massas de mulheres pararam as fábricas. Estava iniciado o processo revolucionário que abalaria profundamente a estrutura de poder na Rússia, incluso as relações de opressão a que estavam submetidas as mulheres, em especial, as trabalhadoras.

Bastidores

O debate em torno da condição feminina ganhava corpo junto às mulheres trabalhadoras desde o final do século XIX. Embora não fosse consenso entre seus militantes, os partidos socialdemocratas de vários países não conseguiram ser indiferentes às crescentes mobilizações femininas, em especial a luta pelo voto. Alguns dirigentes socialdemocratas viam na luta das mulheres em torno do direito ao voto uma inclinação ao conservadorismo, o que, na leitura deles, prejudicaria os avanços eleitorais da socialdemocracia. August Bebel, na contramão desta maneira de compreender a condição feminina, foi pioneiro ao insistir “na missão de salientar a importância do recrutamento das trabalhadoras para o sucesso da luta contra a burguesia” (ANDRADE, 2010, p. 9). O tema da emancipação da mulher foi central em sua obra máxima, *A mulher e o socialismo*, de 1879, e, desde então, o partido não pôde mais ignorar o assunto. Bebel buscava atrair as mulheres para o movimento e ao mesmo tempo pretendia difundir os princípios fundamentais do socialismo para as amplas massas trabalhadoras. A partir

das leituras de Marx e de Engels, o autor estabelece uma relação entre a condição (de escravidão) feminina e o desenvolvimento dos modos de produção. O caráter mutável das instituições, apontado por ele, desestabiliza as concepções estáticas e naturalizadas da família, tão difundidas pela Igreja (BEBEL, 1923). A questão feminina, para Bebel, estava entranhada ao aspecto mais geral da questão social. Abolir as contradições do sistema capitalista poderia levar ao fim da escravidão salarial e sexual a que estavam submetidas as mulheres. Para resolver a questão da opressão feminina seria necessário compreender o

...seu verdadeiro lugar no movimento socialista e sua participação na luta de classes. Assim como as ideias socialistas deveriam penetrar em todas as camadas da sociedade, inclusive em círculos conservadores, também as mulheres, geralmente imbuídas de uma moral tradicional amparada na religiosidade e em “superstições”, deveriam perceber o atrelamento de sua dependência econômica, subordinação política e baixo status social à exploração de classe promovida no âmbito do modo de produção capitalista. Somente em comunhão de esforço com o proletariado as mulheres atingiriam sua libertação e independência plenas (ANDRADE, 2010, p. 11).

Em que pese sobre o autor a crítica de que uma vez feita a revolução social os trabalhadores entregariam às mulheres sua libertação, seus escritos pautaram o debate sobre a condição feminina no seio da socialdemocracia. Na seção alemã, foram incorporados ao programa do partido, de 1891, os princípios de fim das desigualdades entre os sexos; do sufrágio universal igual, direto e secreto, sem distinção de sexo; da abolição das leis (em especial, as que normatizam o casamento monogâmico e a família burguesa) que colocam as mulheres em status de inferioridade em relação aos homens.

As ideias de Bebel também foram seguidas de perto por duas importantes militantes e intelectuais socialdemocratas, cujas trajetórias e obras marcaram a luta contra a desigualdade entre os sexos, antes, durante e depois do processo revolucionário de 1917: a socialdemocrata alemã Clara Zetkin e a bolchevique Alexandra Kollontai. Esta última, aliás, desempenhou papel fundamental na Rússia dos *soviets*.

Nossa primeira intelectual orgânica da social democracia alemã, Clara Zetkin, atribuiu a forma como as mulheres agem e pensam não a uma natureza feminina, mas ao lugar que a sociedade lhes reserva. Uma mudança na sociedade implicaria uma alteração na mentalidade e no comportamento. Recusava o culto à maternidade como uma característica essencial da mulher e via no enclausuramento familiar a impossibilidade das mulheres se interessarem pela vida política e social. Uma rebelião contra a família seria o

ato inicial da luta das mulheres modernas para saírem da prisão dos lares e conquistarem a emancipação por meio da entrada na esfera produtiva, participando da produção da riqueza social. Embora acredite nos sentimentos amorosos, Zetkin advogou pelo divórcio consensual (incluindo a mulher nas decisões) para os casos em que o casamento se torne um inferno insuportável (BADIA, 1993). Esta mesma crença a levará a defender o amor livre contra a hipocrisia do casamento burguês, que impõe a virgindade e a fidelidade conjugal da mulher como garantias biológicas quanto aos herdeiros legítimos do marido. Para os proletários, dirá a socialista, estas garantias não têm valor de mercado. Consciente de que estes mesmos proletários não mudam de um dia para o outro, milita para uma maior participação dos homens na vida doméstica, ao mesmo tempo em que defende que as mulheres deveriam participar da vida sindical. O fardo do trabalho na fábrica e das atividades domésticas impede que as mulheres tenham tempo para participar da vida política. Esta questão relativa à falta de tempo das mulheres para participarem da produção e da política será central nos primeiros anos da revolução bolchevique, como veremos mais adiante.

Em diálogo com Zetkin, a militante bolchevique Alexandra Kollontai também contribuiu para que as reivindicações das mulheres ganhassem corpo. Em 1899 filiou-se ao Partido Social Democrata russo e se juntou aos bolcheviques na revolução de 1905. Data deste período o início de sua luta pela igualdade entre homens e mulheres. Nesta época, escreve,

...tomei pela primeira vez consciência de quão pouco nosso partido se interessava pelo destino das mulheres da classe trabalhadora e pela libertação da mulher. Na Rússia, já havia um movimento feminino burguês forte; mas minha concepção marxista do mundo me indicava com absoluta clareza que a liberação da mulher só poderia ocorrer como resultado de uma ordem social nova e um sistema econômico distinto. Assim, intervi diretamente na luta entre as defensoras do direito da mulher russa, procurando fazer, com todas as minhas forças, com que o movimento operário assumisse também o problema da mulher como um dos objetivos de luta de seu programa (KOLLONTAI, 1980, p. 18).

Tarefa nada fácil, mas Kollontai não se intimida. Em 1907, ajuda a criar o Clube das Trabalhadoras, que traçava uma linha divisória com relação às defensoras dos direitos das mulheres burguesas. Na mesma época, foi publicado seu livro *O fundamento social do problema feminino*, em que polemiza com as tais defensoras. O livro, como relata a própria autora, teve relativo sucesso, mas o partido reconheceria a pertinência do

tema somente em 1914, pouco antes do início da guerra. Ainda em 1907, ao lado de Clara Zetkin, Kollontai participou como delegada da Rússia na Primeira Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, em Stuttgart. Esta conferência, coordenada por Zetkin, foi fundamental “para o desenvolvimento, em direção ao marxismo, do movimento de trabalhadoras” (Kollontai, 1980: 20).

Como os demais líderes do partido socialdemocrata russo, a revolucionária bolchevique também teve de viver na clandestinidade. Em momento algum deixou de militar para romper com a desigualdade entre os sexos dentro e fora da Rússia. Em sua autobiografia, são longas as passagens nas quais descreve sua intensa militância junto aos partidos socialdemocratas em vários países da Europa e seus debates em torno da questão feminina, ao mesmo tempo em que lutava contra a participação dos socialistas na iminente 1ª Guerra Mundial. Em 1915, viajou aos Estados Unidos a convite do partido socialista², onde permaneceu por cinco meses e percorreu mais de oitenta cidades. De acordo com a autora, esta passagem pela América, apesar de esgotante, foi muito frutífera, pois reforçou “a ideologia internacionalista dos partidos americanos” (KOLLONTAI, 1980, p. 26). No ano seguinte, volta aos Estados Unidos para atuar ao lado de Trotsky e outros camaradas russos, mas a entrada do país na guerra dificultou o trabalho internacionalista de outrora. Mesmo longe, nunca desistiu de influenciar o partido socialdemocrata russo e as próprias trabalhadoras em favor da libertação da mulher. Pouco antes da guerra, escreve a autora, as duas facções do partido, mencheviques e bolcheviques, começaram a considerar de maneira séria a questão.

Na Rússia, foram fundadas duas revistas de operárias, e nesse ano, se comemorou o Dia Internacional da Mulher, em 08 de março. Mas eu continuava vivendo fora do país, e podia colaborar só de longe com o tão querido movimento de operárias de minha pátria. Mesmo à distância, guardava estreita vinculação com as trabalhadoras russas, e já uns anos antes havia sido designada como representante oficial do sindicato têxtil e das costureiras à Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas (1910), da mesma forma que ao Congresso Socialista Internacional Extraordinário de Basileia, em 1912 (KOLLONTAI, 1980, p. 21).

² Fundado em 1900, o Partido Socialista dos Estados Unidos apoiou a batalha pela igualdade das mulheres e foi o único no país a defender o sufrágio feminino. Graças às mulheres socialistas, “um movimento sufragista foi criado no interior da classe trabalhadora, quebrando o monopólio que, por uma década, as mulheres da classe média tiveram sobre a organização de massas a favor do voto” (Davis, 2016: 156). Em 1919, quando o Partido Comunista substituiu o Socialista (já bastante mudado e apoiador da guerra), “as mulheres que haviam integrado o Partido Socialista estavam entre suas primeiras líderes e ativistas” (Idem, ibidem). O combate ao racismo, ainda tímido no partido em 1919, ganha maior centralidade a partir dos discursos de Lenin e das teses sobre a questão negra, defendidas nos Congressos da III Internacional Comunista. A este respeito, consultar Góes e Gonçalves (2017).

Com a guerra, a atuação de Kollontai se intensifica ao lado de outros camaradas bolcheviques no exílio e de alguns socialdemocratas alemães que, como ela, jamais reconheceram o fervor do chamamento patriótico à guerra imperialista. Foi a primeira socialista da Europa a ser presa por realizar propaganda antibélica. Tentou, em 08 de março de 1915, organizar uma manifestação internacional de operárias contra a guerra, mas não teve resultado, pois as representantes dos países beligerantes não compareceram (1980, p. 25). Não havia espaço para o internacionalismo nem mesmo junto a camaradas socialistas. Data deste período sua filiação oficial às fileiras bolcheviques, que combatiam abertamente o social-patriotismo.

Ironia da história? Foram as mulheres que, em 08 de março de 1917, iniciaram um levante contra o czarismo na Rússia. Kollontai não estava lá. Mas é difícil não perceber a influência de suas ideias e ações nas revoltas que derrubaram o absolutismo. Correu para a Rússia, foi uma das primeiras refugiadas políticas a voltar à república nascente.

Uma revolução no cotidiano feminino

Talvez não seja uma simples ironia da história se no dia 23 de fevereiro (8 de março no calendário ocidental) de 1917, as mulheres da indústria têxtil tenham desencadeado as revoltas que levaram à destituição do Czar. Era o Dia Internacional da Mulher e círculos socialdemocratas (os que estavam em paz com a guerra), queriam comemorar tradicionalmente, com discursos e panfletos. Como escreve Leon Trotsky, “não ocorria a ninguém que este poderia ser o primeiro dia da revolução” (2007, p. 113). Contra todas as diretrizes, inclusive das organizações mais combativas, “as trabalhadoras têxteis em várias fábricas saíram em greve e enviaram delegadas aos metalúrgicos, com um apelo de apoio” (Idem, ibidem). Bolcheviques, seguidos pelos mencheviques, foram atropelados pela história. A greve rapidamente ganhou as massas e era preciso fazer o chamado às ruas e liderar o movimento. Ninguém podia imaginar que a resistência ultrapassaria as próprias organizações revolucionárias, também não se imaginava que a iniciativa viria “dos setores mais oprimidos e explorados do proletariado – as trabalhadoras têxteis, e entre elas, sem dúvida, muitas esposas de soldado” (TROTSKY, 2007, p. 114). E as mulheres foram fundamentais na relação entre trabalhadores e soldados. “Elas penetram nas fileiras mais ousadamente, agarram-se aos fuzis, quase ordenam: ‘Abaixem suas baionetas – unam-se a nós’. Os soldados estão excitados, envergonhados, trocam olhares ansiosos, vacilam” (2007, p. 119). O movimento arrasta consigo o Comitê Central bolchevique, que ainda

hesitava e retardava as tomadas de decisões. A revolução avançava a passos largos, as massas faziam sua própria história.

O governo provisório, há pouco instalado, trai os ideais da revolução. Na perspectiva de Lenin, que voltou ao solo russo em abril de 1917, esta primeira fase da revolução havia dado poder à burguesia ante a insuficiente consciência do proletariado e de sua organização. Faltava dar um salto para a segunda fase. Era preciso conquistar o poder e trazê-lo às mãos do proletariado e das mais pobres camadas do campesinato. “Paz, Terra e Pão” e “Todo poder aos soviets”, defendidos por Lenin, colocavam a produção social diretamente sob o controle dos trabalhadores. Tais propostas, contidas nas *Teses de Abril*, acirraram a cisão no interior do Partido. Todavia, os bairros operários com forte base bolchevique, que desde o levante de fevereiro não parava de crescer, aderiram a cada uma das teses.

Um dos maiores problemas na época era a carestia e a falta de gêneros alimentícios. “Tal estado de coisas tornava a vida insuportável para as mulheres das classes pobres” (KOLLONTAI, 1980, p. 29). Os bolcheviques contrários ao governo provisório e com a participação de Kollontai abrem uma frente de trabalho com as mulheres ao mesmo tempo em que avançam na luta pelo aprofundamento da revolução. Em maio de 1917 aparece o semanário *As trabalhadoras*, em que Kollontai escreve para as mulheres uma proclamação contra a carestia e a guerra, mantida pelo governo provisório. No mesmo mês, ocorre a greve das trabalhadoras das lavanderias que exigiam a coletivização de todas estas empresas. A reivindicação não foi atendida. O governo, ao contrário, se tornava mais violento, em especial, com os bolcheviques. O lema “Todo poder aos Sovietes” ganhava as ruas até o resultado final: a tomada do Palácio de Inverno em Outubro de 1917.

Os bolcheviques desempenharam um papel fundamental no aprofundamento da crise e contribuíram, como escreve Almeida (2017), com o avanço do processo de constituição do proletariado como classe, o que possibilitou derrubar com alguma facilidade aquele governo que atendia aos interesses das classes dominantes e do imperialismo. Para Lúcio Flávio de Almeida, a “insurreição foi o ponto culminante de um processo revolucionário considerado por seus principais dirigentes apenas o primeiro momento de uma revolução internacional” (2017, p. 13).

Outubro de 1917 marcava a vitória da revolução e o início de uma nova página na história dos trabalhadores dentro e fora da Rússia, em especial no que se refere à condição feminina.

Se desde os primeiros meses da revolução, ainda sob o governo provisório (e mesmo antes), mulheres pressionaram para que suas reivindicações fossem atendidas, exigindo o direito ao voto e de serem votadas, direito ao aborto, o reconhecimento do matrimônio legal, do concubinato etc., agora, com a constituição do governo dos soviets, a questão ganhava outro estatuto. Alexandra Kollontai, nomeada Comissária do Povo da Previdência Social, foi a primeira mulher na história a fazer parte de um governo. Dentre as tarefas de seu Ministério, estavam a assistência aos inválidos de guerra (milhares de soldados mutilados), asilos de idosos, orfanatos, hospitais para pobres, oficinas para fabricação de próteses, colônias de leprosos, clínicas ginecológicas etc. Porém, o trabalho mais importante, segundo a Comissária do Povo, “foi a constituição legal de uma central para a orientação à maternidade e ao recém-nascido” (KOLLONTAI, 1980, p. 34). Todas as maternidades foram transformadas “em residências gratuitas para o atendimento de mães e do recém-nascido, criando desta forma, as bases para uma proteção à maternidade completamente estatal” (Idem, *ibidem*).

Em diálogo com *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels, e *A mulher e o socialismo*, de August Bebel, Kollontai traça os princípios da emancipação feminina no que seria o (semi)estado dos soviets. A começar pela abolição da família que, segundo a autora, deixa de ser necessária, uma vez

que a tarefa de educar os filhos, que incumbia à família, é assumida cada vez mais pela coletividade. Mas sobre as ruínas da família antiga, veremos surgir em breve uma forma nova que comportará relações totalmente diversas entre o homem e a mulher e que será a união do afeto e da camaradagem, a união de dois membros iguais da sociedade comunista, ambos livres, ambos independentes, ambos trabalhadores. Fim à servidão doméstica das mulheres! Fim à desigualdade no seio da família! Fim ao temor da mulher de ficar sem apoio nem ajuda, com o filho nos braços se o marido a abandona. A mulher da cidade comunista já não depende de seu marido, mas de seu trabalho. Não é seu homem, mas seus braços de operária que a alimentam. Tampouco haverá lugar para a angústia pelo destino dos filhos. O Estado dos trabalhadores se encarrega deles (KOLLONTAI, 1982, p. 85-86).

Advogando a união livre, observa que, com o fim da propriedade privada, o comércio de mulheres deixa de existir e na nova sociedade os filhos já não pertencem mais a famílias nucleares, mas a toda a coletividade. Na perspectiva de Kollontai, isto implicava numa revolução da própria vida cotidiana, o que passava por mudar não apenas a produção, mas também o consumo. Assim, escreve a autora, o “primeiro cuidado do Estado operário e camponês foi organizar o consumo de maneira tão sensata e racional,

tão estrita e econômica quanto possível. Foi para este fim, em primeiro lugar, que se instalou a alimentação coletiva” (1982, p. 88). A pobreza, a fome e a miséria levaram a república dos trabalhadores a adotar em todas as cidades a alimentação coletiva.

Apesar das dificuldades impostas pelo bloqueio de mercadorias que impedia que chegassem de outros países, as medidas mexeram na vida cotidiana, sobretudo nas condições de existência das mulheres. A este respeito, Wendy Goldman observa que, sob o novo regime, “o trabalho doméstico seria transferido para a esfera pública: as tarefas realizadas individualmente por milhões de mulheres não pagas em suas casas seriam assumidas por trabalhadores assalariados e refeitórios, lavanderias e creches comunitários. Só assim as mulheres se veriam livres para ingressar na esfera pública em condições de igualdade com os homens, desvincilhadas das tarefas de casa” (Goldman, 2014: 21). Havia um entusiasmo com relação à emancipação feminina. Não era para menos, pois uma das primeiras medidas da revolução foi precisamente a de proclamar a igualdade total entre os sexos, iniciando uma verdadeira revolução na vida das mulheres (MANZANO, 2017). É o que observa Clara Zetkin, que passa a visitar a Rússia desde 1920. A comunista alemã “participa de inúmeros encontros com as mulheres nas fábricas, bairros, com mulheres-soldados do Exército Vermelho, e é eleita deputada de honra em vários sovietes. Relata entusiasticamente o empenho dessas mulheres em aprender o trabalho nas fábricas, assim como seu esforço e gosto por aprender a ler e a escrever” (HOEVELLER, 2017, p. 52).

As mudanças na vida cotidiana se fizeram sentir especialmente a partir do Código da família, de 1918, que “rompeu bruscamente com as prescrições e injunções patriarcais do período czarista e proclamou uma era de liberdade social sem precedentes” (GOLDMAN, 2017, p. 41). Com relação aos direitos individuais e igualdade de gênero, escreve a autora, “o Código de 1918 foi a legislação de família mais progressista até então promulgada” (Idem, p. 42). O código estabeleceu igualdade perante a lei; substituiu a autoridade religiosa por cartórios civis; instituiu o divórcio a pedido de qualquer um dos cônjuges; estabeleceu a pensão alimentícia em caso de incapacidade ou pobreza de qualquer um dos cônjuges; adotou o reconhecimento de filiação dentro ou fora do casamento registrado; proibiu a adoção, compreendendo que as crianças são responsabilidade do Estado e impediu que estas se tornassem mão-de-obra barata para os camponeses; impossibilitou o casamento como comunidade patrimonial (GOLDMAN, 2017, p. 42). Mais tarde, a lei de novembro de 1920 reconheceu que o aborto não é um delito. Tratava-se de um problema ligado à maternidade e às condições de precariedade das mulheres trabalhadoras.

Para Alexandra Kollontai, a modificação da vida cotidiana também foi impulsionada “pelas novas condições de habitação que a república dos trabalhadores instaurou” (KOLLONTAI, 1982, p. 90). Com as habitações comunitárias ou casas comuns para famílias ou para pessoas sozinhas, ganhava corpo não apenas as mudanças materiais, mas também a redefinição do conceito de modo de vida, o que, por sua vez, revolucionava inclusive a próprio significado de estética arquitetônica (KOPP, 1990). E são “sobretudo as mulheres, todas as que são obrigadas a conciliar o trabalho e a família, que têm plena consciência das vantagens do lar comunitário” (KOLLONTAI, 1982, p. 90).

De acertos e erros... um legado feminista

Este período de intensa criatividade durou pouco e mesmo quando existiu teve de lidar com uma série de contradições, de diferenças de opiniões e de forte oposição no interior do próprio partido. Uma das particularidades deste processo consiste em que, no geral, os dirigentes afirmavam a estreita relação entre transformação social e libertação da mulher. Para Trotsky, por exemplo, a construção do socialismo só seria possível se as mulheres operárias e camponesas fossem libertas das ataduras do cuidado da família e do lar. Lenin, por sua vez, afirmava que enquanto as mulheres não fossem chamadas a participar diretamente do conjunto da vida política, o socialismo e uma democracia integral e durável não seriam possíveis.

Mesmo no que se refere à igualdade formal (igualdade diante da lei, a ‘igualdade’ entre o bem nutrido e o esfaimado, entre o possuidor e o espoliado), o capitalismo não pode dar prova de coerência. E uma das manifestações mais eloqüentes de sua incoerência é a desigualdade entre o homem e a mulher.

Nenhum Estado burguês, por mais progressista republicano e democrático que fosse, concedeu completa igualdade de direitos ao homem e à mulher.

Ao contrário, a República da Rússia Soviética varreu para sempre, de um só golpe, sem exceção, todos os resquícios das leis que colocavam os dois sexos em condições desiguais e garantiu imediatamente à mulher a igualdade jurídica mais completa (LENIN, 1926, p. 62).

No entanto, Kollontai em sua autobiografia, relata a dificuldade que encontrou para atuar no interior do processo revolucionário. Ela e suas correligionárias foram acusadas de serem “feministas” e concederem excessiva importância aos “assuntos de mulheres”. E a criação de um Departamento de Mulheres (o Zenotdel) para tratar da reconstrução da vida cotidiana foi entendida como um “separatismo” bastante semelhante ao feminismo burguês.

As mulheres passaram a significar uma espécie de dupla ameaça. Por um lado, possuiriam um atraso decorrente da longa e pesada ausência da esfera política. Por outro, o próprio reconhecimento de que era necessário realizar um esforço especial para sua emancipação era acompanhado pelo temor de que tal esforço compromettesse as realizações dos “objetivos fundamentais” da revolução. Um receio que foi muitas vezes invocado como justificativa para o adiamento estratégico deste “esforço especial”. Muitos dos assuntos foram considerados um desvio que poderia chegar “ao ponto de criar uma divisão dentro do proletariado entre os interesses dos homens e os das mulheres” (HAYDEN, 1980, p. 79). Esta postura política consolidou um fosso entre aqueles que atribuíam grande importância também às chamadas questões “específicas” e os que se voltavam exclusivamente para o que consideravam questões “gerais”.

Outros obstáculos gerais também se esbarravam nas condições “específicas”. A proposta do “amor livre” não encontrou eco entre todos os camaradas. O entusiasmo inicial com a possibilidade de relações abertas se confrontou com a cultura do machismo impregnado nos mais virtuosos revolucionários. Para muitos deles, era a oportunidade de viverem diversas relações amorosas sem se sentirem responsáveis por seus desdobramentos. Neste particular, Lenin, que defendeu o divórcio e o aborto, se posicionou contra as teses do amor livre. Sua preocupação era que elas fossem confundidas com a defesa de uma depravação amorosa (BUONICORE, 2007). E o que fazer com os frutos do amor livre? O “fardo” de uma gravidez indesejada recaía sobre quais protagonistas do amor livre?

Em 1922, havia cerca de 7,5 milhões de crianças famintas e moribundas na Rússia, vítimas da Primeira Guerra Mundial, da guerra civil e da fome subsequente. Elas vagavam pelo país famintas e desabrigadas, roubando, pedindo esmolas e se prostituindo para sobreviver. Apesar das melhores intenções, o Estado não tinha fundos para socializar o trabalho doméstico, tampouco era capaz de prover todas as crianças desabrigadas que precisavam de cuidados (GOLDMAN, 2017, p. 43).

Wendy Goldman enfatiza que, apesar do entusiasmo, o Código da Família, que favoreceria a coletividade, mas principalmente as mulheres, colidiu com a dolorosa realidade da Rússia. Houve, segundo a autora, uma colisão entre a lei e a vida concreta. A dissolução do casamento, essencial para as liberdades individuais, era extremamente difícil para as mulheres: desemprego, baixos salários, falta de creches não permitiam a independência feminina, propiciando “uma contradição aguda entre a dura realidade da vida e uma visão legal de liberdade” (GOLDMAN, 2014, p. 143). Para Goldman, a lei sancionava um processo mais profundo de ruptura e transformação social.

Anos de guerra, guerra civil e fome haviam minado laços familiares e comunitários. Camponeses que migravam para as cidades abandonavam velhos costumes e tradições. Mulheres se juntavam com soldados, desconhecidos e eventuais provedores em uniões casuais de curto prazo. As “esposas” *de facto* inundavam os tribunais buscando pensões e apoio financeiro para as crianças dos homens que as haviam abandonado. E, para muitos, a nova moralidade comunista encorajava e justificava formas mais soltas de comportamento (GOLDMAN, 2014, p. 149).

O processo revolucionário não conseguiu implementar todo o seu programa voltado para a emancipação feminina. Nas fábricas, as mulheres eram as primeiras a serem demitidas sob o argumento de que tinham “maridos” para cuidarem delas. Prática que foi duramente criticada pelas delegadas nos congressos do partido. Em 1924, o XIII Congresso reconheceu que, apesar dos relativos avanços das condições da classe trabalhadora, a situação das mulheres trabalhadoras continuava difícil. No mesmo congresso, votou-se pelo fim das demissões das mulheres. Os delegados entenderam que o emprego das mulheres não se reduzia a uma questão econômica, mas tinha um significado político. Nesta perspectiva, o partido, “rejeitou uma linha ‘produtivista’ orientada para uma recuperação econômica rápida e a maximização dos lucros, e reafirmou seu compromisso com os valores humanistas incorporados em seu programa pela emancipação das mulheres” (GOLDMAN, 2014, p. 157).

A tentativa de construção do socialismo procurou criar as condições concretas para eliminar as discriminações contra mulheres. E não foram poucos os entraves para o avanço da revolução, que provocaria uma mudança ainda mais profunda nos modos de vida. Aqueles anos inspiraram muitas lutas feministas, socialistas e antirracistas em várias partes do mundo. Do entusiasmo com a experiência soviética foram escritas muitas outras páginas feministas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Lúcio Flávio de (2017). Uma revolução proletária de curta duração e fortíssimo impacto. *Ponto-e-Vírgula*, n. 21, São Paulo.

ANDRADE, Joana El-Jaick (2010). A mulher e o socialismo: incorporação da emancipação feminina à pauta da socialdemocracia. *Lutas Sociais*, n. 24, São Paulo.

BADIA, Gilbert (1993). *Clara Zetkin, feministe sans frontières*. Paris: Les Éditions Ouvrières.

BEAUVOIR, Simone (1991). *Le deuxième sexe*. Paris: Seuil.

BEBEL, August (1923). *Woman under socialism*. New York: New York Press.

BUONICORE, Augusto (2007). As mulheres e a luta socialista. In: MACIEL, David; MAIA, Cláudio; LEMOS, Antonio Henrique (orgs.). *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiânia: CEPEC.

BROUÉ, Pierre (2014). *O Partido Bolchevique*. São Paulo, Editora Sundermann.

D'ATRI, Andrea (2004). *Pan y rosas: pertenencia de género y antagonismo de clase en el capitalismo*. Buenos Aires: Ediciones Las armas de la crítica.

DAVIS, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Editora Boitempo.

GÓES, Weber Lopes; GONÇALVES, Renata (2017). À margem de Outubro: comunistas e relações raciais no Brasil. *Lutas Sociais*, vol. 21, n. 38, São Paulo.

GOLDMAN, Wendy (2017). A libertação das mulheres e a Revolução Russa: legados e lições. *Margem Esquerda*, n. 28, São Paulo.

_____ (2014). *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo, ed. Boitempo.

HAYDEN, Carol Eubanks (1980). El departamento de la mujer (Zhenotdel) del partido bolchevique. In: FOPPA, Alaíde; PONIATOWSKA, Elena (orgs.). *La mujer, trabajo y política*. México: Ediciones El Cabalito.

HOVELER, Rejane Carolina (2017). A Revolução Bolchevique no olhar de Clara Zetkin. *Margem Esquerda*, n. 28, São Paulo.

KOLLONTAI, Alexandra (1982). *Marxismo e revolução sexual*. São Paulo, ed. Global.

_____ (1980). *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo, ed. Proposta editorial.

KOPP, Anatole (1990). *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel: EDUSP.

LENIN, Vladimir Ilitch (1920). O Dia Internacional da Mulher. In: *Obras Completas*.

Vol. XXV. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/03/07.htm>>
Acesso em 02 de maio de 2017.

MANZANO, Sofia (2017). A mulher na Revolução Russa. *Lutas Sociais*, vol. 21, n. 38, São Paulo.

MORAES, Maria Lygia Quartim de (2017). As origens do feminismo marxista (e a Revolução de 1917). *Margem Esquerda*, n. 28, São Paulo.

SCHNEIDER, Graziela (org.) (2017). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética*. São Paulo, ed. Boitempo.

TROTSKY, Leon (2007). *História da Revolução Russa*. São Paulo, ed. Sundermann.

VIDAL, Malena; RECK, Adela (2009). Internacionalistas – introdução. In: D’ATRI, Andrea; ASSUNÇÃO, Diana (orgs.). *Lutadoras: história de mulheres que fizeram história*. São Paulo, ed. Edições Iskra.

Lenin e o “taylorismo soviético”: uma abordagem crítica¹

Angela Lazagna²

Resumo: O artigo analisa o lugar privilegiado que o Sistema Taylor ocupa no pensamento de Vladimir I. Lenin. O movimento taylorista, identificado com o movimento de organização do trabalho, pode ser definido como um conjunto de técnicas que, aplicadas ao processo produtivo, busca reduzir o trabalho a um ciclo de gestos repetitivos através da aceleração do seu ritmo, a fim de suprimir os “poros” da jornada de trabalho (“poros” que traduzem as características antagônicas do processo de produção capitalista). Lenin, ao atribuir ao taylorismo um papel contraditório (aspectos “positivos” e “negativos”) no aumento da produtividade, defende a sua aplicabilidade à Rússia pós-revolucionária, através de um processo de adaptação sob o controle da ditadura do proletariado.

Palavras-chave: Taylorismo, processo produtivo, Lênin.

Abstract: This paper analyzes the privileged place of the Taylor System in Vladimir I. Lenin’s thought. Identified with work organization, the Taylorist movement can be defined as a set of techniques applied to the production process to reduce work to a cycle of repetitive gestures and accelerate its rhythm. It thus fills up the “pores” of the working day, which reflect the antagonistic characteristics of the capitalist production process. When he attributes a contradictory role (“positive” and “negative” aspects) to Taylorism in productivity growth, Lenin advocates its applicability to post-revolutionary Russia through an adaptation process under the control of the dictatorship of the proletariat.

Keywords: Taylorism, productive process, Lênin.

¹ Este artigo é uma versão modificada de um capítulo publicado no livro *Taylorismo. Após 100 anos nada superou o modelo de gestão?* (Rio de Janeiro, Qualitymark, 2009), organizado por Paulo Moreira da Costa. As traduções das citações em outras línguas foram feitas por mim, A. L.

² Doutoranda em Ciência Política e Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: alazagna@gmail.com.

Introdução

A teoria marxista da história se desenvolve através das experiências históricas das lutas de classes, sendo a Revolução Russa de outubro de 1917 um divisor de águas nesse avanço. Os ensinamentos e contradições que marcaram essas experiências indubitavelmente repercutiram nas reflexões dos líderes revolucionários. A teoria de Vladimir I. Lenin sobre o Estado na transição socialista é, nesse sentido, uma contribuição inovadora ao desenvolvimento do marxismo. Em *O Estado e a revolução*, Lenin apresenta duas teses centrais: a necessidade da destruição do Estado burguês pela revolução proletária como condição para a transição ao comunismo e a ditadura do proletariado, que se configura como um semi-Estado, um Estado em extinção (MARTORANO, 2002, p. 81). Ao analisar o papel exercido pelo Estado no capitalismo, Lenin identifica a existência de um aparato repressivo estatal e de um funcionalismo/burocracia estatal como imprescindíveis à manutenção da dominação de classe. A revolução proletária abre a possibilidade para a superação desse aparato repressivo através da sua substituição pelo *povo em armas* que passa a defender diretamente a ordem pública, bem como do funcionalismo e da burocracia, que são submetidos a um controle especial: seus membros devem ser eleitos e exonerados segundo as exigências das massas e remunerados de acordo com o salário operário (LENIN, 1980d, p. 17-18)³. A adoção e a aplicação dessas medidas pelo governo dos trabalhadores têm como objetivo a extinção de uma representação política cristalizada em uma camada estatal privilegiada e separada do controle das massas. Logo, o Estado sob a ditadura do proletariado desenvolve os elementos que conduzem à sua própria destruição⁴. A transição entre o capitalismo e o comunismo, que Lenin identifica à ditadura do proletariado⁵, compreende, pois, um novo período de luta de classes:

... a ditadura do proletariado é também um período de luta de classes, que é inevitável enquanto as classes não tiverem sido suprimidas e *que muda as suas formas*, tornando-se particularmente encarniçada e particularmente específica durante os primeiros tempos após o derrubamento do capital.

³ Segundo Martorano (2002: 83-84) em sua análise sobre a burocracia e a transição socialista, nas sociedades pós-revolucionárias, tanto a restauração do exército profissional quanto da burocracia (que, ao manter a hierarquia vertical das funções estatais, impede a democratização do acesso às tarefas estatais) são sintomas de restauração do Estado capitalista.

⁴ Sobre uma análise dos elementos socialistas presentes na experiência histórica da Comuna de Paris (1971), ver Martorano (2001).

⁵ De acordo com Balibar (1999: 327-328), Lenin confere ao conceito de ditadura do proletariado um sentido tendencialmente novo: “...um *período histórico de transição* entre capitalismo e comunismo (e não apenas uma forma política ou uma ‘forma de governo’ de transição”.

Uma vez conquistado o poder político, o proletariado não cessa a sua luta de classe, antes a continua até a supressão das classes, mas naturalmente noutras condições, sob outras formas e com outros meios” (Lenin, 1980c, p. 150, grifo meu, A. L.)

Como bem ressalta Martorano, (2002, p. 41-42), Lenin não identifica a estatização dos meios de produção (a expropriação jurídica das fábricas dos capitalistas e das terras dos proprietários fundiários) à instauração de novas relações de produção de caráter socialista. Lenin ressalta a necessidade da socialização dos meios de produção que deve ser iniciada através do controle operário da produção; *a contabilidade, o controle da produção e a sua distribuição* só poderiam ser “obra das massas” e não dos especialistas. Para Lenin, mesmo que a expropriação dos capitalistas viabilize “um desenvolvimento gigantesco das forças produtivas”, ela não elimina prontamente “uma das principais fontes da desigualdade *social*”: a “oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual” (1980 a, p. 287). A “organização do registro e do controle”, não somente das tarefas administrativas do Estado, mas da sociedade como um todo – “aparelho dos correios, das estradas de ferro, das grandes fábricas, do grande comércio, dos bancos etc”, pelas massas é o que possibilitaria a superação daquela divisão. A simplificação dessas tarefas, que já teria sido realizada pelo capitalismo, é o que garante o seu exercício pelas massas. “O registro disto, o controle disto, *foram simplificados* em extremo pelo capitalismo, até operações extraordinariamente simples de vigilância acessíveis a qualquer pessoa alfabetizada...” (1980 a, p. 290), de modo que “Toda a sociedade será um único escritório e uma fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de salário” (1980 a, p. 291). Nesse processo de registro e controle, os especialistas burgueses deveriam ser submetidos ao controle operário e não mais ao controle dos capitalistas (1980 a, 290).

O sistema Taylor ocupa um lugar privilegiado em vários escritos de Lenin (1913 a 1918), representando a última palavra do avanço científico e tecnológico do capitalismo para o aumento da produtividade diante da necessidade de organização econômica da sociedade russa.

O sistema Taylor

O taylorismo, que pode ser identificado com o movimento de organização do trabalho, foi originalmente planejado e testado nos Estados Unidos a partir de 1890, e formulado pelo engenheiro Frederick Winslow Taylor. Taylor parte do pressuposto de que os interesses entre “patrão” e “empregado” não são contraditórios, de modo que

a prosperidade do empregador não pode existir sem a prosperidade do empregado. A “prosperidade” defendida por Taylor diz respeito à “maior produção possível dos homens e máquinas do estabelecimento, isto é, quando cada homem e cada máquina oferecem o melhor rendimento possível” (TAYLOR, 1985, p. 31). Esse objetivo exige, de acordo com Taylor, a superação de algumas “falhas” do processo produtivo, ou seja, a resistência operária face à intensificação do trabalho, estratégia classificado por Taylor de “vadiagem” ou “indolência sistemática”. No entanto, o que Taylor denomina “falhas” no processo produtivo são os “poros” existentes na jornada de trabalho, que devem ser superados através da imposição ao operário, por parte da gerência, “da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado” (BRAVERMAN, 1977, p. 86).

Se o sistema Taylor se caracteriza como mais um método de organização capitalista do trabalho, a questão que se coloca é como ele poderia contribuir, na visão de Lenin, para a organização econômica da sociedade russa e de que maneira o proletariado se apropriaria desse sistema para a concretização da transição socialista.

Lenin e o taylorismo⁶

É possível analisar o desenvolvimento da posição de Lenin concernente ao sistema Taylor em vários de seus escritos: *Sistema “científico” para esmagar o operário* (1913); *O sistema Taylor é a escravização do homem pela máquina* (1914); *Cadernos sobre o Imperialismo* (1915-16), *Tarefas imediatas do poder dos soviets* (1918), bem como a primeira versão desse artigo, também de 1918.

Nesses primeiros escritos, Lenin reflete sobre o agravamento da resistência operária face à implantação do taylorismo em alguns países *imperialistas* como França e Estados Unidos⁷. Consciente dessa resistência, Lenin ressalta, em *Sistema “científico” para esmagar o operário* (1913), que o taylorismo aumenta a exploração sobre o trabalhador:

⁶ Esta apresentação do que poderíamos denominar “taylorismo soviético” está ancorada nas análises de Robert Linhart (1976). Francês, sociólogo e filósofo, Robert Linhart foi influenciado pelas teses desenvolvidas pelo filósofo francês Louis Althusser, de quem foi aluno, e pela experiência da Revolução Cultural Chinesa. Em minha dissertação de mestrado (LAZAGNA, 2002), retomei a análise de Linhart (1976), relacionando-a ao debate, ocorrido na URSS nos anos de 1920, sobre a aplicabilidade ou não do modelo taylorista à serviço do socialismo.

⁷ Segundo Linhart (1976: 84), “Durante o inverno 1912-1913, uma greve importante na França nas fábricas Renault, contra a introdução do sistema Taylor e da cronometragem. Nos Estados Unidos, o sistema Taylor, adotado há apenas uma década, choca-se contra uma ativa resistência dos sindicatos e de uma parte dos meios patronais...”.

Em que consiste este “sistema científico”? Em sugar do operário três vezes mais trabalho no transcurso da mesma jornada de trabalho. Faz-se trabalhar o operário mais forte e hábil; registra-se valendo-se de um relógio especial – em segundos e décimos de segundo – o tempo investido em cada operação, em cada movimento; elaboram-se os procedimentos de trabalho mais econômicos e produtivos; reproduz-se o trabalho do melhor operário em uma cena cinematográfica... (LENIN, 1986b, p. 18).

Ao descrever o taylorismo como uma “alavanca de aumento da exploração humana” Lenin critica em outra passagem o esgotamento físico do qual padece o operário quando submetido a esse sistema de trabalho:

... as mesmas 9 ou 10 horas da jornada de trabalho explora do operário três vezes mais trabalho, dilapidam-se, sem piedade, todas as suas energias, absorve-se com triplicada rapidez cada gota de energia nervosa e muscular do escravo assalariado. Quem morrerá antes? Há muitos esperando nas portas das fábricas! (LENIN, 1986b, p. 18-19).

Em decorrência da intensificação da jornada de trabalho, Lenin constata a possibilidade de aumento do desemprego, ou seja, menos operários trabalhando, porém, produzindo mais: “No começo, aumentam o salário para o trabalhador. Porém, centenas de trabalhadores são demitidos. Os que ficam, trabalham com quatro vezes mais intensidade, deteriorando-se no trabalho” (1986b, p. 19).

No artigo *O taylorismo é a escravização do homem pela máquina*, de 1914 (quando eclode a primeira guerra mundial), Lenin também denuncia que esse sistema intensifica a *exploração do operário*, cada vez maior no sistema capitalista:

A concorrência que se intensifica sobre as épocas de crise, como a que estamos sofrendo, obriga-o [o capitalismo] a inventar novos meios de baratear a produção. Porém, a dominação do capital converte, cada vez mais, todos esses meios em instrumentos de opressão sobre o operário. O taylorismo é um destes meios (LENIN, 1986c, p.390).

Subordinado ao sistema capitalista, o taylorismo intensifica a exploração do operário; no entanto, a busca incontrolada pelo aumento da produtividade provocaria, segundo Lenin, uma desorganização na produção e o surgimento de crises:

O capital organiza e ordena o trabalho dentro da fábrica para oprimir ainda mais o operário e para aumentar seu próprio lucro. E em toda a produção social continua e aumenta o caos, que leva à crise, quando as riquezas acumuladas não encontram compradores e milhões de operários perecem e passam fome, sem poder encontrar trabalho (LENIN, 1986c, p. 392).

Entretanto, esse texto contém uma mudança na concepção leniniana do taylorismo já que uma ressalva lhe é feita. Caso não se limite à fábrica, o taylorismo apresentaria

uma outra aplicabilidade: estendido a toda a sociedade, possibilitaria que os operários conduzissem a produção social.

O taylorismo, sem que o queiram seus autores e contra a vontade destes, aproxima o tempo em que o proletariado tomará em suas mãos toda a produção social e designará suas próprias comissões, comissões operárias, para distribuir e ordenar acertadamente todo o trabalho social. A grande produção, as máquinas, as ferrovias, os telefones, tudo isto oferece inúmeras possibilidades de reduzir quatro vezes o tempo de trabalho dos operários organizados, assegurando-lhes um bem-estar quatro vezes maior do que hoje. E as comissões operárias, com a assistência dos sindicatos operários, saberão aplicar estes princípios de distribuição sensata do trabalho social quando este se vir livre da escravização pelo capital (LENIN, 1986c, p. 392).

Sistematizando as críticas de Lenin ao taylorismo, Linhart (1976, p. 94) ressalta os seus principais pontos: o taylorismo, aplicado à produção capitalista, seria a causa da “superexploração produtivista, do desemprego, do fortalecimento da aristocracia operária pelo aumento dos salários e pelo aumento do número e da importância do papel dos contramestres”. No entanto, Lenin não critica o aprofundamento da divisão entre trabalho de direção e trabalho de execução; “...*não critica a liquidação de toda a iniciativa técnica operária* [pelo taylorismo]. E não menciona a supressão de toda atividade intelectual do operário no decorrer do seu trabalho” (LINHART, 1976, p. 94).

O “aspecto positivo” do taylorismo é bastante ressaltado por Lenin: livre da sua subordinação ao capitalismo, ou seja, dirigido pelos operários sob a ditadura do proletariado, esse sistema seria um princípio organizador da produção, no sentido do desenvolvimento das forças produtivas quando o seu “invólucro” – a propriedade privada dos meios de produção – fosse rompido. Dissociado da sua *função de exploração capitalista*, o taylorismo auxiliaria na racionalização da produção, ao combater a sua forma capitalista “anárquica”. Tratava-se, pois, de separar no taylorismo seus “aspectos positivos” – aumento da produtividade, diminuição da jornada de trabalho, padronização do trabalho manual, democratização do acesso das massas à gestão política e ao controle da produção – dos seus “aspectos negativos” – uma “alavanca capitalista de exploração humana”. De acordo com Sochor (1981, p. 248), na visão de Lenin o taylorismo estaria ligado aos avanços gerais do capitalismo, o que seria positivamente interpretado, desde que esse método pavimentasse o caminho ao socialismo. Logo, a questão principal que Lenin se coloca seria apenas política, ou seja, quem poderia controlar e usar o taylorismo. Como sublinha Martorano (2002, p. 94-95), “vencer politicamente a burguesia e os latifundiários e derrotá-los militarmente até o seu desaparecimento como classe, são os

termos, essencialmente descritivos, que Lenin utiliza para designar a primeira grande função do Estado socialista, que é apresentada como uma simples tarefa política”.

Em *Cadernos sobre o Imperialismo*, anotações realizadas entre 1915 e 1916 e que precedem *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, a reflexão sobre o *Sistema Taylor* ocupa um lugar privilegiado: a racionalização técnica é a forma transitória que prepara o caminho ao socialismo na época do capitalismo monopolista. Essa ideia se concretizará em *Cadernos sobre o Imperialismo* onde Lenin defenderá a tese de que a transformação do capitalismo em capitalismo monopolista prepara a transição a um modo de produção “mais elevado” (o socialismo), já que, em virtude da centralização da produção, a socialização das forças produtivas já teria acontecido. Nesse sentido, a única tarefa a ser cumprida seria a de quebrar o monopólio burguês da propriedade dos meios de produção para que o proletariado pudesse impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, nenhuma referência ao sistema Taylor aparece em *Imperialismo*, que aborde exclusivamente “a ‘racionalização’ econômica pelos cartéis e pelos grandes bancos (fornecimento sistemático de subsídios e matérias-primas, controle da indústria pesada, divisão dos mercados.)” (LINHART, 1976, p. 88).

Como já ressaltamos, não é possível justificar a concepção de Lenin do taylorismo por um suposto desconhecimento das greves e dos movimentos de resistência levados a cabo pelos trabalhadores nos países onde esse sistema estava sendo implantado. Lenin constata, em 1913, a difusão do taylorismo pela Europa:

O capitalismo norte-americano lidera todos os outros. O maior desenvolvimento da técnica, a maior rapidez no progresso, tudo isto faz com que a velha Europa vá ao enalço dos ianques (...). Do que mais se fala atualmente na Europa, e em parte na Rússia, é do “sistema” do engenheiro norte-americano Frederick Taylor (LENIN, 1986b, p. 18).

Reconhece, ademais, que Taylor concebia, a partir do seu sistema, formas de evitar as greves contra a sua aplicação:

O autor impôs seu método desde 1883 nas mais diversas indústrias dos Estados Unidos (...). Pensa que, com este sistema, as greves são inevitáveis somente se a maioria dos operários pertencerem a um sindicato, cujos estatutos são tão rigorosos que não permitem a seus filiados trabalhar senão se ajustando às condições fixadas pelo sindicato (LENIN, 1986d, p. 138).

Mesmo que a resistência ao taylorismo tenha materializado a “defesa do saber operário e da autonomia operária”, ela explicitou, segundo Linhart (1976, p. 98), uma posição *conservadora* das frações mais favorecidas da classe operária ocidental e dos sindicatos; o movimento sindical, na luta contra a racionalização do processo produtivo

representava, sobretudo, os trabalhadores qualificados. Logo, o setor sindical atingido pela implantação do taylorismo nas fábricas lutava para garantir a manutenção dos direitos de um segmento da classe operária, e não da classe operária como um todo. Quando, na primavera de 1918, Lenin propõe a implantação do taylorismo nas fábricas russas com o objetivo de acelerar a produção, a oposição virá, justamente, da minoria dos operários qualificados influenciada pelos mencheviques.

Ainda em *Cadernos sobre o imperialismo*, Lenin ressalta aspectos positivos da aplicabilidade do sistema Taylor: a “*estandardização*” do trabalho manual é considerada como *um progresso importante em direção ao socialismo*; essa padronização do trabalho manual deveria se estender a toda a sociedade para que todos pudessem realizar o mesmo trabalho; essa concepção é intrínseca à ideia de democratização do acesso das massas à vida política: a simplificação das tarefas possibilitaria a diminuição do seu tempo de execução, o aumento da produtividade e a diminuição da jornada de trabalho, condições para que os operários pudessem participar da vida política através da gestão estatal. Nesses escritos encontra-se a seguinte fórmula: “Cronometrar-se o estudo dos tempos = o mais ‘interessante’, o mais ‘sensacional’ no sistema Taylor” (LENIN, 1986^a, p.144)⁸. Lenin defende, pois, o que Linhart (1976) denomina “auto-organização tayloriana” da sociedade. Essa ideia se torna mais explícita quando Lenin se refere ao surgimento, em 1918, dos “sábados comunistas”, considerados como *a primeira iniciativa de trabalho verdadeiramente comunista*:

Os “sábados comunistas” têm tanta importância porque foram iniciados não por operários que se encontram em condições excepcionalmente favoráveis, mas por operários de diversas especialidades, incluindo também operários não especializados, serventes que se encontram nas condições *habituais*, isto é, as *mais duras* (LENIN, 1980c, p. 154).

A forma de trabalho dos “sábados comunistas” deveria ser expandida por toda a sociedade para que o socialismo fosse, enfim, alcançado. Essa ideia está associada à possibilidade do nascimento de *um novo sistema político*, no sentido de um “excelente modelo de progresso técnico do capitalismo ao socialismo” (LENIN, 1986d, p. 146).

Em resumo, Lenin aposta que a simplificação da execução das tarefas no processo de produção imediata através da aplicação do taylorismo resultaria numa diminuição da

⁸ Lenin (1986d, p. 145-146) também está atento aos estudos do movimento realizados por Frank Gilbreth, relacionados ao aumento da produtividade e com ele concorda quando afirma que “Este estudo contribuiu para reduzir os movimentos não somente dos homens e mulheres, mas também os movimentos dos médicos, enfermeiras, operários, em uma palavra, os movimentos dos trabalhadores de cada tipo de trabalho estudado”, de modo que “Estes estudos têm interesse para toda a sociedade”.

jornada de trabalho. Os operários poderiam, pois, participar da vida política através da gestão estatal, o que lhes garantiria a supervisão e o controle da expansão do taylorismo para toda a sociedade. Já desvencilhado dos seus *traços capitalistas* (pois *controlado* pelo proletariado), esse sistema impulsionaria o desenvolvimento das forças produtivas, abrindo o caminho para o exercício da *democracia socialista pelas massas*.

O Estado socialista pode surgir unicamente como uma rede de comunas de produção e consumo, que registrem conscienciosamente a sua produção e consumo, economizem o trabalho, elevem constantemente a sua produtividade e com isso alcancem a possibilidade de reduzir a jornada de trabalho até sete, seis horas e mesmo menos... O capitalismo deixou-nos em herança organizações de massas capazes de facilitar a transição para o registro e o controle de massas da distribuição de produtos (LENIN, 1980b, p. 571).

Porém, Lenin não vislumbra a subordinação da diminuição da jornada de trabalho a uma transformação dos métodos de organização da produção imediata através da livre iniciativa e da autogestão operária. Apesar das experiências levadas a cabo pelo *Controle Operário dos Sovietes*, entre finais de 1917 e 1918, no sentido de comandar o processo produtivo através da atuação das comissões de fábrica presentes nos principais centros industriais⁹, Lenin não abre mão de defender a “organização do registro e do controle” e da “elevação da produtividade do trabalho em escala nacional” através da mais completa disciplina do trabalho para se chegar ao socialismo (1980b, p. 564). Mesmo reconhecendo que, numa economia socialista, a supressão da separação entre *trabalho manual e trabalho intelectual* – própria à divisão especificamente capitalista do trabalho – dever acontecer, Lenin não indica os passos para essa superação.

A base econômica da extinção completa do Estado é um desenvolvimento tão elevado do comunismo que nele desaparece a oposição entre trabalho espiritual e o trabalho manual (...) a simples expropriação dos capitalistas (...) dará a possibilidade de um desenvolvimento gigantesco das forças produtivas (...). Mas qual será a rapidez deste desenvolvimento, com que rapidez atingirá uma ruptura com a divisão do trabalho (...) isto não sabemos e *não podemos saber* (LENIN, 1980 a, p. 287).

⁹ Segundo Arbix (1997: 26), as comissões de fábrica representaram, principalmente em Petrogrado, uma das conquistas mais importantes da revolução de fevereiro, que precedeu a revolução de outubro. Assumindo, nas indústrias, o papel dos sindicatos e outras funções como: “acompanhamento das demissões e contratações, de supervisão geral do funcionamento da produção, de alimentação dos operários e mesmo de interferência nos sistemas de formação educacional”, essas comissões possuíam um lugar chave na revolução de outubro e sua intervenção passa a focar a destruição das estruturas hierárquicas e autoritárias da indústria.

Mesmo que os traços gerais que delineiam a concepção leniniana sobre a aplicação do taylorismo na economia russa permaneçam inalterados, é importante que algumas questões, concernentes ao agravamento das condições econômicas que atingem a sociedade russa entre 1917 e 1918, sejam levadas em consideração. Em decorrência da primeira guerra mundial e da guerra civil, a Rússia é assolada pela fome e pelo caos econômico. As indústrias estão paralisadas e as colheitas não são distribuídas pelos camponeses que sofrem grande influência dos mencheviques e dos Socialistas Revolucionários (SR). Nesse sentido, ao compararmos as duas versões de *Tarefas imediatas do poder dos soviets*, é possível notar que na primeira versão (março de 1918), Lenin ressalta uma diferença entre o sistema Taylor quando subordinado ao capitalismo e o que viria a ser o “taylorismo socialista”, um taylorismo libertador que democratizaria o acesso das massas ao domínio da ciência e da técnica, bem como diminuiria o tempo da jornada de trabalho, beneficiando-as através da redução do dispêndio da sua força de trabalho e da sua participação na gestão política da sociedade soviética.

A República Soviética socialista enfrenta uma tarefa que sucintamente pode formular-se: devemos implantar em toda a Rússia o sistema Taylor e a elevação científica norte-americana da produtividade do trabalho, conjugando este sistema com a redução do tempo de trabalho, com o emprego de novos métodos de produção e de organização do trabalho, sem prejudicar em absoluto a força de trabalho. Pelo contrário, o emprego do sistema Taylor, corretamente dirigido pelos próprios trabalhadores se estes são bastante conscientes, constituirá o meio mais seguro para uma sucessiva e enorme redução da jornada de trabalho obrigatória de toda a população trabalhadora, o meio mais seguro para que em um período bastante curto realizemos a tarefa que se pode expressar aproximadamente assim: seis horas diárias de trabalho físico para cada cidadão adulto e quatro horas de trabalho na administração do Estado (LENIN, 1986d, p.146).

A liberdade seria conquistada pelo operariado e o *novo homem* soviético surgiria: o operário, através da racionalização do processo produtivo aprenderia a trabalhar de forma socialista, ou seja, as tarefas simplificadas libertar-lhe-iam da intensa jornada de trabalho – na qual sua força de trabalho é superexplorada – através da sua diminuição, para participar da vida política.

Nessa primeira versão do artigo o pano de fundo para a transição ao socialismo é, principalmente, o aumento da produtividade, resultado da organização da economia e do desenvolvimento das forças produtivas; some-se a isso a necessidade de libertação dos operários do jugo da exploração capitalista. O taylorismo, aplicado e dirigido pelas

comissões operárias e expandido a toda a sociedade seria o meio para a autodeterminação das massas, a pavimentação do caminho que conduziria ao socialismo.

A segunda versão de *As tarefas imediatas* é redigida em abril de 1918. De outubro 1917 ao fim de maio de 1918 (início das “revoltas brancas” lideradas pelo exército czarista), ocorre implantação do poder proletário e das transformações econômicas e políticas iniciais.

Durante esses meses, o poder soviético procura destruir o poder econômico que dá à burguesia a propriedade dos principais meios de produção e de circulação, nacionalizando as grandes empresas industriais, as minas, os bancos, etc., e colocando o conjunto da economia sob o controle da classe operária, ao mesmo tempo que evitava efetuar nacionalizações generalizadas (BETTELHEIM, 1979, p. 55).

Segundo Bettelheim (1979), Lenin caracteriza essa política de “capitalismo de Estado”, que seria seguida por um “segundo passo ao socialismo”, possibilitando a passagem “à regulamentação da produção pelos operários”; defende, pois, o aumento da produtividade para que se restabeçam as forças produtivas arruinadas durante o período de guerra:

... a tarefa principal do proletariado e do campesinato pobre por ele guiado é (...) o trabalho positivo ou construtivo de organização de uma rede extraordinariamente complexa e delicada de novas relações de organização que abarquem a produção e a distribuição planejada dos produtos necessários à existência de dezenas de milhões de pessoas. Ao criar um novo tipo de Estado, o Estado Soviético, que abre às massas trabalhadoras e oprimidas a possibilidade de tomar uma parte muito ativa na construção independente da nova sociedade, resolvemos apenas uma pequena parte de uma tarefa difícil. A dificuldade principal reside no campo econômico: realizar um registro e um controle rigorosíssimo e geral da produção e distribuição dos produtos, elevar a produtividade do trabalho, *socializar de fato* a produção (LENIN, 1980b, p.560).

Se a primeira grande tarefa do Estado sob a ditadura do proletariado – vencer politicamente a burguesia e os latifundiários – já havia sido iniciada, a questão que passa a ser central é a concretização dessa tarefa, que depende de quem administrará o desenvolvimento da produtividade.

Conquistamos a Rússia – dos ricos para os pobres, dos exploradores para os trabalhadores. Agora devemos *administrar* a Rússia. E toda a peculiaridade do momento que vivemos, toda a dificuldade consiste em compreender as particularidades da transição da tarefa principal de convencer o povo e esmagar militarmente os exploradores para a tarefa principal de *administrar* (LENIN, 1980b, p. 562).

Para tanto, seria necessário aprender com os técnicos burgueses toda forma de aplicação da ciência e técnica capitalistas mais avançadas. Mas, para que esses técnicos cumprissem o papel de *ensinar o trabalhador russo a trabalhar*, dever-se-ia pagar-lhes altos salários, o que Lenin considera “um passo atrás do poder de Estado socialista” (LENIN, 1980b, p. 567).

Sem a direção dos especialistas dos diferentes ramos do conhecimento, da técnica, da experiência, é impossível a transição para o socialismo, porque o socialismo exige um movimento de avanço consciente e massivo para uma produtividade do trabalho superior em comparação com o capitalismo e na base do que foi alcançado pelo capitalismo (LENIN, 1980b, p. 566).

Mas o que fundamentalmente diferencia essa versão de *Tarefas imediatas* da sua versão preliminar é a defesa da adoção do *diretor único* nas indústrias para que a “anarquia da produção”, resultado da desorganização da produção nas indústrias e do trabalho nas estradas de ferro, fosse superada. “Aprender a trabalhar” passa a ser a grande tarefa dos operários e camponeses russos para que os técnicos burgueses, “corrompidos pelos costumes burgueses” não mais fossem necessários. A adoção do trabalho obrigatório é defendida sob o eufemismo “trabalho preparatório de organização”. A disciplina laboral passa a ser imprescindível para a elevação do desenvolvimento das forças produtivas e para a solução do caos instaurado na Rússia.

... toda a grande indústria mecanizada – isto é, precisamente a fonte e a base material, produtiva do socialismo – exige uma unidade de vontade absoluta e rigorosíssima que dirija o trabalho comum de centenas, milhares e dezenas de milhares de pessoas. Tanto tecnicamente como economicamente e historicamente esta necessidade é evidente e quantos pensaram no socialismo sempre a reconheceram como sua condição. Mas como pode ser assegurada a mais rigorosa unidade de vontade? – Por meio da subordinação da vontade de milhares à vontade de um só (LENIN, 1980 a, p. 581).

Porém, Lenin, ao considerar que o único problema resultante da atuação de técnicos burgueses no processo produtivo se restringe ao pagamento de altos salários, e ao defender a obediência irrestrita ao diretor único nas empresas, parece ignorar que a defesa desse tipo de disciplina de trabalho, subordinada a um comando hierárquico inflexível, coíbe qualquer iniciativa operária no sentido de transformação das técnicas de trabalho e dos meios de produção. Lenin em nenhum momento contempla, concomitantemente ao plano de organização do registro e controle da produção, a transformação das forças produtivas capitalistas através da superação da divisão entre trabalho de direção e de execução – aprofundada pelo taylorismo e razão de existência desses mesmos técnicos.

A defesa da adoção do diretor único nas fábricas pauta-se, ademais, no argumento de que a forma de *ditadura* da produção sob o regime soviético estaria a serviço do combate à ideologia pequeno-burguesa que perpassaria todo o processo produtivo.

Quanto mais nos aproximamos do total esmagamento militar da burguesia mais perigoso se torna para nós o elemento da anarquia pequeno-burguesa. E contra este elemento não se pode lutar apenas por meio da propaganda e da agitação, apenas por meio da organização da emulação, apenas por meio da seleção de organizadores; tem de se lutar também por meio da coação (LENIN, 1980b, p.579).

Lenin luta contra o que considera ser a pior herança do capitalismo: a “anarquia da produção” e o burocratismo. Os métodos de controle tayloristas deveriam, nesse sentido, ser empregados “a partir de baixo, para paralisar qualquer sombra de possibilidade de deturpação do Poder Soviético, para arrancar repetida e infatigavelmente a erva daninha do burocratismo (LENIN, 1980 a , 586). No entanto, como bem salienta Linhart (1976, p. 114), o taylorismo é, em essência, a burocratização da produção, de modo que “Lutar contra o burocratismo apoiando-se no taylorismo (...) não significa jogar pela janela aquilo que se reintroduz pela porta principal?”.

“O elogio ao taylorismo”, como salienta Bensaïd, indica que Lenin “persiste em sua *utopia gestionária*, imaginando que quando o Estado e a autoridade política desapareçam, ‘as funções públicas perderão seu caráter político e se transformarão em simples funções administrativas’” (1997, grifo meu, A. L.). O entusiasmo de Lenin pelo taylorismo, bem como pela função de supervisão e controle da racionalização da produção que atribui à ditadura do proletariado, não se reduz à “extinção do Estado, mas claramente à extinção da política, solúvel na administração das coisas” (BENSAÏD, 1997).

Lenin estabelece como pressuposto do desenvolvimento do sistema produtivo russo o primado do desenvolvimento das forças produtivas *em geral* que, impulsionado pelo proletariado no poder, liquidaria a divisão entre o trabalho de direção e de execução através da socialização da técnica. Mas, ao não questionar a natureza das forças produtivas, ao limitar a transformação do processo produtivo capitalista a uma mudança da administração e da planificação da economia, bem como ao pleno desenvolvimento da ciência e da técnica, acaba prevalecendo em Lenin uma concepção neutra das forças produtivas. Essa visão concebe as máquinas, as ferramentas e os meios de produção em geral como objetos materiais que possuem apenas as características exigidas pelas regras “técnicas” da sua fabricação. No entanto, como ressalta Coriat (1976, p. 102),

... antes da técnica estão a política, a luta de classes e a apropriação da técnica pelo capital. O que explica e faz possível que as características técnicas sejam as necessárias, não para uma maior eficácia do trabalho “em geral” – o que não quer dizer nada: não se trabalha “em geral”, mas sempre sob relações de produção concretas – mas para a maximização do produto [mais-valia] em condições de uma divisão do trabalho que assegure ao capital o controle do processo de trabalho (...). A instauração da dominação é, de alguma maneira, condição para a extração máxima de mais-valia; os dois imperativos aparecem, pois, como complementares.

Não é possível compreender os elogios de Lenin ao taylorismo, bem como a defesa da adoção de técnicos burgueses e do diretor único no processo de produção, se nos restringirmos a um argumento conjuntural, ou seja, às dificuldades atravessadas pela sociedade russa como causas dessas eleições. Ao contrário, é preciso considerar, de acordo com Linhart (1976, p. 93) que a dialética leniniana, ao delimitar um “objetivo central (...) para a etapa em curso”, tudo lhe subordina, “mesmo que o preço a pagar sejam as contradições suplementares e os obstáculos suplementares para o desenvolvimento posterior”. Partindo dessa explicação, dissolve-se a sombra de dúvida que paira sobre os motivos que teriam levado Lenin a aceitar o aprofundamento da divisão entre o trabalho de direção e de execução no processo de produção soviético, através do fortalecimento da sua *estrutura autoritária*.

Para concluir a comparação entre as duas versões de *Tarefas imediatas...*, importa ressaltar os seguintes aspectos: enquanto na primeira versão a *emancipação humana do jugo capitalista da exploração do trabalho* somente aconteceria se o taylorismo fosse aplicado em toda a sociedade, na versão definitiva o enfoque sobre a aplicação do taylorismo é diferente, pois se restringe ao aumento da produtividade. Essa versão, além de expressar o agravamento da conjuntura na qual estava mergulhada a Rússia, privilegia, como meio de “elevação da consciência do operário russo”, a educação do trabalho, através da adoção do sistema de diretor único. Logo, vigora nesse texto uma concepção mais clássica do taylorismo como *centralização autoritária do processo de trabalho*. Entretanto, há um pano de fundo comum entre as duas versões: De acordo com Linhart (1976, p. 112), Lenin ainda insiste na ideia de que é necessário “...quebrar o monopólio do saber técnico; as massas devem ter acesso a ele”.

Mesmo que a Revolução de outubro tenha rompido com “as cadeias mais antigas, mais fortes e mais pesadas, com as quais se submetiam as massas pela força (...) essa mesma revolução”, aponta Lenin (1980b, p. 581), “precisamente no interesse do socialismo,

exige a obediência sem reservas das massas à vontade única dos dirigentes do processo de trabalho”. De acordo com Querzola (1978, p. 60), para Lenin “Submissão dos operários e ditadura do proletariado se identificam dialeticamente”. Dito de outro modo, a *coabitação* entre uma organização democrática, no âmbito da gestão estatal, e uma disciplina exemplar no interior do processo produtivo à qual deveriam se submeter os trabalhadores era defendida por Lenin sem uma consideração profunda do seu caráter contraditório:

É preciso consolidar o que nós próprios conquistamos, o que nós próprios decretamos, legalizamos, discutimos e projetamos, consolidar em formas estáveis de uma disciplina do trabalho diária. Esta é a tarefa mais difícil, mas também a mais grata, pois só a sua resolução nos dará a ordem socialista. É preciso aprender a conjugar o democratismo dos comícios das massas trabalhadoras... com a disciplina *férrea* durante o trabalho, com a *obediência sem reservas* à vontade de uma só pessoa, do dirigente soviético, durante o trabalho (LENIN, 1980b, p.583).

O taylorismo como concepção teórica

Segundo Linhart, as condições materiais da sociedade russa após a Revolução de outubro não viabilizaram a aplicação e o desenvolvimento imediato do taylorismo no processo produtivo, já que o operário russo ainda não tinha acumulado um capital de conhecimentos e de práticas técnicas. O taylorismo, enquanto método de expropriação do saber operário e de consolidação de um sistema de direção do trabalho, “toma toda sua dimensão de ofensiva estratégica no plano social, quando ataca classes operárias poderosas, experimentadas, qualificadas, herdeiras de séculos de ofícios, de corporações, de artesanato” (1976, p. 100). Não existia nada semelhante na Rússia de 1918.

Uma das principais razões para que essa classe operária russa não fosse qualificada como as classes operárias dos principais países imperialistas, nos quais o taylorismo estava sendo implantado, pode ser encontrada na própria natureza do capitalismo russo: as grandes indústrias presentes nessa formação social eram de origem estrangeira e não recrutavam uma força de trabalho local para as funções mais elevadas. Apelava-se, assim, segundo Linhart (1976, p. 101) aos estrangeiros, “no tocante aos trabalhos qualificados e à manutenção da maquinaria, deixando para os operários russos os empregos manuais [braçais]”. Ademais, as indústrias na Rússia se especializavam na fabricação de produtos semiacabados para exportação, sendo as indústrias mecânicas e químicas (viveiros de operários qualificados) pouco desenvolvidas. Também não há na Rússia o desenvolvimento

de pequenas e médias empresas, as quais, nos países capitalistas imperialistas, são o lugar privilegiado para o surgimento de uma força de trabalho experiente, qualificada, não só na técnica da produção, mas também no histórico de lutas e reivindicações contra o crescimento da sua exploração.

Logo, o taylorismo não foi efetivamente implantado na Rússia/União Soviética entre o período leninista (1917-1924) e o abandono da NEP (Nova Política Econômica) em 1929¹⁰. De acordo com Bettelheim (1983, p. 238), mesmo que durante o período da NEP a ideia de um “taylorismo soviético” estivesse presente, nenhuma realização concreta de aplicação desse sistema ocorreu; de fato, o que se desenvolveu foi “um sistema de salário baseado em normas estabelecidas pelas direções de empresas e pelos órgãos de planejamento, em condições muito variáveis (...) e correspondendo a um salário por peças em geral acompanhado de prêmios”. Ademais, a duração da jornada de trabalho, sob a adoção do diretor único, chegava a atingir mais de 18 horas, quando não 24... Nesse sentido, de acordo com Arbix (1997, p. 25), “A imagem de que o socialismo futuro (...) poderia ser equacionada nas fábricas a partir do binômio taylorismo-controle operário, desmanchar-se-ia rápida e tragicamente”.

10 Segundo Bettelheim (1979), no final do período da guerra civil e da intervenção estrangeira, a Rússia encontra-se devastada. Por isso, adota-se a NEP que, a princípio, apresenta-se como um retorno ao “capitalismo de Estado” do inverno de 1917-18. Mas a concepção da NEP sofre diversas transformações até ser abandonada. Um de seus principais aspectos é o restabelecimento da liberdade do comércio dos produtos agrícolas.

Referências Bibliográficas

ARBIX, Glauco (1997). “Notas sobre a taylorização soviética do trabalho”. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR, nº 08, pp. 21-30.

BALIBAR, Étienne (1999). “Dictature du Proletariat”. In: LABICA, Georges; BENSUNSSAN, Gérard (Eds.). *Dictionnaire Critique du Marxisme*. 3ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 323-332.

BENSAÏD, Daniel. (2007). *El Estado, la democracia y la revolución: una vez más sobre Lenin y 1917*. Trad. de Alberto Nadal. <http://danielbensaid.org/El-Estado-la-democracia-y-la?lang=fr> (consultado em 1º de maio de 2017).

BETTELHEIM, Charles (1979). *Luta de Classes na União Soviética*. Primeiro Período (1917 – 1923). Trad. de Bolívar Costa. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1983). *Luta de classes na União Soviética*. Segundo Período: (1923 – 1930). Trad. de Flávio Pinto Vieira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BRAVERMAN, Henry (1977). *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

CORIAT, Benjamin (1976). *Ciencia, técnica y capital*. Trad. de María Teresa Martínez; Miguel Pelliser. Rosario; Madrid: H. Blume.

LAZAGNA, Angela (2002). *Lenin, as forças produtivas e o taylorismo*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

LENIN, Vladimir I. (1980a [1917]). “O Estado e a revolução”. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 02.

_____ (1980b [1918]). “As tarefas imediatas do poder soviético”. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 02.

_____ (1980c [1918]). “Uma grande iniciativa”. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, vol. 03.

_____ (1980d [1917]). “Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução”. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, vol. 2, pp. 11-48.

_____ (1986a [1915-1916]). “Cuadernos sobre el Imperialismo”. In: *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso Moscú, vol. 28.

_____ (1986b [1913]). “Sistema ‘científico’ de estrujar el sudor”. In: *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso Moscú, vol. 23.

_____ (1986c [1914]). “El taylorismo es la esclavización del hombre por la maquina”. In: *Obras Completas*, Moscú, Editorial Progreso, vol. 24.

_____ (1986d [1918]). “Las tareas inmediatas del poder soviético (de la

primera variante del artículo)”. In: *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso Moscú, vol. 28.

_____ (1986e [1916]). “Imperialismo, fase superior do capitalismo”. In: *Obras escolhidas*. 3ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 01.

LINHART, Robert (1976). *Lénine, les paysans, Taylor* (Essai d’analyse matériel historique de la naissance du système productif soviétique). Paris: Éditions du Seuil (Collection “Combats”).

MARTORANO, Luciano Cavini (2001). “Elementos do Estado socialista na Comuna de Paris”. In: BOITO JR., Armando (Org.). *A comuna de Paris na História*. São Paulo: Cemarx/IFCH; Xamã, pp. 67-79.

_____ (2002). *A Burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo: Anita Garibaldi; Xamã.

QUERZOLA, Jean. (1978). “Le chef d’orchestre a la main de fer: Léninisme et Taylorisme”. In: MURARD, Lion ; ZYLBERMAN, Patrick (Eds.). *Le soldat du travail*. Guerre, fascisme et taylorisme. Paris: Cahiers de Recherches, n° 32-33, pp. 57-94.

SOCHOR, Zenovia A. (1981). “Soviet taylorism revisited”. In: *Soviet Studies*, vol. XXXIII, n° 02, April, pp. 246-264.

TAYLOR, Frederick Winslow. (1971). *Princípios de administração científica*. Trad. de Arlindo Vieira Ramos. 7ª edição. São Paulo: Atlas.

Os sinuosos trilhos soviéticos: Alexandre Medvedkine e o cine-trem

The meandering trails soviets: Alexandre Medvedkine and the cinetrain

Rafael Fermino Beverari¹

Resumo: A dimensão técnica das experiências cinematográficas soviéticas ganha novos contornos a partir das produções de seus expoentes cineastas como Eisenstein, Vertov, Pudovkin, Dovzhenko, entre outros. No entanto, diferentes projetos envolvendo a cinematografia russa insurgem no interior do contexto revolucionário. É o caso do cine-trem, organizado por Alexandre Medvedkine, que percorre grande parte do território soviético no ano de 1932 e cujas práticas da elaboração de roteiro, captação de imagens, montagem e exibição se aproximam do cotidiano da luta de classes.

Palavras-chave: Cinema; Marxismo; Organização do trabalho; Proletariado.

Abstract: The technical dimension of the Soviet cinematographic experiences gain new shape from the productions of its exponents filmmakers such as Eisenstein, Dziga Vertov, Pudovkin, Dovzhenko, among others. However, different projects involving the Russian cinematography appears within the revolutionary context. It is the case of the cinetrain, organized by Alexandre Medvedkine, that travels much of Soviet territory in the year of 1932 whose practices of script, shooting, montage and exhibition are close to the daily class struggle.

Keywords: Cinema, Marxism; Work organization; Proletariat.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo; professor das Faculdades Integradas Campos Salles, São Paulo-SP, Brasil. E-mail: rfbeverari@gmail.com

Introdução

A sentença escrita em russo com fonte de distintos tamanhos em branco “Como você vive, camarada mineiro?” - título do filme - é acompanhada por um fundo preto. O símbolo de interrogação ocupa uma posição em destaque, perpassando, por altura, as demais linhas que compõem a frase. O que poderia ser um simples artifício de montagem cinematográfica elaborado pelo diretor Nikolai Karmazinski parece ser o fio condutor das produções realizadas durante a experiência do cine-trem, organizado por Alexandre Medvedkine, durante o ano de 1932 em parte do território soviético. Com o trabalho de fotografia realizado por E. Vogorov, a primeira cena parte de uma panorâmica que se inicia desde uma montanha e caminha vagorosamente para os trilhos, cujo trem percorre caminho oposto ao movimento da câmera. O vapor que sai pela chaminé da locomotiva parece demonstrar a potência desta. Uma cartela “A grande mina Outubro” explicita o local onde a trama envolvendo os “camaradas mineiros” será retratada. Logo, montes de livros empilhados são fechados em uma estante com portas de vidro. Lacrado diante das prateleiras, a cena se desloca para uma próxima cartela que indica o local assinalado; “Reunião de comitê da mina”. No total, dez homens surgem sentados diante de uma mesa. O plano fechado em um homem pensativo antecede um manuscrito que diz: “Plano não completado: Ausências. Disciplina no trabalho. Planejamento para o mês. Trabalho cultural. Perguntas do dia”. Próximo do corte para outra cena, um dos insetos considerados como uma das piores pragas domésticas percorre o papel por entre a lista de afazeres dos trabalhadores: a mosca.

O pequeno trecho da produção destacado acima não se apresenta isolado de uma profunda discussão envolvendo as artes visuais que permeavam o cenário artístico soviético desde a revolução de 1917. Logo, cineastas como Denis Kaufman, mais conhecido como Dziga Vertov, correram para colaborar com o processo revolucionário através do *Kino Komitet* de Moscou. Suas concepções baseadas no *Kino-Pravda* (Cine-Verdade) e *Kino-Glaz* (Cine-Olho) demarcam sua trajetória em busca da percepção da realidade por meio de uma montagem que estabeleça uma intrínseca relação entre o olho (humano) e a câmera (máquina). Longe das luzes dos estúdios de ficção, a apreensão de uma realidade concebida pelo autor estaria disposta nos eventos filmados no calor do momento. Outro expoente da cinematografia russa é Sergei Eisenstein que, com seus exercícios de montagem, proporcionou novos sentidos à realidade através da edição. Sua participação no Exército Vermelho durante os primeiros momentos do conflito não o restringiu a participar das agitações por meio do teatro e posteriormente às telas de

projeções. Para ele, o conceito de “realismo” no cinema “era uma construção intelectual, motivada, tal como em Sócrates, pela busca da verdade das coisas” (MACHADO, 2013, p. 132). Esse inter-relacionamento das imagens com a finalidade de atribuir uma significação própria foi fator fundamental nas obras de Eisenstein. Um exemplo deste artifício pode ser observado no filme *Outubro* (1928), quando a imagem do primeiro ministro Kerenski é seguida por uma estátua de Napoleão Bonaparte. A associação ao bonapartismo² desses dois personagens é algo induzido ao espectador diante dessa técnica de montagem.

O debate sobre como retratar a nação por meio da câmera agita o meio artístico que continua produzindo materiais que variam de cinejornais aos filmes de ficção. Pois é nessa discussão envolvendo a captação do que seria a realidade vivenciada no interior de um processo revolucionário que estes questionamentos sobre o que filmar e como montar perpassam a década de 1920, ressoando até nos estúdios militares do começo de 1930.

O cavaleiro do Exército Vermelho, Alexandre Ivanovitch Medvedkine, entusiasmado com o teatro de cavalaria assistido durante as investidas, torna-se o Diretor-Chefe do setor de propaganda de todo exército soviético. Sua alta patente não o impediu de optar pela renúncia aos afazeres militares e sua dedicação ao cinema. Retratando a guerra civil que assola a Rússia com seus documentários e ficções, sempre com traços de comicidade, Medvedkine dirige um grupo de cineastas ao lado das barricadas soviéticas durante a Segunda Guerra Mundial, tendo inclusive realizado uma invenção que acoplava uma câmera filmadora na parte superior de uma arma. A mira que busca a efetividade do disparo é acompanhada de perto do seu registro. O campo de visão do atirador se funde com o espectador que compõe a cena no campo de batalha. Sua produção no meio audiovisual se estende para o campo da direção, assistente de direção e roteirista de mais de 30 obras realizadas em situações que vai desde filmes de ficção, passando pela propaganda até curtas metragens documentais³. O processo de reestruturação econômica conhecido como Perestroika marca o ano de seu falecimento em 1989. Por sua vez, a avidez no registro de suas imagens que percorrem as décadas de 1930 até 1980 apontam para possíveis análises das decisões tomadas pelos revolucionários no decorrer dos tempo⁴.

² “Bonapartismo (do nome dos dois imperadores franceses Bonaparte) um governo que procura parecer não partidário, aproveitando-se de uma luta extremamente aguda dos partidos dos capitalistas e dos operários entre si. Servindo de facto os capitalistas, esse governo engana, mais que ninguém, os operários com promessas e pequenas esmolas.” Disponível em: [Cf. http://www.marxists.org/](http://www.marxists.org/) . Acesso em: 13/04/2017.

³ Cf. <http://www.imdb.com/name/nm0575963/> . Acesso em 15/04/2017.

⁴ O cineasta francês Chris Marker realizou em 1992 um filme intitulado “Le Tombeau d’Alexandre” que retrata da trajetória de Medvedkine por meio de suas obras audiovisuais. Suas escolhas no tema e na abordagem da produção cinematográfica percorrem um paralelo às mudanças sofridas pelo Estado soviético.

Sabendo da enorme dimensão e complexidade dos conflitos sociais envolvendo a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, este artigo busca compreender o projeto do cine-trem, organizado por Alexandre Medvedkine, no ano de 1932, em várias regiões deste território. A extensa rede ferroviária, como principal meio de transporte daquele período, tornava viável a presença de trens de propaganda com um vagão destinado ao cinema. Para Medvedkine, mais importante do que proporcionar o filme às massas seria a experiência que envolve a construção do filme e seus resultados posteriores. Assim, os trabalhadores por onde passara a locomotiva poderiam vivenciar os pormenores da indústria cinematográfica ao participarem diretamente da construção dos roteiros, atuação dos personagens e acompanhamento da revelação e montagem da celuloide. A exibição seguida por calorosos debates também entusiasmava os realizadores que buscavam melhorar as condições de vida de um povo ainda marcado pela Guerra Civil.

No total, três vagões foram utilizados, sendo o primeiro como dormitório, o segundo como sala de projeção e animação (títulos e desenhos animados) e o terceiro para revelar e copiar as películas. O espaço em seu interior era menor que 2m² para cada um dos 32 passageiros, uma vez que se tratava da adaptação de um trem de passageiros. No total, 18 números de um cinejornal e 53 filmes de propaganda foram executados em uma viagem de 294 dias aos lados da Ucrânia e Criméia. O que inicialmente contou com o apoio fundamental do Comissariado do Povo para os Transportes visando a melhoria do sistema ferroviário soviético se transformou em um projeto marcado pela ousadia de seus realizadores diante do desafio de questionar uma estrutura burocrática que atrapalharia o desenvolvimento industrial e agrícola da nação. Burocracia esta que culminava em uma população assolada pela miséria de um país recém-industrializado que havia acabado de passar pela Primeira Guerra Mundial e os conflitos internos do intenso momento revolucionário.

O cinema, que até então contava com um público limitado e variável nas diferentes regiões, passa a ter outro significado a partir do momento em que se aproxima da classe trabalhadora do campo ou da cidade. Portanto, o filme como expressão ideológica representa apenas um fragmento da sociedade, sendo recebido e interpretado de maneira particular por cada grupo social, de modo que os mineiros de Krivoy Rog (Ucrânia) possam ter uma percepção distinta do material produzido durante a passagem pelos camponeses dos Kolkhozes⁵ localizados na Crimeia. Entre o registro das condições de

⁵ Propriedade rural coletiva na qual funcionava uma cooperativa de produção agrícola.

vida dos mineiros e as dificuldades vivenciadas nas unidades de produção coletiva, “la pantalla revela al mundo evidentemente no como es, sino como se le corta, como se le comprende en una época determinada” (SORLIN, 1985, p. 28).

Este breve contexto histórico não pode deixar despercebido a chegada de Josef Stalin como Secretário-Geral do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a partir de 1922. Sua chegada ao poder influenciaria uma série de decisões que foram determinantes na constituição do cine-trem proposto por Medvedkine. Deste modo, o crítico cinematográfico Pierre Sorlin propõe desvendar o mundo exterior (as mudanças sociais) através do interior (o microuniverso do filme), sem deixar de relacionar este último com o sistema no qual se produz⁶.

Com o desenrolar dos anos, a forte censura perpetrada por Stalin começa a surtir efeito no campo cinematográfico. Diante de uma nação que surge sempre alegre perante as lentes das câmeras, Medvedkine e seus companheiros de viagem registram as dificuldades encontradas pelos trabalhadores durante o trajeto. Se, no início deste artigo a mosca pousou sobre um manuscrito das metas não realizadas pelos trabalhadores, a continuação deste curta-metragem não é mais animadora. Sentados em uma mesa, enchem um copo até transbordá-lo. O número de 1500 operários que vivem nesta situação é anunciado em uma cartela. Por entre um portão de madeira, é possível observar algumas dezenas de crianças correndo em um chão de terra que comporta um pequeno fogareiro utilizado por uma mulher de cócoras. Esta mesma trabalhadora passa na frente de um espaço aberto (sem portas) em que um homem encontra-se, supostamente, realizando suas necessidades fisiológicas. Uma próxima cartela acentua o tom de denúncia à desorganização captada: “O dinheiro concedido para fazer as calçadas não é utilizado”. Um plano fechado retrata alguns passos diante de um chão de terra revirada. Com clara alusão ao cuidado que os mineiros deveriam ter ao local que habitam, um título realiza outro alerta: “Até os vegetais secam se não forem cuidados”. Na tela, a força do vento retorce os galhos secos de uma árvore.

As próximas cenas dizem respeito às intimidades da vida operária, fato não muito usual quando o foco da produção artística deveria ser a demonstração da força coletiva nas fábricas e colheitas. Assim, a câmera acompanha um indivíduo que se chama Svedli Ivanin, «um experiente operário que recebe por mês um salário entre 300 e 400 rublos»⁷.

⁶ Um breve exemplo da concepção de análise fílmica proposta por Pierre Sorlin (Sociologia do Cinema) é o cinema neorrealista italiano e seu contexto histórico marcado pela destruição da Segunda Guerra Mundial.

⁷ Informação retirada da cartela contida no filme.

Enquanto uma mulher cozinha, ao fundo, Svedli retira seus sapatos e cumprimenta uma criança. A cartela alerta que “neste cômodo, solteiros e famílias inteiras vivem juntos”. Este fato é apontado na cena seguinte: duas mulheres mechem nas panelas, outra oferece os seios para amamentar um bebê enquanto três crianças encontram-se brincando no chão. As roupas dispostas em um canto da casa antecede a imagem de um casal com uma criança dividindo o mesmo prato de comida enquanto um homem dorme ao fundo. A constatação dos fatos continua com a cartela: “nessas casas não existem operários culturais”. O olhar desolador de uma mulher sentada na beirada da cama não esconde um descontentamento diante de uma criança deitada ao seu lado. Os 7 segundos que compõem essa cena quase imóvel parecem retratar algo além da angústia vivenciada por essas famílias.

Como o filme era mudo as cartelas com títulos ganhavam destaque ao reafirmar as situações posteriormente exibidas. O didatismo do material posteriormente exposto como instrumento de formação da classe trabalhadora continua com suas explicações, na medida em que um homem procura ajeitar seu espaço para dormir com alguns pedaços de pano em cima de uma tábua: “Nenhum controle social. Com muita frequência operários dormem sem colchões ou cobertores. O chefe da casa não encontrou palha: não há o que encher os colchões”. Em seguida, as pessoas encontram-se deitadas quase uma sobre as outras.

Após a cena demonstrar o interior de uma habitação dos mineiros de Krivoy Rog, o embate retorna à mesa do comitê. Os cortes em um plano fechado na face de homens falando somado com um copo transbordando pode resultar em múltiplos sentidos, entre eles o fato de muito se falar e pouco se fazer para que as condições de vida realmente melhorem. A tese e antítese parecem construir um momento de mudança proporcionado pelo esgotamento de paciência com a falácia dos membros do comitê.

Após longínquos olhares de algumas pessoas ali presentes, um plano fechado em uma folha aponta para alguns rabiscos e desenhos. Novamente a montagem dialética está presente para apresentar o distanciamento dos gestores daquela situação e as possíveis resoluções dos problemas anteriormente denunciados. A espera pela solução que nunca vem é reforçada por imagens de calças rasgadas estendidas na parede. A câmera, através de quatro cortes, realiza uma aproximação cada vez maior no detalhe do rasgo que, supostamente, seria resultado da espera nas cadeiras dos intermináveis debates.

Através da técnica de *stop motion*⁸, a garrafa de água encontra-se completamente vazia, enquanto uma folha de papel é arquivada no interior de uma pasta com outros

⁸ *Stop Motion* é uma técnica de animação baseada na sequência de fotografias de determinados objetos.

manuscritos. Esta pasta se fecha e, na próxima cena, colocada junto com outras no interior de uma prateleira que é fechada por uma porta de vidro. O processo do que parece ser horas de discussão está devidamente arquivado junto com uma pilha de distintas tarefas.

Todo este feito não poderia deixar de refletir o governo de Stalin que, prontamente, surge retratado em uma fotografia. Seu rosto, levemente direcionado na posição lateral e seu olhar, inclinado para baixo, assinalam uma posição de autoridade indiscutível. Soberano, parece inspecionar os afazeres (não) realizados pelos trabalhadores soviéticos, fato que é confirmado pela cartela seguinte assinada por este dirigente: “Não esqueçam nossas exigências em relação aos operários: disciplina, trabalho intensivo, avaliação... Movimento dos operários. A maioria adotou essa decisão e a aplica heroicamente. (Stalin)”.

Após mensagem proveniente do alto escalão, um operário segue seu trabalho ao segurar uma máquina que perfura a terra que foi posteriormente dinamitada com imagens de pequenas explosões com pedras arremessadas ao ar. A penúltima cartela com o título de “Cuidado!” antecede uma discussão advinda novamente da reunião do comitê. A questão colocada no fim da produção problematiza as condições de vida captadas nas cenas anteriores através da sentença: “é assim que se deve viver?”. A imagem de três pessoas compartilhando uma pequena cama finaliza, de modo intimista, este curta-metragem produzido no calor da agitação e propaganda no território soviético.

A longa descrição do filme em questão não busca estabelecer exclusivamente os detalhes técnicos utilizados por aqueles militantes que participavam do cine-trem. Antes, a narração acima já se destaca como uma interpretação do material mediado pelas hipóteses da pesquisa. De tal modo, o cinema aponta como uma expressão ideológica. Em “¿Cómo te va, compañero minero?” o governo centralizador de Stalin surge como algo determinante diante de um comitê inoperante no que diz respeito às melhorias das condições de vida dos trabalhadores daquela região. Esse tipo de utilização do cinema pelas autoridades é algo debatido na constituição dos registros cinematográficos durante a história, uma vez que:

desde que os dirigentes de uma sociedade compreenderam a função que o cinema poderia desempenhar, tentaram apropriar-se dele e pô-lo a seu serviço: em relação a isso, as diferenças se situam no nível da tomada de consciência, e não no das ideologias, pois tanto no Ocidente como no Oriente, os dirigentes tiveram a mesma atitude [...]. As autoridades, sejam elas as representativas do Capital, dos Soviets ou da Burocracia, desejam tornar submisso o cinema. (FERRO, 2010, p.16)

Porém, a crítica presente no filme sobre os atos burocráticos que arregimentavam o comitê dos trabalhadores das minas de ferro de Krivoy Rog parece ir na contramão da imagem de uma população saudável e feliz que o governo stalinista procurava imprimir. Apesar disto, o cine-trem foi enviado a essa localidade a pedido do Comissário da Indústria Pesada, Sergo Ordyonikidze. A demora pela realização dos trabalhos nessas minas ocasionou atrasos nas principais fábricas metalúrgicas do sul do país, o que causou certo furor entre o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. Seguindo a orientação da 17ª Conferência do Partido, entre as 518 inovações propostas ao desenvolvimento da nação, a colheita de cereais, a extração de carvão e o manejo com metais se destacavam como elementos essenciais para o cumprimento das metas.

Com fervoroso dispêndio de forças na construção de uma gigante nação, Medvedkine (1979) comenta, em seu livro sobre a experiência no cine-trem uma foto em que 25 trabalhadores, com seus vagões carregados de carvão, esperam a retirada de um bonde capotado. Para ele, este cenário, “tan frecuente en esa época, muestra con elocuencia el nivel de la organización del trabajo, de la preparación técnica, de las debilidades administrativas, de la falta de cultura” (Ibid., p. 9). Neste caso, o *fazer cinema* adentra nas relações sociais de produção de determinada sociedade diante uma complexa relação com as instituições políticas vigentes. Esse “conjunto social de producción cultural” (Sorlin, op. cit., p. 86) envolvendo um grupo de pessoas responsáveis pela elaboração de determinado produto (filme) é basilar para a compreensão da prática cinematográfica que não está alheia a um processo de hierarquização e divisão social do trabalho. Em meio à vontade de Medvedkine e dos demais envolvidos no cine-trem na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, irrompe uma gestão burocrática com planos e metas definidas que interferem diretamente no cotidiano dos soviéticos. Entretanto, algumas questões perduram até os dias atuais: até que ponto ocorreu este envolvimento entre o cine-trem e o governo de Stalin? Este projeto coordenado por Medvedkine propôs algum tipo de ruptura com as autoridades locais? Qual o papel desta experiência diante das decisões políticas da União Soviética na década de 1930?

Cine-trem segue seus trilhos

O cinema, na União Soviética, conhecido por sua inovação técnica das imagens em movimento, parece refletir diretamente em um momento cujas noções de tempo e espaço são questionadas após os acontecimentos da revolução de 1917. As sutilezas da

história modificadas a cada segundo estabelecem um novo tipo de percepção das tarefas diárias envolvendo toda uma nação contra os inimigos externos e internos.

Realizado no fim do primeiro Plano Quinquenal, os passageiros do trem se lançaram diante um contexto marcado pela planificação da economia soviética que prezava pelas indústrias de ferro, energia, carvão e transporte. Esse processo de reorganização do trabalho, impulsionado pelo governo de Stalin, refletiria em um ritmo acelerado da produção que deveria desembocar no desenvolvimento industrial. Todavia, algumas questões são pautadas na maioria dos filmes produzidos pelo cine-trem: quais são as causas do fracasso? Onde estão os “perturbadores nocivos” que não fazem esse Plano prosperar? Pois é nesse cenário que a imagem da classe trabalhadora insurge nas telas durante as exposições.

Perante a dinâmica dos conflitos sociais surgiu o lema dos entusiastas do cine-trem: “Hoy filmamos, mañana exhibimos”. As exposições seguidas de debates proporcionavam críticas ao processo de trabalho vivenciados nas indústrias e no campo. Essa dialética envolvendo a realização e a exibição proporcionou ao espectador um julgamento compartilhado da obra realizada com os adendos deles próprios, uma vez que a população participava da escrita do roteiro, atuação e montagem. A expectativa dos realizadores era que “se marcaba un plan de reestructuración, se presentaba un realizador, se llegaba a resoluciones sobre las inminentes cesantías y represalias judiciales contra los inútiles y aventureros” (MEDVEDKINE, op. cit., p. 12). Outro fator importante para compreender o teor crítico das obras realizadas no decorrer das viagens é a ausência de um órgão censor que avaliasse o material realizado. Como as imagens eram captadas, montadas e exibidas rapidamente, não havia tempo para que órgãos censores pudessem realizar uma minuciosa análise do conteúdo filmado.

As condições de trabalho no cine-trem foram estabelecidas previamente à viagem da seguinte maneira: período de emprego por um ano, nenhuma limitação para as horas de trabalho, participação obrigatória em todas as tarefas, exercício obrigatório de várias profissões (montador, iluminador, linotipista, mecânico). Esta divisão de trabalho surge como algo peculiar na história cinematográfica mundial cujas fronteiras do trabalho manual e intelectual são abolidas e o processo de produção fílmica é coletivizado pelos próprios trabalhadores que realizam essa excursão por distintos lugares.

A primeira parada do cine-trem foi realizada na estação Dnepropetrovsk com o objetivo principal na colaboração aos ferroviários durante a expansão dos transportes entre o outono e inverno ucraniano. Foram produzidos 9 filmes entre obras documentais

e ficcionais, com destaque a uma pequena animação intitulada “Viaje satírico de un camello por la fábrica de reparaciones de vagones en Dniepropetróvsk”. Nesta produção, o desenho de um camelo - feito por meio de animação - perpassa uma fábrica apontando as deficiências ali encontradas. Esta é a primeira de algumas aparições desse personagem.

A segunda estada também é na Ucrânia, desta vez na região de Krivoy Rog, onde os mineiros encontram dificuldades em cumprir suas metas. Foi neste período que o filme “¿Cómo te va, compañero minero?”, analisado anteriormente, foi realizado. Os erros nas construções dos vagões, os deslizamentos técnicos no processo de trabalho e até mesmo uma comédia foi realizada com o nome de “Acerca del amor”. Neste período, a equipe do cine-trem foi condecorada com a Ordem da Bandeira Vermelha do Trabalho - resultado da cooperação do grupo com o aumento da produtividade no campo e na cidade.

As próximas realizações acontecem nos meses de julho e agosto de 1932 nos Kolkhozes da Ucrânia e Crimeia. As dificuldades diante da nova organização social do trabalho baseado na coletivização da produção agrícola somente se acentuam com a chegada da colheita. Para isto, um filme intitulado “Weitlus” mostra os afazeres daquele que é considerado o kolkhoz mais produtivo. A exibição dessa película foi amplamente disseminada em outros espaços que não possuíam o mesmo ritmo de labor àquele considerado exemplar. Curiosamente, outra comédia é produzida com direção de Medvedkine intitulada “Tit”. O nome em questão é do personagem principal e representa um Kolkhoziano atrapalhado que procura sobreviver ao cotidiano dos camponeses. Apesar do filme não estar preservado, um roteiro feito por desenhos dos quadros realizados pelo cineasta podem ser analisados⁹.

A estação Vinnytsia, na Ucrânia, serviu como espaço destinado à produção de dez filmes sobre temas relacionados às manobras militares do Exército Vermelho. Este fato ocorre graças a um telegrama de Moscou que implica em uma ordem de registro das atividades bélicas. Impulsionado por uma ação questionadora, a produção conhecida como “Problemas Curiosos” revela um momento em que “la exposición de la película se detiene en el momento más palpitante. Los espectadores tienen que discutir la solución del problema.” (Ibid., p. 105). A discussão no meio do filme com a plateia reforça a concepção dialética do cinema cujo conjunto de significações ganham outros sentidos diante do que é exposto nas telas. Ainda durante essa cobertura militar, uma terceira comédia foi realizada. “La Trampa” conta a história de um soldado atrapalhado diante de sua missão de proteger as conquistas da revolução.

⁹ Uma animação foi realizada pelo historiador Nikolai (Kolia) Izvolov a partir dos desenhos feitos por Alexandre Medvedkine.

Entre 5 e 11 de outubro foi a vez de Dnieprostróy receber o trem que prontamente se lança para registrar a inauguração de uma hidrelétrica. As imagens são captadas, montadas e exibidas no mesmo dia durante o banquete oficial de celebração do início das atividades na represa. No mesmo dia, à noite, se exhibe aos metalúrgicos da fábrica de Petrovsk e, no dia seguinte, em Moscou e Kiev. Ressaltando a rapidez da divulgação da notícia, Medvedkine relata que “semejantes ritmos no eran usuales. Fueron sensacionales porque aún no había televisión.” (Ibid., p. 105).

A bacia de Donbass, localizada no leste da Ucrânia, último ponto de parada deste primeiro ano do cine-trem teve como foco as questões da colheita de cereais, o carvão e o metal, elementos fundamentais para a concretização do Primeiro Plano Quinquenal. Uma quantidade de 5 filmes curtos, que se repetiam ao terminar, mostravam como utilizar as ferramentas mecânicas destinadas à extração do carvão. No total, foram realizadas 150 cópias deste material com distribuição em distintas minas.

Kolkhozes, fábricas, minas e ferrovias. Ao percorrer uma variedade de cenários, Medvedkine e o grupo do cine-trem encontram diferentes desafios. A presença de uma denúncia das más condições de trabalho por meio da sátira transparece no decorrer da viagem como um elemento importante na construção de uma visão crítica da realidade. De modo análogo à severidade das acusações, o riso surge como um artifício maleável diante de contextos tão severamente alinhados. Assim, “¡la risa es una cosa seria!” En nuestro caso ella restableció la unidad del grupo, subrayando la comunidad de sus fines y el entusiasmo de su vida” (Ibid., p. 25). Porém, essa quebra de regras proporcionada pela ficção parece fazer um papel inverso ao trazer à realidade a necessidade do proletariado em não se transformar em um satírico, mas em um trabalhador exemplar.

As curvas da estrada de ferro

O combate a todos os percalços que atrapalhassem o ritmo da produção foi algo intenso nas produções desse período. Essa caçada aos problemas enfrentados na consolidação de uma organização social do trabalho eficiente era exibida nas projeções, de modo que “un operador con su cámara cinematográfica era adscripto a una mina, un koljós o a una construcción de ritmo retrasado y los “perturbadores nocivos” huían, como ante una ametralladora” (Ibid., p. 14).

A relação entre câmera e metralhadora não pode ser desassociada do conturbado momento histórico marcado pela centralização do regime stalinista. Portanto, a ação da

velocidade sobre os sentidos se alteram diante da possibilidade de destruição em massa. Neste jogo de representação em busca da dominação da apresentação dos fatos, “a guerra não pode jamais ser separada do espetáculo mágico, porque sua principal finalidade é justamente a produção deste espetáculo: abater o adversário é menos capturá-lo do que cativá-lo, é infligir-lhe, antes da morte, o pavor da morte.” (VIRILIO, 2005, p. 24).

Os campos de batalha e cinematográfico registram uma percepção da realidade pautado pela distância entre o tempo e o espaço, de modo que o cinema adquire uma “acción estilete” (MEDVEDKINE, op. cit., p. 16), abrindo “fuego contra las peores fallas de la vida” (Ibid., p. 23) ao produzir “películas-bombas, reveladoras de los desórdenes que había que estirpar y vencer.” (Ibid., p. 28). Ao aproximar os acontecimentos proporcionados pelos conflitos bélicos com o cinema, Paul Virilio (op. cit.) assinala a presença de uma no interior da outra, como por exemplo a influência da metralhadora com tambor cilíndrico (1861) na criação do revólver astronômico (1874), responsável pelas fotografias em série. Ainda na I Guerra Mundial, os alemães utilizaram holofotes aos canhões em 1914, juntamente com filmagens de bombardeios noturnos. Por outro lado, a II Guerra Mundial teria acelerado a consolidação dos filmes coloridos devido à necessidade de filmar o território inimigo em cores. O cine-trem também deixou sua contribuição aos confrontos bélicos uma vez que sua experiência sobre os trilhos “luego serían aplicados al servicio del Ejército Rojo durante los rudos años de las futuras guerras.” (MEDVEDKINE, op. cit., p. 54).

Uma questão ainda ronda essa experiência cinematográfica: para onde aponta a *ametralladora* mencionada acima? Medvedkine responde que “teníamos que empujar a los atrasados, despertar a los burócratas y conservadores, marcar a los saboetadores del Plan.” (Ibid., p. 70)

Dentre algumas motivações da equipe, a mais importante seria a de registrar os percalços encontrados pelo descumprimento das tarefas colocadas durante a planificação econômica. Para tal, “la administración nos trasladaba a los frentes más amenazados del Plan Quinquenal y nosotros teníamos que buscar y encontrar los obstáculos más difíciles de vencer que se encontraban en el camino del desarrollo” (Ibid., p. 93). Essa medida imposta pelo governo stalinista ante um processo intenso de desenvolvimento industrial e agrícola, na prática, “imitava o modelo capitalista; e à medida que a industrialização avançava, a estrutura perdia seu caráter provisório e a União Soviética acomodava-se a uma organização do trabalho diferente apenas em pormenores em relação aos países capitalistas.” (BRAVERMAN, 1977, p. 22)

Na perspectiva de construção de percepções de realidade, o cinema também é utilizado no controle do processo de organização do trabalho. O filme “El secreto de Pushkin” retrata o êxito dos trabalhadores, no que diz respeito às metas, na fábrica Makéevka. As reuniões de produção posteriores à película se iniciavam com sua exibição a fim de “mejorar la producción de los altos hornos.” (Medvedkine, op. cit., p. 76). Para este cineasta, os principais problemas encontrados no Plano seriam “los equipos, los cuadros” (Ibid., p. 80). Estes *cuadros* também foram problematizados no filme “lugar vacio”. Esta obra foi prontamente aproveitada pelo Comitê Regional de Donetsk para “organizar la inspección y reestructuración del trabajo en las minas de la cuenca” (Ibid., p. 84). Logo, a pauta sobre o controle da produção surge ampliado em um jogo de sombras projetados diante de uma exibição pública. O dispêndio de energia desses militantes, que percorreram vários quilômetros pelos trilhos, surge concentrado no aprimoramento técnico das forças produtivas impulsionadas por Stalin. Porém,

as técnicas de gestão, os tipos de disciplina no trabalho, a maquinaria, nas suas sucessivas remodelações, têm como objetivo aumentar o tempo de sobretalho e reduzir o do trabalho necessário. Estas forças produtivas não são neutras, porque constituem a própria forma material e social como o processo de produção ocorre enquanto produção de mais-valia e como dessa mais-valia os trabalhadores são despossuídos. (BERNARDO, 2009, p. p. 410).

Dessa maneira, as imagens captadas pelas lentes das câmeras apontam como o desenvolvimento das forças produtivas são intensamente assinaladas pelas relações de produção. Embora somente 9 filmes foram encontrados daquela experiência cinematográfica, é possível analisar, pelos roteiros e lembranças de Medvedkine, a importante discussão envolvendo o papel do controle da gestão dos trabalhadores. Afinal, “la película ayudó a nuestros organizadores de masas a llevar a cabo la enorme tarea de una reestructuración radical del adiestramiento de personal idóneo” (Medvedkine, op. cit., p. 19).

Há grandes desafios para se desbravar entre o limiar das críticas à burocracia dos comitês e as denúncias dos trabalhadores que não realizam com excelência suas metas. Tal complexidade coloca-se em evidência nesse projeto que percorreu o território de uma União Soviética em constante processo de transformação. Neste sentido, a pesquisa do meio cinematográfico aborda questões que vão além do registro dos acontecimentos, proporcionando inquietações acerca das relações sociais de produção de determinadas sociedades.

Referências Bibliográficas

BAILES, Kendall E. Alexei Gastev and the Soviet controversy over Taylorism. *Soviet Studies*, v. XXIX, n. 3, July 1977, p. 373-394.

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

FAYE, Jean-Pierre. *Introdução às linguagens totalitárias - Teoria e transformação do relato*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MACHADO, Arlindo (2013). *Bazin “versus” Eisenstein: como entender a polêmica*. In: Kinoruss: cadernos de pesquisas. São Paulo: Kinoruss, 2013.

MEDVEDKINE, Alexandre. *El cine como propaganda política, 284 días sobre ruedas*. México DF: Siglo XXI, 1987.

METZ, Christian. *A significação no cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. In CAPELATO, M. H. et al. (orgs) *História e Cinema. Dimensões Históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2007, pp. 39-64.

NAPOLITANO, Marcos. *A História depois do papel*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

SORLIN, Pierre. *Sociología del Cine*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.

VIANA, Nildo. *A Concepção Materialista da História do Cinema*. Rio Grande do Sul: Asterico, 2009.

VIRILIO, Paul. *Guerra e Cinema*. São Paulo, Boitempo, 2005.

O legado histórico da Revolução de Outubro

The Historical Legacy of the October Revolution

David Mandel¹

Resumo: Hoje, o legado histórico da Revolução de Outubro é profundamente ambíguo, mas um elemento claramente se destaca: Outubro fornece o exemplo de um partido que teve a coragem e a desenvoltura para proporcionar aos trabalhadores da Rússia a liderança que eles precisavam e queriam a fim de salvar da derrota a revolução que começou em fevereiro de 1917. A Revolução de Outubro não foi um salto quiliasta na utopia, como é muitas vezes foi retratado. Foi, de fato, uma decisão difícil, adotada depois de muita hesitação e pesagem das alternativas. Os que realizaram a Revolução de Outubro fizeram-no em plena consciência das probabilidades temíveis que enfrentavam. Mas eles também sabiam que não agir significaria a derrota certa e renovada escravização do povo pelas classes privilegiadas. Hoje, quando a humanidade mais do que nunca é confrontada com a dura escolha de “socialismo ou barbárie”, as forças progressistas podem procurar inspiração para seu pensamento estratégico na coragem e na determinação dos Revolucionários de Outubro de 1917.

Palavras-chave: Outubro 1917; Bolcheviques; Legado.

¹ Professor do Departamento de Ciências Políticas da Université du Québec à Montréal; militante socialista e sindical; codiretor de um projeto de formação sindical na Rússia. Publicará, neste ano, livro sobre os sovietes de Petrogrado, as ser lançado, em francês e inglês: *Les soviets de Petrograd: au coeur de la Révolution russe*, Paris, Syllepse; e *The Petrograd Workers in the Russian Revolution*, Chicago, Haymarket Press.

Abstract: The historical legacy of the October Revolution today is deeply ambiguous. But one element stands out clearly: October provides the example of a workers' party that had the courage and resourcefulness to provide Russia's workers with the leadership that they needed and wanted in order to save from defeat the revolution that had begun in February 1917. The October Revolution was not a chiliastic leap into utopia, as it has often been portrayed. It was, in fact, a difficult decision, reached after much hesitation and weighing of the alternatives. Those who made the October Revolution did so in full awareness of the fearful odds they faced. But they knew also that not to act would mean certain defeat and renewed enslavement of the people to the privileged classes. Today, when humanity more than ever is confronted with the stark choice of "socialism or barbarism," progressive forces can look for inspiration in their strategic thinking to the courage and determination of the revolutionaries of October 1917.

Keywords: October 1917, Bolsheviks, legacy.

Introdução

The question of the legacy of the October Revolution for our time is not an easy one. For that revolution was followed, within less than a decade, by the rise of Stalinism, one of the twentieth century's most oppressive regimes. And in the end, Soviet society opted for the restoration of capitalism, or, at least, it proved incapable of resisting it.

As part of the revolution's positive legacy, one could mention the Soviet Union's decisive contribution to the defeat of fascism in the Second World War and the space that its competition with the capitalist world opened for anti-imperialist struggles. And the very existence of an alternative economic system that advertised itself as socialist undoubtedly contributed to the bourgeoisie's fear of the workers' movement, making capitalists more amenable to concessions when facing pressure from workers.

But those elements of October's legacy are not without ambiguity. For the "third period" policy that Stalin imposed upon the Comintern facilitated Hitler's rise to power. And his bloody purge of the Red Army's officer corps on the eve of the war, as well as his many strategic errors, greatly increased the price of victory for the Soviet people. As for third-world struggles, Soviet support was, in fact, quite selective and always subordinate to the bureaucratic state's narrow geopolitical interests. Moreover, it came with conditions that did not favour the socialist development of liberated countries. Finally, although the Soviet Union's existence undoubtedly made the threat of socialism more tangible to the bourgeoisie, its totalitarian regime also provided capital's ideologists with a most potent argument against socialism.

The ambiguous nature of this legacy reflects the contradictory nature of the Soviet system itself, which was neither socialist nor capitalist but an incoherent, and ultimately unviable, mixture of elements drawn from both systems. Such was the analysis of the Left Opposition to Stalinism, ultimately confirmed by history.²

There is, however, one important element of the Revolution's legacy that is not marked by ambiguity. It can be summed in two words: "They dared". The Bolsheviks dared to provide the Russian workers and peasants with the leadership that they desired and that the circumstances demanded that they, as a genuine workers' party, provide. As such, the October revolution, despite very different circumstances, can still serve as an inspiration to progressive political forces.

² For this analysis, see L. Trotsky's *The Revolution Betrayed*.

That legacy, however, requires some explanation. For what the Bolsheviks dared to do is rather different than what is often believed. Contrary to a widely held view, the Bolsheviks' decision to take power at the head of the soviets in October 1917 was not motivated by some ideological project, the expression of their chiliastic aspiration to realize the socialist dream. It was not, as some contemporary Russian historians have put it, the expression of a desire to carry out a "socialist experiment" on Russian society.³

Rather than a millenarian leap into utopia, the decision to overthrow the Provisional Government, dominated by representatives of the propertied classes, was the conclusion of a fundamentally rational process, in the sense of a careful weighing of means and ends. And it was not taken lightly, but after considerable hesitation, since it was clear to all that it meant civil war under very unfavourable odds.

The immediate and the main goal of the October Revolution was to forestall a counterrevolution that threatened to wipe out the democratic gains and promises of the February Revolution. It would have kept Russia involved in the imperialist slaughter of the world war and inflicted the bloody vengeance of the offended propertied classes on the workers and peasants.

As for socialism, the Bolsheviks were, of course convinced socialists. But all currents in Russian Marxism were agreed that Russia lacked the conditions for socialism: it was a poor, overwhelmingly peasant society, with a small working class, however militant and class-conscious. To be sure, there was the hope that the October Revolution would encourage workers in more developed countries to rise up against the war and against capitalism, thereby opening broader social perspectives for Russia. But that was a hope, not a certainty. The October Revolution would have taken place even had that hope not existed.

Historians have laid the blame for the civil war on the Bolsheviks and on the October revolution, which, they argue, diverted Russia from its "normal" path of development, which would have been toward a liberal democracy.⁴ But the present article argues that the Bolsheviks' and their worker supporters' path to October was, in fact,

³ http://rushistory.org/wp-content/uploads/2014/07/Koncepcia_final.pdf (consulted May 9, 2017)

⁴ See for example, historian O. Figes' course outline: "For the Bolsheviks the civil war was a necessary phase in the revolution, a violent intensification of the class struggle. Lenin was prepared for a civil war and perhaps even welcomed it as a chance to build his party's tiny power base. The effects of such a conflict were predictable: the polarization of the country into 'revolutionary' and 'counter-revolutionary' sides; the extension of the state's military and political power; and the use of terror to suppress dissent. In Lenin's view all these things were necessary for the victory of the Dictatorship of the Proletariat." http://orlando-figes.info/section7_TheRussianCivilWar/index.php (consulted May 8, 2017).

marked by much caution, by a concern to avoid civil war, and, when that came to be seen as inevitable, by the desire to minimize its severity.⁵

The desire to avoid civil war was why most Bolsheviks, as well as most workers who were not party members, gave support to “dual power” in the first weeks and months following the February Revolution. This political arrangement entailed conditional support for a provisional government consisting of liberal representatives of the propertied classes, but which would be “overseen” by the soviets, councils elected by the workers and soldiers (the latter being overwhelmingly peasants).

For the Bolsheviks, as well as for most urbanized workers (that is, not those recently recruited from the peasantry into wartime industry), that position marked a radical retreat from their longstanding rejection of the bourgeoisie as a potential ally in the struggle against the autocratic tsarist regime. The rejection of political alliance with the bourgeoisie – or, formulated in positive terms, class independence – was the fundamental principle of Bolshevism, which had become the hegemonic political current among workers in the prewar upsurge of labour struggles. That political position was based upon the workers’ bitter experience of the intimate collaboration between the bourgeoisie and the autocratic state against their democratic and social aspirations.

Conditional support for the liberal provisional government thus expressed a willingness on the part of most Bolsheviks and workers to give the liberals a chance, since the propertied classes, however belatedly, appeared to have rallied to the revolution. That shift on the part of the propertied classes had facilitated the victory and consolidation of the revolution, which was relatively bloodless. “Dual power” thus offered the hope of avoiding civil war, even while it expressed the workers’ continued mistrust of the bourgeoisie. Hence, the “oversight” by the Soviet.

The subsequent rejection of that political arrangement by the Bolsheviks and the mass of workers in favour of the transfer of power to the soviets did not occur as some sort of automatic response to Lenin’s return to Russia and the publication of his April theses, another widely held misconception. Those theses were, in essence, a recall to the party’s traditional position, but reformulated under the new conditions created by imperialist war. If the position put forth in the April theses prevailed quite quickly, it was because the Bolsheviks, and a fast-growing number of workers, reached the conclusion on their own experience that that the propertied classes were hostile to the popular, democratic goals

⁵ The following analysis is based largely on my forthcoming *The Petrograd Workers in the Russian Revolution*, Haymarket Press, 2017.

of the February Revolution (democracy, land reform, a just, democratic cessation of the imperialist war, the eight-hour workday).

Already in April, the liberal government made clear its continued support for the war and its imperialist aims. Even before that, the bourgeois (non-socialist) press had begun a campaign aimed at turning the soldiers against the workers, falsely accused of pursuing narrow, greedy interests at the expense of war production, thus endangering the army at the front. At the same time, and not unrelated to the press campaign, workers began to suspect the industrialists of planning a hidden lockout through neglect or outright sabotage of production. Mass lockouts had long been a favourite weapon of the industrialists against the workers' movement. Meanwhile, the liberal ministers vetoed proposed measures to regulate the economy that was faltering badly under the burden of war. And soon, prominent political figures from the propertied classes began to call publicly to suppress the Soviets that were allegedly holding the government prisoner. Finally, under pressure from the allies, the government began preparations for a renewed military offensive, thus ending the de facto cease-fire on the eastern front.

As a result, already by early June, a majority of workers, at least in the capital and in certain industrial centres of central Russia, had rallied to the Bolsheviks' call for the transfer of power to the soviets, that is, for a decisive political break with the propertied classes and the formation of a government in which only the toiling classes, the workers and peasants, would be represented. To that extent, the Bolsheviks, and a fast-growing number of workers outside the party, had accepted the inevitability of civil war.

But they still had to confront the threat of civil war within the ranks of toiling classes themselves, since the moderate socialists, the Mensheviks and Socialist Revolutionaries (SRs), dominated most of the soviets outside the capital and had the support of the peasantry. And those parties were adamantly opposed to exclusion of the liberals from government.

The threat of civil war within the ranks of toiling classes themselves arose in the most concrete form in early July 1917, when the capital's workers, together with some units of the garrison, organized massive demonstrations with the aim of pressuring the Congress of Soviets, dominated by moderate socialists, to assume power directly on its own. The demonstrations were marked by the first serious bloodshed of the revolution, instigated by right-wing provocateurs, and they were followed by a wave of repression against the Bolsheviks but also non-party workers. These repression had the tacit, and to some extent also the expressed, approval of the moderate socialists.

This turn of event was completely unexpected and deeply traumatic for the Bolsheviks and their worker supporters. It left them without a clear vision of the way forward in face of the growing threat of counter-revolution. Following the July Days, the Bolshevik party formally adopted a new formula, proposed by Lenin: a “government of workers and the poorest peasants” – without mention of the soviets. In principle, it was a call to prepare an insurrection, bypassing the soviets, and even in opposition to them. But in practice, neither the party nor the workers who had participated in the July demonstrations could accept that position, since it meant acting against the popular masses who continued to support the moderate socialists, that is, it meant civil war within the ranks of the popular classes, or “revolutionary democracy” (as it was called at the time).

Of particular concern to workers was the hostility of the vast majority of the socialist intelligentsia⁶ to the idea of soviet power. For the bulk of the left-leaning intelligentsia, itself only a minority of the educated, sided with the moderate socialists. And contrary to what is often thought, the Bolsheviks were an overwhelmingly plebeian party. The same is true of the other far-left party, the Left Social Revolutionaries, a predominantly peasant party that finally broke off from the SRs in September 1917 and in November 1917 formed a coalition Soviet government with the Bolsheviks. For the Bolsheviks, an overwhelmingly workers’ party, the prospect of having to run the state, and possibly also the economy, without the support of the educated elements of society was deeply worrying.

And so in early September 1917, in the wake of General Kornilov’s abortive counterrevolutionary uprising, when the Mensheviks and SRs appeared ready to give up on the liberals (their support for Kornilov was no secret to anyone), the Bolsheviks and their worker base breathed a sigh of relief: they no longer had to fear isolation, and the way now seemed open to move forward together with those among the toiling masses who supported the Mensheviks and SRs. And so the Bolsheviks offered their support as a loyal opposition, if the moderate socialists took power at the head of the Central Executive Committee of Soviets.

But Mensheviks and SRs would not break their alliance with the propertied classes. After some wavering, they gave their consent to a new provisional government

⁶ In common contemporary usage, *intelligentsia* meant people with higher, or even secondary, education, although the term sometimes also carried certain moral connotations. On the relationship between the workers and the intelligentsia, see my “The Intelligentsia and the Working Class in 1917”, in *Critique*, volume 14, no. 1, 1984, pp. 67-87.

that included bourgeois political actors, including several who were particularly odious to workers, such as S.A. Smirnov, a textile magnate who had only recently locked out the workers of his mills. Meanwhile, by the end of September, through the process of recall of delegates, the Bolsheviks had won majorities in the major soviets throughout Russia. That meant they would be the majority at the Congress of Soviets, which the moderate socialists reluctantly called for October 25.

Lenin, still hiding from arrest in Finland following the July Days, began to insist that the party's leadership prepare an insurrection. But in majority of the central committee wavered, some wanting to await the Congress of Soviets, others - a Constituent Assembly. It went so far as to burn one of Lenin's letters. But to await the soviet congress would have afforded the Provisional Government time to prepare, exposing the delegates to mass arrest, a fate that had befallen the Petrograd Soviet in December 1905. The government's repressions following the July Days left no doubt about the reality of that threat. And the same was true for a constituent assembly, were it to vote for soviet power. Besides, elections to a constituent assembly had already been postponed three times. It was an illusion to believe that the property classes would accept their exclusion from power. Their sympathy for general Kornilov's cause was well-known.

But one can understand the central committee's hesitation – an insurrection was a leap into the unknown that would undoubtedly unleash the still largely latent civil war in full force. However, one had to be blind to doubt that civil war was inevitable. Russian society was deeply and irretrievably polarized, and had been so for many years. The real question was only whether the workers and peasants would be able to organize themselves into a force capable of defending the revolution or whether they would be crushed by superior forces in a series of uncoordinated, isolated uprisings.

If in the end the Bolshevik leadership decided for insurrection, it was not mainly because of Lenin's personal authority, but rather under the pressure exerted by party's middle and lower ranks, to whom Lenin appealed. In the capital alone, the party numbered in October 1917 approximately 37,000 (with an additional 5800 Bolsheviks in the garrison). Three quarters of these were workers.⁷ The party was "flesh of the flesh" of the working class, and that was its major source of strength.

As for the mass of workers outside of the party, they also wanted the soviets to take power. On the Sunday two days before the insurrection, the Petrograd Soviet organized

⁷ Z.V. Stepanov, *Rabochie Petrograda v period podgotovki i provedeniya Oktyabr'skogo voorsuzhennogo vosstaniya*, , Leningrad, 1965, pp 46-7/

a “Day of the Soviet” in the form of mass indoor (to avoid premature street clashes) meetings across the city. This was aimed as a show of popular forces in support of soviet power. Even the Menshevik newspaper, bitterly hostile to Soviet power, wrote of that day: “And so it has begun. The Bolsheviks gave the signal for the “insurrection.” At the Sunday meetings, the masses of soldiers and workers, electrified by the “revolutionary” speeches of the Bolshevik leaders, vowed to ““come out” [*vystupat’*] at the first call of the Petrograd Soviet.”⁸

In fact, the popular mood was more complicated. The overwhelming mass of workers did want the soviets to take power and to be rid of the hated liberal government. But they were not about to take action themselves. Bolshevik activists reported that the mood among the masses was hesitant, “wait-and-see.”

This was in sharp contrast to the first five months of the revolution. In the February Revolution, in the April protests against the government’s war policy, in the movement for workers’ control to prevent a “creeping” lockout by the industrialists, and then in the July days, which were aimed at forcing the moderate socialists to take power at the head of the soviets – in all these actions, the initiative had come from the masses; the party had followed.

That changed after the July Days, which gave workers their first real taste of civil war and drove home their political isolation. And although the situation had evolved markedly since then - by the end of September the Bolsheviks held majorities in virtually all significant soviets in Russia - the non-Bolshevik press across the entire political spectrum was confidently predicting an even bloodier defeat for the workers, should they take action in October to force the question of power.

Another important source of hesitation was the looming threat of mass unemployment. The economic dislocation caused by the war, the liberal government’s rejection of meaningful state regulation of the economy, and the industrialists’ passive and active sabotage of their enterprises – all heightened the workers’ sense of insecurity and undermined their determination; while, at the same time, the deteriorating economic situation was the most compelling argument for an immediate insurrection.

And so the initiative in October fell to the party. And it was not as if Bolshevik workers were free of doubt themselves. But they possessed certain qualities, forged

⁸ *Rabochaya gazeta*, oct. 25, 1917. But not long after, the same newspaper would claim that the workers had not supported the insurrection, which the paper portrayed as a military coup carried out behind the people’s back.

over the prewar and wartimes years of intense struggle with both the autocracy and the industrialists. The older workers had also participated in the Revolution of 1905, although it was now the younger generation at the forefront.

A fundamental element Bolshevnik workers' worldview was their aspiration to class independence and its negative expression – an implacable hostility toward the bourgeoisie. These workers were adamant that workers' organizations - whether political, economic or even cultural – remain free of bourgeois influence in any form. And that attitude was not merely a mechanical reflection of Bolshevnik propaganda: it resulted from the workers' experience, when they faced an implacable bourgeoisie that collaborated intimately with the tsarist regime to thwart the workers' economic and political aspirations. If Bolshevism became the hegemonic current in the labour movement in the prewar years, it was because it corresponded to the worker's lived experience: bolshevism meant a rejection of political alliance with the bourgeoisie against the autocracy, a strategy promoted by the Mensheviks. It called instead for a worker-peasant alliance to make the democratic revolution.

Another characteristic of Bolshevnik workers, itself intimately related to their aspiration to class independence, was a deep sense of dignity, both individual and class dignity. This, too, was the product of years of intense collective struggle against both the autocracy and the industrialists. One of its most striking expressions was the demand for “polite address,” a demand that figured in virtually all lists of strike demands.⁹ This was a demand to be addressed by management in the respectful second person plural, rather than in the usual singular, a familiar form used for underlings, children or close friends. In its compilation of strike statistics, the Ministry of Internal Affairs listed that demand as political, presumably because it expressed the workers' rejection of their subordinate position in society.

Responding to a Menshevik's warning that the Bolshevniks would be crucified by the worker masses if they took power at the head of the soviets, since they lacked the knowledge and skills for managing state and economic affairs, a Bolshevnik worker responded: “The bourgeoisie fully understands the situation and has expressed itself very clearly in the words of Ryabushinskii¹⁰, who said that they had to wait until hunger seizes the working class by the throat and destroys all its gains. But while they are reaching for

⁹ On this, see H. L. Haimson, “The Workers' Movement After Lena,” in *Russia's Revolutionary Experience*, N.Y.: Columbia University Press, 2005, 179-85.

¹⁰ P.P. Ryabushinskii – banker, textile magnate and well-known liberal political figure.

our throats, we will still be fighting, and if we perish, then it will be in an honest fight. But we will not back away from that fight.”¹¹

The October insurrection was universally greeted by workers, even by most of the printers, who had traditionally been close to the Mensheviks. But immediately, the question of a coalition government of all the socialist parties arose. That idea drew the support of all Bolsheviks (with the exception of Lenin and Trotsky, who consciously stood aside), as well as by the workers’ organizations, which by then were all under Bolshevik leadership. This support for a broad left coalition reflected concern for unity of the toiling classes: civil war could not be averted, but a correlation of class forces that favoured the popular classes would limit its severity. And a coalition with the moderate socialists held out the prospect of the new government winning the support of the left-leaning intelligentsia.

But that was not to be. The negotiations on forming a left coalition soon broke down over the issue of Soviet power: the Bolsheviks, as well as the vast majority of workers outside the party, insisted on a government responsible to the Soviets, that is, a government that excluded the propertied classes from representation. But the moderate socialists argued that the Soviets were too narrow a political basis for a viable government. They continued to insist on the inclusion, albeit in somewhat camouflaged form, of representatives of the propertied classes. And the Bolsheviks, though a majority in the soviets, would be only a minority in the government. In essence, this was a demand to annul the October insurrection.

When the real nature of the differences became clear, workers’ support for an all-socialist coalition evaporated. Soon afterwards, the Left SRs joined the Bolsheviks in a coalition government, and a national peasant congress merged with the Central Executive Committee of Soviets. Unity was thus achieved, but from below.

This then is the meaning of “they dared”, as the legacy of the October Revolution. It was not a headlong “rush to utopia,” on the part of the Bolsheviks, but a party acting according to the French dictum “Fais ce que dois, advienne que pourra” (Do what one must; what can happen will).

The subsequent history of the twentieth century is replete with examples of left parties that did not dare when they should have. One could begin with the German Social Democrats in 1918, who not only did not dare, but actively organized the revolution’s

¹¹ *Oktyabr’skaya revolyutsiya i fabzavkomy*, vol. I, Moscow, 1927, p. 208.

suppression. The refusal to dare is, of course, the very essence of social-democratic reformism that would defend workers' interests but only up to the point when that requires a serious confrontation with capital and its state. And so capital's power economic and political power is never seriously challenged.

Today, when the options are more than ever polarized, the legacy of October should speak to progressive political forces. More than ever, the alternatives today are, as Rosa Luxemburg put it, socialism or barbarism. And that calls on left forces to dare to think strategically, to develop strategies whose end goal is not some illusory restoration of a Keynesian welfare state, a strategy bound to fail and to further demoralize, but the revolutionary wresting of political and economic power from the bourgeoisie, as distant and as daunting as that goal might appear at the present moment.

Outubro no seio do movimento negro nos EUA: da revolução à política de concessões

Weber Lopes Góes¹

Resumo: Neste artigo, examinamos as determinações em que emergiram os movimentos de natureza socialista nos Estados Unidos da América a partir da Revolução de Outubro de 1917. Apresentamos, a grosso modo, as formas de organização e perspectivas dos movimentos sociais, sindicatos e partidos, a saber: a luta contra o racismo, a discriminação racial e a tentativa de superação da ordem do capital. Por fim, apresentamos as estratégias elaboradas pelas classes dominantes norte-americanas para debelar os movimentos sociais naquele país.

Palavras-chave: Movimento negro; Luta contra o racismo; Revolução de outubro.

Abstract: In this article, we examine the determinations that emerged from the movements of a socialist nature in the United States of America after the October Revolution of 1917. We intend to present roughly the forms of organization and the perspectives of social movements, trade unions and parties, namely: the fight against racism, racial discrimination and overcoming the order of capital. Finally, we present the strategies developed by the dominant American classes to overthrow the social movements in that country.

Keywords: Black movement; Fight against racism; October Revolution.

¹ Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC e professor do colegiado de Serviço Social da Faculdade de Mauá-SP, Brasil. E-mail: wafrican@hotmail.com

Agradeço à Renata Gonçalves pela leitura atenta e pelas sugestões incorporadas ao texto.

Introdução

Marx, ao redigir o documento para o lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864 (conhecida como Internacional Comunista), afirmou que a “luta por uma tal política externa faz parte de uma luta geral pela emancipação do proletariado” (MARX, s/d., p. 321). Havia uma aposta na internacionalização da luta dos trabalhadores e o fim da #IC em 1876, não acabou com as tentativas de reorganizar os trabalhadores internacionalmente, como fica explícito no combate ao caráter reformista da II Internacional feito pelas tendências que defendiam a ruptura com o capital por meio de transformações radicais. Com a Revolução de 1917, o anseio pela organização dos trabalhadores é retomado sob o protagonismo de Lenin, em 1919. Os trabalhadores europeus e de outros continentes passaram a se organizar contra a ordem capitalista tendo como referência Outubro e a orientação ideológica e política do comunismo. Neste contexto, foram realizados os congressos da III Internacional Comunista, de 1919 a 1935, sendo os #cinco primeiros coordenados por Lenin. Nestes congressos, elaborou-se uma gama de discussões, documentos, “análises e resoluções, que possibilitam detalhar o surgimento e desenvolvimento de teses ligadas à classe trabalhadora mundial. Dentre estas teses, a questão racial viria a ter, por iniciativa de Lenin, um papel central” (CHADAREVIAN, 200, p. 77).

A importância de Lenin está em sua capacidade de organização do proletariado russo, nos embates travados ao longo da sua biografia, no conjunto de sua obra, mas também em virtude da sua agilidade em captar o movimento do real, especialmente no que tange à dinâmica do capitalismo e das lutas dos trabalhadores em outros continentes. Neste particular, insere-se o texto escrito em fevereiro e maio de 1914, *O direito das nações à autodeterminação* (1976), onde o líder revolucionário defende a autodeterminação dos povos face à opressão dos países mais desenvolvidos. Embora as lutas dos oprimidos sejam de natureza nacionalista, Lenin as considera legítimas e, em virtude de o desenvolvimento das forças produtivas das nações serem menores, em comparação com as grandes nações, seria necessário defender o crescimento interior da nação. Decorrem destas primeiras observações, as suas análises sobre a situação dos negros, em especial nos Estados Unidos da América. A opressão dos negros estadunidenses será tematizada em seus escritos, sobretudo no texto publicado em 1918, *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*

(1980), onde o pensador e ativista russo denuncia a situação dos afro-americanos naquele continente.

Ao apreciar o estágio do capitalismo estadunidense, Lenin pôde apreender a natureza do desenvolvimento das forças produtivas e do patamar em que o modo de produção capitalista se encontrava nos Estados Unidos considerando as diferenças entre o Norte e o Sul e, principalmente, a condição dos afro-americanos. Nos Estados Unidos se propagava, desde o seu nascedouro, a ideia de uma democracia consolidada, responsável pela garantia de igualdade, sem distinção de “raça”, cujos cidadãos poderiam usufruir de *liberdade e oportunidade*. Todavia, o pensador russo, quando se debruçou sobre a situação dos descendentes de africanos escravizados naquele país, percebeu que os atributos ideológicos elaborados pelas classes dominantes do Norte da América não condiziam com a realidade. Lenin denunciou a opressão da burguesia sobre os afro-americanos, em especial no momento em que dedicou sua atenção à situação econômica. Quando comparou o percentual de negros e brancos naquela região, expôs o número de afro-americanos que, embora menor em relação aos brancos², são quem mais sofrem com a dominação e opressão. O autor descortinou a situação em que os negros se encontravam, desde as condições materiais, passando pela violência, desigualdades, degradação e pauperismo, o que, aliás, considerou semelhante aos camponeses russos. Nas palavras de Lenin:

É inútil discorrer sobre a situação degradante à qual eles estão submetidos: neste aspecto, a burguesia americana não é melhor que a de outros países. Após haver “libertado” os negros, ela se esforçou, com base de capitalismo “livre” e republicano-democrático, por estabelecer tudo que fosse possível para ser restabelecido, por fazer o possível e o impossível para oprimir os negros da maneira mais descarada e vil. Para caracterizar o seu nível cultural, basta mencionar um pequeno fato estatístico; (...) A semelhança da situação dos negros na América e dos camponeses ex-servos de latifundiários na Rússia agrícola do centro é verdadeiramente surpreendente. (1980, p. 17-18).

Logo no 1º Congresso da III Internacional Comunista, de 1919, “uma das teses colocadas em discussão por Lenin é a falsa promessa de igualdade racial, religiosa e sexual das democracias burguesas” (CHADAREVIAN, 2007, p. 83). Em 5 de junho de 1920, Lenin prepara as *Teses Preliminares: as questões coloniais e nacional*. No item 1 do referido documento é abordado o problema da igualdade na sociedade capitalista

² “Até o presente, o número de negros, que não ultrapassa 0,7% a 2,2% da população das regiões Norte e Oeste, representa no Sul 22,6 a 33,7% do total da população. A proporção de negros é de 10,7% para o conjunto dos Estados Unidos”. (LENIN, 1980, p. 17).

e o líder revolucionário afirma que esta não passa de uma “forma abstrata e formal” que compõe a natureza da democracia burguesa. Para Lenin, a burguesia, ao pulverizar o ideário de igualdade jurídica entre proprietários e os proletários, é uma forma de enganar “grosseiramente as classes oprimidas”. Ao argumentar que os indivíduos são “absolutamente iguais”, a burguesia “está transformando a ideia de igualdade, que é em si um reflexo das relações de produção de mercadorias, numa arma na sua luta contra a abolição das classes” (LENIN, 1974, p. 171). A igualdade substantiva entre os seres humanos, portanto, só poderia ser efetivada por meio da superação do capital, pela eliminação das classes sociais.

Lenin apostava na agitação e propaganda, tanto no interior como fora do parlamento e sugere que os partidos comunistas deveriam expor e denunciar as constantes violações e desigualdades propaladas pelas nações em relação aos direitos das minorias nacionais, práticas existentes em todos os países capitalistas, embora travestidas de “democráticas”. Esta argumentação – item 9 da *Tese* – preconiza a necessidade de explicar constantemente que somente o poder Soviético seria capaz de assegurar a igualdade entre as nações, por meio da união entre os proletários contra a burguesia. Logo,

...todos os partidos comunistas devem prestar ajuda direta aos movimentos revolucionários das nações dependentes e desfavorecidas (por exemplo, a Irlanda, os negros Americanos etc.) e nas colônias. Sem esta última condição, que é particularmente importante, a luta contra a opressão de nações dependentes e colônias, bem como o reconhecimento do seu direito de secessão, são apenas uma frase falsa, como é evidenciado pelos partidos da Segunda Internacional. (LENIN, 1974, p. 171).

Estas contribuições de Lenin serão fundamentais para que, em 30 de novembro de 1922, no 4º Congresso da Internacional Comunista, fosse defendida a tese “*Sobre a questão negra*”. Neste documento, no item 1, estão contidas as denúncias em relação à invasão dos países capitalistas monopolistas.

O capitalismo Francês reconhece claramente que o poder pré-guerra do imperialismo Francês só pode ser mantido através da criação de um império Franco-Africano, defendido por uma ferrovia Trans-Saariana. Os magnatas financeiros Americanos (que já exploram 12 milhões de negros no seu próprio país) começaram uma invasão pacífica de África. A medida em que a Grã-Bretanha, por sua vez, teme qualquer ameaça à sua posição na África é claramente mostrada pelas medidas extremas que tomou para reprimir as greves na África do Sul. (...)Embora a concorrência entre as potências imperialistas no Pacífico cresceu com a ameaça de uma nova guerra mundial, a rivalidade imperialista na África, também desempenha um papel sinistro. Finalmente, a guerra, a re-

volução Russa e a rebelião anti-imperialista entre os povos asiáticos e muçulmanos têm despertado a consciência de milhões de negros que durante séculos foram oprimidos e humilhados pelo capitalismo na África, e, provavelmente, ainda em maior grau na América. (COMITERN, 2000, s/p).

Assim, “por 250 anos”, os africanos “foram tratados como gado humano”, subordinados à violência do “feitor americano”. O trabalho escravizado “limpou as florestas, construiu estradas, cultivou algodão, construiu ferrovias nas quais repousa a riqueza da aristocracia do sul dos EUA”. Estes aspectos, abordados no documento, se acoplam aos resultados da violência da escravidão: “o analfabetismo, a pobreza e a degradação”. No documento, em especial no item 2, consta a denúncia da utilização dos negros na guerra civil norte-americana:

A guerra civil, que não era uma guerra para a emancipação dos negros, mas uma guerra para a preservação da hegemonia industrial do Norte, confrontou os negros com uma escolha entre o trabalho forçado no Sul e a escravidão salarial no Norte. O sangue, suor e lágrimas dos “emancipados” negros ajudaram a construir o capitalismo Americano, e quando o país, que agora se tornou uma potência mundial, foi inevitavelmente puxado para a Segunda Guerra Mundial, os negros Americanos ganharam a sua igualdade de direito com os para matar e para morrer pela “democracia” (COMITERN, 2000, s/p).

Outro aspecto relevante que precisa ser salientado tem a ver com a contraposição à história oficial. É corriqueiro na história dos “vencedores” os africanos escravizados serem concebidos como *passivos, sem história* e outros atributos *não humanos*. Ora, os africanos não eram dóceis. Sua “história é cheia de revoltas, rebeliões, e uma luta clandestinas pela liberdade, mas todos os seus esforços para se libertarem foram violentamente reprimidos”. Na mesma direção, o documento considera a resistência dos povos africanos aos ataques dos exploradores:

(...) A luta internacional da raça negra é uma luta contra o inimigo comum. Um movimento negro internacional com base nesta luta deve ser organizado: nos Estados Unidos, o centro da cultura negra e protesto negro, na África, com a sua reserva de mão-de-obra humana para o desenvolvimento do capitalismo, na América Central (Costa Rica, Guatemala, Colômbia, Nicarágua e outros países “independente”), onde o domínio do capitalismo Americano é absoluto, em Porto Rico, Haiti, São Domingos e outras ilhas do Caribe, onde o tratamento brutal dos nossos irmãos negros pela ocupação Americana provocou um protesto em todo o mundo de negros conscientes e trabalhadores brancos revolucionários, na África do Sul e Congo, onde a industrialização crescente da população negra levou a todos os tipos de revoltas, e no leste da África, onde as incursões do capital mundial levou a população local a iniciar um ativo movimento anti-imperialista. (COMITERN, 2000, s/p).

A perspectiva da internacionalização da luta dos trabalhadores era candente e muito presente na *Tese*. Assim, a “questão negra tornou-se parte integrante da revolução mundial”, não por acaso, no item 6, o documento encerra com as seguintes propostas:

- i) O IV Congresso considera essencial apoiar todas as formas do movimento negro que visam minar ou enfraquecer o capitalismo e o imperialismo ou impedir a sua expansão.
- ii) A Internacional Comunista lutará pela igualdade racial de negros e brancos, por salários iguais e igualdade de direitos sociais e políticos.
- iii) A Internacional Comunista vai fazer todo o possível para forçar os sindicatos a admitirem trabalhadores negros onde a admissão é legal, e vai insistir numa campanha especial para alcançar este fim. Se esta não tiver êxito, irá organizar os negros nos seus próprios sindicatos e então fazer uso especial da tática da frente única para forçar os sindicatos gerais a admiti-los.
- iv) A Internacional Comunista vai tomar imediatamente medidas para convocar uma conferência ou congresso internacional negro em Moscovo. (COMINTERN, 2000, s/d).

A Internacional Comunista se comprometeu, portanto, em apoiar todas as formas de movimento negro que visam minar ou enfraquecer o capitalismo e o imperialismo ou impedir a sua expansão³. As preocupações de Lenin, as ações preconizadas pela Internacional Comunista, somadas às ideias da Revolução de Outubro, contribuíram para que as proposituras do movimento comunista russo reverberassem em outras partes do mundo, inclusive nos Estados Unidos da América, na África (HARRIS, 2011; THIAM e MULIRA, 2011; RALSTON, 2010) e na Ásia. Foi assim que um dos representantes mais importantes do movimento pan-africanista norte-americano W.E.B. Du Bois se entusiasmou pela União Soviética e os movimentos negros passaram a receber as ideias socialistas.

Os movimentos negros nos EUA e a receptividade das ideias socialistas

A influência do comunismo russo no movimento negro estadunidense tem uma relação direta com as lutas travadas pelos negros norte-americanos desde o momento em que foram traficados no continente africano, considerando as diversas estratégias de resistência

³ Para maior apreciação dos documentos referente à “questão negra”, conferir em: http://ciml.250x.com/archive/comintern/portuguese/4_congress_comintern_30_november_1922_negro_question_portuguese.html

(durante e após a escravidão) e a construção de laços entre os africanos dos EUA, que resultou num amplo movimento que passou a ser denominado *Pan-Africanismo*⁴. A particularidade do desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos consolidou organizações e lutas específicas, mas também impulsionou uma política racista norte-americana, principalmente com a lei de segregação (Jim Crow) e a criação dos guetos. A este processo se vinculam a criação de universidades, sindicatos, agremiações, inclusive de cariz religiosa para poder responder à realidade dos afro-americanos. No que tange à forma de organização dos negros, são emblemáticas lideranças como as de Frederick Douglas (1818-1895) na luta pela abolição da escravatura, e W.E.B. du Bois, que “formou, em 1906, o Movimento do Niágara, juntamente com oito intelectuais negros, pretendia recuperar vigor e agressividade para o protesto negro e retomar a campanha pela igualdade civil” (FABRE, 1977, p. 182). Na mesma direção, encontramos Marcus Garvey, um protagonista na busca por aguçar o “orgulho negro”, “despertando interesse de milhões de negros americanos pela África depois da Primeira Guerra Mundial” (RALSTON, 2010, p. 876). Em 1914, Garvey cria a organização Universal Negro *Improvent and Conservation Association and African Communities League*, conhecida por UNIA, a fim de promover a emigração de negros para a África (RALSTON, 2010).

Encontramos neste período também as organizações socialistas, sobretudo sindicatos e partido político, cujos protagonistas (operários brancos) em virtude da ideologia do racismo, não aceitavam a participação de descendentes de africanos escravizados e menos ainda a participação das mulheres⁵. A partir da criação da organização *Industrial Workers of the World* [Trabalhadores Industriais do Mundo] – IWW, em 1905, as mulheres passaram a ter uma atuação orgânica e o racismo passa a ser tematizado no seio dos trabalhadores. A IWW, conhecido popularmente como “Wobblies”, tinha como finalidade a luta pelo socialismo e defendia a não conciliação entre classes. A organização acreditava na inviabilidade de diálogo entre patrão e empregado. E mais, conseguiu identificar outras formas de opressão à classe trabalhadora, a “IWW dirigia a sua atenção explicitamente aos problemas específicos da população negra” (DAVIS, 2016, p. 157).

⁴ O pan-africanismo é um movimento que tem a sua origem nas lutas dos africanos na diáspora, isto é, contra a escravatura, o colonialismo; contra o racismo praticado aos africanos. Embora a palavra pan-africanismo e pan-africano tenha sido utilizadas no final do século XIX, já havia a prática de tal movimento desde as práticas contra a escravidão e opressão, as práticas de organizações pela abolição da escravatura e, principalmente pela propagação da união entre os africanos espalhados no mundo. Consultar: Boahen (2010) e Mazrui; Wondji (2011).

⁵ Em relação à atuação das mulheres nos partidos e sindicatos nos EUA, conferir em Angela Davis (2016).

Os afro-americanos constituíram também a Liga Urbana, em 1910, financiada pelos industriais do Norte, cuja finalidade era assegurar a igualdade no mercado de trabalho e a “qualificação” profissional de trabalhadores negros. Na sequência, foi organizado o *Brotherhood of Sleeping*⁶, o primeiro sindicato negro, criado em 1925, por A. Philip Randolph, com o objetivo de combater a discriminação no emprego, principalmente nas fábricas de armamento (FABRE, 1977, p. 183).

Havia, portanto, uma tentativa de estabelecer uma união entre os negros norte-americanos a fim de tornar mais potente as lutas travadas contra o racismo, a discriminação e a desigualdade, desembocando na Frente Unida dos Negros, criada em 1936, e no *Negro American Labor Council*, de 1960 (FABRE, 1977). Apesar de todas as lutas, somente em 1942 foi criado o Congresso Nacional pela Igualdade Racial (CORE), organização que tinha a participação de intelectuais, segmento da classe média negra, responsável pela propagação, em 1967, do slogan “Black Power”.

O trajeto que percorremos até aqui demonstra que as organizações mencionadas não tiveram explicitamente uma perspectiva de orientação comunista⁷, à exceção de IWW. As referidas organizações tinham como objetivo o enfrentamento do racismo, da discriminação e da desigualdade, mas, ao mesmo tempo, cada movimento expressava o contexto interno e externo em que estava inserido, e à medida que as contradições de classes se acirravam, a natureza do movimento podia tomar os rumos da esquerda ou da direita. Este foi o caso da *Brotherhood of the African Blood*⁸ (Irmandade do Sangue Africano), organização que surgiu a partir dos conflitos do “Verão Vermelho”⁹, em 1919. Tratam-se de revoltas que começaram quando os negros retornaram da guerra, não viram suas vidas alteradas e resolveram manter as armas para combater as práticas de racismo e

⁶ Irmandade do Sono.

⁷ Embora a *Brotherhood of Sleeping* tenha como protagonista A. Philip Randolph, que no início da sua militância teve importante atuação contra a opressão, chegando a ser chamado de “Lenin do Harlem”, devido a sua orientação leninista. Com o tempo, ele se tornou um “burocrata” da AFL – Federação Americana do Trabalho. Tal entidade tinha uma política de alinhamento com a direita e fechava acordos com o setor patronal. O “Lenin do Harlem” foi responsável pelo cancelamento da Marcha sobre Washington, em 1941. Sua atuação em favor da direita, o transformou em anticomunista e conservador.

A este respeito, consultar: https://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&hl=pt-BR&prev=search&rurl=translate.google.com.br&sl=en&sp=nmt4&u=https://socialistworker.org/2012/08/10/from-harlem-to-the-afl&usg=ALkJrhh9UIyFSdAGZPtNDON6zuYfbZHYQ.

⁸ Referente a *Brotherhood of the African Blood* cf. https://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&hl=pt-BR&prev=search&rurl=translate.google.com.br&sl=en&sp=nmt4&u=https://socialistworker.org/2012/06/01/african-blood-brotherhood&usg=ALkJrhh4shU0j2vacbKVKdJUURMI dpx-QA.

⁹ Os dias de “distúrbios da raça” envolveram mais de 25 grandes cidades. Morreram, em média, 500 negros. Todavia, os afro-americanos resistiram aos ataques truculentos do estado racista.

a discriminação. Nesse clima, se consolidou uma organização socialista negra, cujo principal quadro foi Cyril Briggs, responsável por um jornal em que começa a tematizar a situação dos negros nos Estados Unidos da América. Até 1920, esta organização não tinha contato com o Partido Socialista (que em pouco tempo se tornaria o Partido Comunista) norte-americano, que acreditava que a *Irmandade* era separatista¹⁰. Após as orientações de Lenin, os socialistas se aproximaram de Briggs possibilitando uma organização de esquerda, buscando fortalecer o movimento contra o racismo e a classe trabalhadora na luta pelo socialismo (SUSTAR, 2012).

No seio do movimento socialista, identificamos um forte protagonismo das mulheres negras estadunidenses. De acordo com Angela Davis (2016), foram inúmeras mulheres que tiveram um papel importante na luta pela emancipação, não somente das mulheres, ou das mulheres negras, mas da classe trabalhadora como um todo. Davis elenca uma quantidade expressiva de mulheres socialistas que atuaram no seio do movimento de esquerda norte-americano. Como, por exemplo, Helen Holman, integrante do Partido Socialista, que teve um papel decisivo na defesa pela liberdade de Kate Richards O'Hare, quando estas se encontrava presa; ou Lucy Parsons¹¹ (1853-1942), cuja “trajetória política abrangeu desde a defesa do anarquismo, na juventude, até a filiação ao Partido Comunista”. Para esta, “o racismo e sexismo eram ofuscados pela ampla exploração da classe trabalhadora pelos capitalistas” (DAVIS, 2016, p. 158-159). Ella Reeve Bloor (1862-1951) foi outra militante socialista que tinha a capacidade de captar a relação entre *raça* e *classe*. Em 1929, ao participar da convenção organizada pela *Defesa Operária Internacional*, realizada em Pittsburgh, Pensilvânia, Bloor combateu a discriminação de delegados negros que foram impedidos de entrarem no Hotel (DAVIS, 2016). Responsável em organizar uma delegação dos Estados Unidos para participar do *Congresso Internacional de Mulheres* em Paris, Bloor levou consigo quatro militantes trabalhadoras negras que tiveram uma participação expressiva no congresso¹². Além das mulheres, a Igreja desem-

¹⁰ Relação muito semelhante ao dos comunistas no Brasil no mesmo período. A este respeito, ver Góes e Gonçalves (2017).

¹¹ Em 1877 Parsons publicava seus artigos e poemas no jornal *Socialist*. Integrou o Sindicato de Trabalhadoras de Chicago. Seu protagonismo ganhou vulto após participar ativamente na libertação dos ativistas que foram presos em 1º de maio de 1886, na praça Haymarket. Segundo Angela Davis, “sua reputação fez dela um alvo muito frequente da repressão. Em Columbus, Ohio, por exemplo, o prefeito proibiu um de seus discursos previsto no mês de março – e ela se recusou a respeitar o mandato de interdição, o que levou a polícia a prendê-la” (2016: 158). Davis observa que em cada cidade a que Parsons ia, as portas se fechavam no último minuto e a polícia a mantinha sob constante vigilância.

¹² Em virtude do curto espaço, não é possível apresentar as mulheres que tiveram uma ampla participação

penhou papel fundamental na militância dos negros, como foi o caso da *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC), após o boicote aos transportes públicos realizado em Montgomery em 1957, que tomou maior capilaridade com a atuação de Martin Luther King¹³.

Ressaltamos, portanto, que nos Estados Unidos da América, houve um acúmulo de lutas, principalmente daquelas que emergiram em Chicago e Nova York, sobretudo no Harlem, de onde surgiram inúmeros militantes negros do movimento socialista. As lutas travadas pelos negros norte-americanos contribuíam para que a *Comintern* passasse a ver a *questão negra* numa perspectiva pan-africana, ou seja, “se os Africanos tinham que enfrentar problemas comuns, estavam implicados numa luta comum, como se os seus destinos estivessem de certa forma ligados. O Comintern conservou esta abordagem, com algumas reservas, até ao seu VII congresso, em 1935” (ADI, 2017).

Da emancipação às políticas de concessões

A perseguição dos afro-americanos tem seu início, especialmente, a partir da abolição da escravatura. Quando os afro-americanos foram “libertados”, uma série de medidas foi adotada a fim de condicioná-los ao pauperismo e subordiná-los a condições estabelecidas pelos governos dos EUA. Desde quando os negros pisaram compulsoriamente os pés no continente, foram subsumidos à institucionalização: da escravização (1619-1865), passando pela lei de segregação Jim Crow (1865-1965), até a efetivação dos Guetos (1915-1968) e, de 1968 para cá, do Hipergueto (WACQUANT, 2017). A organização de extrema direita o Ku Klux Klan teve papel fundamental neste processo. Criada em 1860, continua a existir, sob outra roupagem, nos dias de hoje. Esta organização teve o seu apogeu com a abolição da escravidão norte-americana, em 1865. Defendeu o retorno dos afro-americanos para a África e o extermínio dessa população através da prática do linchamento, perseguição e outras formas consolidadas para debelar os negros. A atuação do Ku Klu Klan é tão emblemática ao ponto de ser concebida como uma das primeiras organizações a colocar os Estados Unidos da América enquanto precursor do nazismo (LOSURDO, 2017). A organização foi ainda responsável por contribuir para

no movimento socialista norte-americano, tal empreitada nos levaria a outro caminho do presente artigo. Porém, os interessados em mergulhar na temática, podem consultar Angela Davis em *Mulheres, raça e classe*, especialmente o capítulo 10 “Mulheres Comunistas”.

¹³ Outros viriam na sequência: Malcom X e os Panteras Negras.

a criação do “mito” do estupro negro, cuja finalidade era justificar os massacres e linchamentos, bem como a criminalização de afro-americanos. Com as organizações dos afro-americanos, desde as comunidades religiosas, sindicais e partidárias, os descendentes de africanos escravizados passaram a ser alvo preferido do Ku Klux Klan. As vítimas da organização conservadora eram pessoas isentas ou com vínculos de engajamento político. A organização reacionária pode, portanto, ser concebida enquanto um mecanismo (paramilitar) que se efetivou para manter a supremacia branca e os privilégios das classes dominantes nos Estados Unidos.

Na medida em que o movimento socialista crescia nos Estados Unidos, diversas medidas foram tomadas para impedir este avanço. Assim, o FBI criado em 1908, passou a ser utilizado para frear e dismantelar as organizações anarquistas e socialistas naquele país.

O fantasma de 1917 precisava ser combatido. Não por acaso, os EUA serão palco de uma gama de mobilizações dos movimentos negros e de organizações socialistas. Tal é o caso dos movimentos sociais negros que crescem a partir da década de 60 do século passado. Em 04 de abril, depois de Johnson suspender os ataques ao Vietnã do Norte e renunciar à candidatura à presidência, segundo Moniz-Bandeira, “o assassinato de Martin Luther King, líder dos direitos civis e do movimento pela igualdade racial, provocou a erupção de revoltas nos bairros negros de 19 cidades nos Estados Unidos, que deixaram cerca de cinquenta mortos” (2009, p. 278). As múltiplas manifestações contra a segregação racial, acompanhadas de saques e violências abalaram as classes dirigentes americanas. Nessa ocasião, “sete brigadas de infantaria, totalizando 21.000 soldados, estavam prontas para intervir e um centro de computação, altamente sofisticado, fornecia informações” (MONIZ-BANDEIRA, 2009, p. 278). Os Estados Unidos investiram US\$ 2,7 milhões, sendo que 150 funcionários monitoravam as revoltas nas cidades e havia tropas à disposição, que poderiam ser deslocadas, se fosse necessária para qualquer Estado (MONIZ-BANDEIRA, 2009). Uma série de práticas foi engendrada para brechar os movimentos sociais no norte da América, com destaque para a CIA e o FBI, que tiveram um papel importante no desmonte da esquerda, dentro e fora dos Estados Unidos. A CIA esteve engajada durante 20 anos na realização de vigilância, infiltrando agentes nas organizações, realizando escutas telefônicas, além de averiguar cartas e catalogação de indivíduos envolvidos em organizações, por meio de fotografias e a obtenção de cópias de telegramas (MONIZ-BANDEIRA, 2009). Suas práticas estavam *pari passu* com o FBI. Este executava o *Counter Intelligence Program* (COINTELPRO), programa de

realização de sabotagem, vigilância eletrônica, sendo uma de suas vítimas Luther King e outras lideranças políticas. Na mira do FBI estavam o “*Comunist Party, o Socialist Workers Party, Whit Hate Group, a Students for Democratic Society e o Black Panther*, em sua lista de 2.300 organizações, classificadas como *Old Left, New Left e Right Wing. Partido Comunista*”¹⁴ (MONIZ-BANDEIRA, 2009, p. 350).

A ofensiva da burguesia norte-americana possibilitou o desmonte das organizações numa perspectiva de impedir o avanço das lutas sociais, por meio do assassinato de lideranças, da criminalização de movimentos sociais e partidos políticos. Esta ofensiva também se traduziu na política de concessão que ganhou corpo com o desmantelamento dos imperialismos baseados na Europa. A Declaração de Direitos Humanos da ONU e os estudos da UNESCO desautorizaram o racismo. A burguesia correu para demonstrar o seu apreço à “democracia”. Os Estados Unidos da América passam a ser o “guardião” da igualdade e o defensor dos “direitos” civis. Já não havia movimentos de esquerda a esmagar.

No estudo *Capitalismo Monopolista – ensaio sobre a ordem econômica e social americana*, Paul Baran e Paul Sweezy (1978), especialmente no capítulo dedicado às relações étnico-raciais nos Estados Unidos, evidenciam que o capitalismo monopolista possibilitou a ascensão de uma classe média e uma burguesia negra. No entanto, os autores demonstram que tais investidas só foram realizadas devido à emigração de negros do Sul para o Norte dos Estados Unidos, considerando que na parte industrializada desse país a oferta de empregos era maior devido à presença de indústrias, mesmo havendo discriminação aos trabalhadores negros. A racionalização da política de imigração e a Segunda Guerra permitiram, segundo os autores, que houvesse ofertas de empregos para a população negra, além de sua inserção nos setores públicos. Baran e Sweezy argumentam que através desse quadro ventilou-se a crença segundo a qual os negros sofreriam alternância em relação à situação social o que acabaria por eliminar a discriminação e o preconceito. Porém, os pensadores argumentam que para além do aumento da pobreza, tais mudanças foram viabilizadas apenas no âmbito individual e para o conjunto dos afro-americanos, visto que a maioria está confinada nos guetos. Neste contexto, os Estados Unidos da América passaram a ventilar o ideário de um país democrático ao implementar

¹⁴ “Durante a *Operation CHAOS*, implantada em 1968 e expandida em 1969, a NSA, a CIA e o FBI puseram mais de 300.000 estudantes e outros cidadãos americanos sob vigilância; interceptaram correspondência, investigaram e infiltraram os *campi* universitários e centenas de organizações dentro dos Estados Unidos. Por volta de 1976, a CIA e outras agências gastavam mais de US\$ 12 bilhões em investigações oficiais, algumas vezes ilegais e frequentemente sem o controle do governo” (Moniz-Bandeira, 2009: 350).

políticas de “concessões”, as políticas de ação afirmativa, demandas elaboradas pelos movimentos negros norte-americanos e que foram plagiadas pela burguesia dos EUA em seu favor. Se tais políticas fossem instituídas, como era a aposta, “a capacidade revolucionária em potencial do movimento negro de protesto poderá ser neutralizada” (BARAN e SWEEZY, 1978, p. 273).

Na mesma direção, segundo o geógrafo David Harvey,

Foi preciso cultivar e projetar no exterior o pró-americanismo. E assim teve início o amplo ataque cultural aos valores europeus “decadentes” e a promoção da superioridade da cultura americana e dos “valores americanos”. Empregou-se o poder do dinheiro para dominar a produção cultural e influenciar os valores culturais. [...] O imperialismo cultural tornou-se importante arma na luta para afirmar a hegemonia geral. Hollywood, a música popular, formas culturais e até movimentos políticos inteiros, como os direitos civis, foram mobilizados para promover o desejo de emular o modo americano de ser. Os Estados Unidos foram concebidos como um farol da liberdade dotado do poder exclusivo de engajar o resto do mundo numa civilização duradoura caracterizada pela paz e prosperidade (HARVEY, 2006, p. 53).

Houve a decapitação dos movimentos sociais de esquerda por meio da violência e da criminalização. As políticas de concessões vieram complementar, viabilizando o acesso a políticas de ação afirmativa, a fim de criar uma classe média e uma burguesia negras que passaram a propagar “conquistas” de natureza liberal, que atenderam uma parcela e não a totalidade da população negra. Esta continuou condenada à segregação e ao encarceramento.

Conclusão

Após a Revolução de Outubro, as experiências e a tentativa de impulsionar as lutas pela emancipação extrapolou o continente europeu e atravessou o atlântico resultando no fortalecimento dos movimentos sociais norte-americanos. O esforço para a superação do capital pôde ser explicitada nos diversos segmentos sociais estadunidenses, tanto nas organizações sociais compostas por brancos, como no interior dos movimentos sociais negros, sindicatos e partidos políticos.

O êxito destes movimentos sociais obrigou os dirigentes da classe dominante a elaborar estratégias para dificultar as atividades das organizações e minar a perspectiva de transformação social, seja por meio do extermínio de lideranças do movimento negro, da destruição das organizações sociais, como por exemplo os Panteras Negras, seja por meio da cooptação de quadros para o campo da direita.

Houve, sem dúvida, inúmeros equívocos no interior dos próprios movimentos – tema que não foi possível explorar no presente artigo –, todavia, o capital lançou mão de ferramentas capazes de minguar os movimentos e impedir a ascensão de projetos emancipatórios que buscavam a superação da ordem do capital.

As lutas encampadas pelos movimentos sociais negros nos Estados Unidos da América, principalmente a partir da influência e colaboração dos comunistas demonstraram que é possível resistir e buscar outra sociabilidade. A história é feita de contradições e não chegamos ao seu fim, visto que são os homens que a fazem dentro de condições dadas e herdadas do passado, conforme Marx. Talvez a lição que devemos tirar de Outubro e dos movimentos sociais negros é que a classe trabalhadora quando se organiza pode alterar o curso da história.

Bibliografia

ADI, Akim. Pan-africanismo e Comunismo: conversa com Akim Adi. *Buala.org*. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/panafricanismo-e-comunismo-conversa-com-hakim-adi>>. Acesso em 4 de maio de 2017.

BARAN, Paul Sweezy e Paul (1978). *Capitalismo monopolista* – ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

BOAHEN, Albert Adu (2010). *História Geral da África VII. África sob dominação colonizadora: 1880-1935*. Brasília: UNESCO.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas (2007). Os precursores da interpretação marxista do problema racial. *Crítica Marxista*, n. 24, Rio de Janeiro.

COMINTERN (2000). A questão Negra. In: *A Internacional Comunista*. Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/comintern/portuguese/4_congress_comintern_30_november_1922_negro_question_portuguese.html>. Acesso em 02 de maio de 2017.

DAVIS, Angela (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Editora Boitempo.

FABRE, Genevève (1977). O movimento negro. In: SANTIAGO, Theo e DIAS, José Fernandes (orgs.). *Descolonização*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

GÓES, Weber Lopes; GONÇALVES, Renata (2017). À margem de Outubro: comunistas e relações raciais no Brasil. *Lutas Sociais*, vol. 21, n. 38, São Paulo.

HARRIS, Joseph E.; ZEGHIDOUR, Slimane (2011). A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Eli A.; WONDJI, Christophe (orgs.). *História Geral da África VIII. África desde 1935*. Brasília: UNESCO.

HARVEY, David (2009). *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.

LENIN, Vladimir Ilitch (1980). *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Ed. Brasil Debates.

_____ (1976). El derecho de las naciones a la autodereminacion. In: *Obras Escogidas*. Tomo V. Moscou: Editorial Progreso.

_____ (1974). *Teses preliminares: as questões coloniais e nacional*. Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/lenin_1920_5_june_second_congress_comintern_colonial_and_national_question_draft_portuguese.html>. Acesso em 03 de maio de 2017.

LOSURDO, Domenico (2017). *As raízes norte-americanas do nazismo*. Disponível em: https://resistir.info/eua/raizes_nazismo_eua.html. Acesso em 17 de junho de 2017.

MARX, Friedrich Engels (s/d). Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: *Textos III*. São Paulo: Edições Sociais.

MAZRUI, Eli A.; WONDJI, Christophe (orgs.) (2011). *História Geral da África*. VIII. África desde 1935. Brasília: UNESCO.

MEALY, Rosemari (1995). *Fidel e Malcolm X – Lembranças de um encontro*. Niteroi: Casa Jorge Editorial.

MONIZ-BANDEIRA, Luiz Alberto (2009). *A formação do império americano – da guerra da Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RALSTON, Richard David (2010). A África e o novo mundo. In: BOAHEN, Albert Adu (2010). *História Geral da África* VII. África sob dominação colonial: 1880-1935. Brasília: UNESCO.

SUSTAR, Lee (2012). Do “Lenin” de Harlem ao burocrata da AFL. *Socialistworker.org*. Disponível em: < <https://translate.google.com/translate?depth=1&hl=pt-BR&prev=search&rurl=translate.google.com.br&sl=en&sp=nm4&u=https://socialistworker.org/2012/08/10/from-harlem-to-the-afl>>. Acesso em 1 de maio de 2017.

THIAM, Iba Der; MULIRA, James (2011). África e os países socialistas. In: MAZRUI, Eli A.; WONDJI, Christophe (orgs.). *História Geral da África*. VIII. África desde 1935. Brasília: UNESCO.

WACQUANT, Loïc (2017). *Da escravidão ao encarceramento em massa*. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/Loic%20Wacquant,%20Da%20Escravidão%20ao%20Encarceramento%20em%20Massa,%20NLR%202013,%20January-February%202002%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Loic%20Wacquant,%20Da%20Escravidão%20ao%20Encarceramento%20em%20Massa,%20NLR%202013,%20January-February%202002%20(1).pdf). Acesso em 8 de junho de 2017.

Para a questão das nacionalidades ou da “autonomização”

Vladimir Lenin

Observações sobre a tradução do texto (Erick Fishuk)

A presente tradução da carta “Para a questão das nacionalidades ou da ‘autonomização’”, ditada por Vladimir Ilich Lenin às suas secretárias nos dias 30 e 31 de dezembro de 1922, baseia-se no texto publicado no volume 45 de suas *Obras completas* em russo, 5.^a edição de 1970 (Moscou, Editora Politizdat, pp. 356-362). Consta nesse tomo que a primeira publicação do texto ocorreu em 1956, no número 9 da revista *Kommunist*, tendo-se seguido um exemplar datilografado das anotações da secretária. A fonte do texto original já coloca por si só alguns problemas tradutórios.

Mesmo assim, decidi traduzir também a nota 210, que contextualiza a carta e cujo conteúdo se encontra às páginas 594-596 do mesmo volume, pois ela traz informações históricas que seriam redundantes se eu as tratasse aqui. 1956, antes de tudo, foi o ano em que o líder soviético Nikita Khrushov pronunciou seu famoso “relatório secreto”, em que condenava os abusos autoritários de Stalin, embora de modo muito parcial. Na mesma época, os próprios jornais comunistas estrangeiros publicaram o texto do chamado “testamento de Lenin”, contendo reprimendas tanto a Trotsky quanto a Stalin, e cuja autenticidade muitos negaram.

De fato, tanto os documentos pessoais de Lenin quanto os de Stalin são ainda hoje praticamente inacessíveis ao pesquisador estrangeiro, e seu conhecimento só foi possível graças a essas aparições esporádicas pelas mãos dos próprios editores e estudiosos soviéticos e russos. Deve-se lembrar que na era de Leonid Brezhnev, não se retornou à canonização pura e simples de Stalin, mas tampouco sua detração continuou tão desenfreada quanto no governo anterior. Nem Stalin nem Khrushov, ao menos no discurso oficial, teriam dado contribuições fundamentais ao desenvolvimento da URSS,

e o “culto a Lenin” teria sido a resposta para preencher esse vazio de liderança. É nesse espírito que deve ser lida a introdução dos editores soviéticos.

Outra característica que tornou a tradução particularmente delicada foi o amplo uso, da parte de Lenin, de expressões etnográficas peculiares ao período tsarista e que ainda não haviam sido expurgadas da linguagem oficial. Nesse aspecto, a comparação com o texto em russo da nota editorial introdutória é instrutiva. Dois termos se destacam em complexidade: *inorodets*, várias vezes usado em seu plural *inorodtsy*, e *natsional*. O primeiro termo designava originalmente alguém de uma nacionalidade alheia, independentemente do ponto de vista, mas na Rússia imperial passou a nomear o membro de uma das nacionalidades “minoritárias”, não russas de forma geral, em especial as residentes nos limites do império e mais especificamente os povos do Oriente. Já *natsional*, a despeito de sua enganosa transparência, apresentava antes um problema linguístico, referente a uma realidade que desconhecemos: é o membro de uma das populações nativas de repúblicas e províncias russas e soviéticas que se distingam pelo seu caráter etnolinguístico.

Embora a compreensão global os dispense perfeitamente, não raro recorri a colchetes no interior do texto para assinalar a expressão em russo equivalente ao que se precede imediatamente, dado que a frequente não tem equivalência literal e me levou a empregar diversas *tournures* em português. Trata-se dos casos mencionados acima, além de outros em que julguei por bem explicitar escolhas não literais, bem como idiomatismos que mereceriam explicação mais detalhada. Entre os últimos estão as duas palavras usualmente traduzidas por “russo” – *russki*, referente à etnia, e *rossiiski*, referente ao Estado multinacional – e o nome *Derzhimorda*, retirado de uma peça de Gogol e que evoca, ao mesmo tempo, propensões militaristas e semblante amedrontador.

Por fim, mas não menos importante, a linguagem frequentemente irônica de Lenin é um dos desafios daquele que se propõe a traduzi-lo. Seus textos públicos e oficiais são caracterizados por uma linguagem padronizada e previsível, o que facilita para quem domina os temas históricos concernentes. Contudo, seus escritos pessoais e seus panfletos polêmicos recorrem com frequência não apenas a personagens consagrados da literatura russa,¹ como também a evocações de situações conjeturais e a ataques espirituosos contra

¹ Um exemplo pouco conhecido no Brasil é o de seu manuscrito nomeado nas *Obras completas* (t. 20, 5. ed. de 1973, p. 96) como “O kraske styda u iudushki Trotskogo” (em tradução livre, “Sobre o enrubescimento do *iudushka* Trotsky”). *Iudushka*, traduzido como “pequeno Judas” ou somente “Judas”, era o epíteto dado, em polémicas na virada do século 19 ao 20 na Rússia, a pessoas reputadas mesquinhas, egoístas e traiçoeiras, em menção ao personagem Porfiri Golovliov, ou “Iudushka Golovliov”, do romance *A família*

seus contendores. Ao tradutor brasileiro cabe uma sensibilidade apurada para discernir esse traço característico do agudo intelecto de Lenin, que não deixou de se manifestar nem na redação, nem no modo como abordou a delicada “questão nacional” da Rússia soviética no texto “Para a questão das nacionalidades ou da ‘autonomização’”, que segue traduzido abaixo.

Nota introdutória dos editores soviéticos

A carta *Para a questão das nacionalidades ou da “autonomização”* foi escrita por V. I. Lenin, por ocasião da formação da URSS, e dedicada ao problema das relações mútuas entre os povos da União Soviética.

O motivo imediato para que Lenin escrevesse essa carta foi o conflito, dentro do Partido Comunista da Geórgia, entre o Comitê Regional Transcaucásico do PCR(b), chefiado por G. K. Ordzhonikidze, e o grupo de P. G. Mdivani.

Aquele comitê, e anteriormente o Birô Caucásico do CC do PCR(b), havia conduzido uma linha fundamentalmente correta, alcançando a coligação das repúblicas da Transcaucásia e combatendo a posição radicalmente errônea do grupo de Mdivani, a qual havia freado na prática a unificação econômica e política das repúblicas transcaucásicas, favorecido na realidade a conservação do isolamento da Geórgia e, desse modo, entrado no jogo do nacionalismo burguês, dos mencheviques georgianos. Nos congressos, conferências e reuniões da militância partidária, os comunistas da Geórgia consideraram com justeza essa posição de Mdivani e seus adeptos como um desvio nacionalista. Lenin criticava as errôneas visões de princípio desse grupo, e exatamente se contrapondo a Mdivani e seus apoiadores, Lenin sublinhou, em resolução do Birô Político do CC do partido escrita por ele em novembro de 1921, sobre a questão da criação da Federação Transcaucásica: “Reconhecer a federação das repúblicas transcaucásicas como absolutamente acorde a nossos princípios e indiscutivelmente passível de realização” (*Obras completas*, 5.^a ed., tomo 44, p. 255, em russo). Havendo os aliados de Mdivani insistido, mesmo após o pleno do CC do PCR(b) de outubro de 1922, que a Geórgia devia entrar na URSS diretamente, e não por intermédio da Federação Transcaucásica, Lenin revelou-se descontente, em telegrama ao Comitê Regional Transcaucásico e ao CC do PC da Geórgia, com as atitudes daquele grupo e censurou resolutamente sua “injúria contra

Golovliov (1880), do escritor Mikhail Saltykov-Schedrin. É claro que a contenda tem localização histórica bem definida.

Ordzhonikidze”. “Estou convencido – escreve Lenin – de que todas as discordâncias estão resolvidas com as resoluções do pleno do CC pela minha participação indireta e pela participação direta de Mdivani” (*Obras completas*, 5.^a ed., tomo 54, p. 300, em russo).

Ao mesmo tempo, Ordzhonikidze também cometeu graves erros. Ele não demonstrou a devida transigência e precaução ao realizar a política nacional do partido na Geórgia, incorreu em burocratismo e precipitação ao executar algumas medidas e nem sempre considerou a opinião e os direitos do CC do PC da Geórgia. Ordzhonikidze também não manteve uma postura digna nas inter-relações com o grupo de Mdivani. Ordzhonikidze chegou ao ponto de, tendo sido ofendido por um dos adeptos desse grupo, agredi-lo fisicamente.

Demonstrando discordar da posição do Comitê Regional Transcaucásico, os apoiadores de Mdivani, constituindo maioria no CC do PC da Geórgia, saíram do CC e apresentaram queixa ao CC do PCR(b). Em 25 de novembro de 1922, o Birô Político adotou a resolução de enviar à Geórgia uma comissão chefiada por F. E. Dzerzhinski para examinar imediatamente o requerimento dos membros do CC do PC local.

A “questão georgiana” muito incomodava Lenin, o qual, como se lê no diário de suas secretárias, esperou com impaciência o retorno de Dzerzhinski. Em 12 de dezembro ele chegou a Moscou, e no mesmo dia Vladimir Ilich teve com ele uma prolongada conversa. Mais tarde, em janeiro de 1923, Lenin diria para L. A. Fotieva: “Às vésperas de minha doença, Dzerzhinski falou-me sobre o trabalho da comissão e sobre o ‘incidente’, e isso me atingiu com muita força”. Lenin relacionava a “questão georgiana” com a questão geral da formação da URSS, mostrando-se inquieto sobre o quão conseqüentemente os princípios do internacionalismo proletário seriam realizados ao unirem-se as repúblicas. Em 14 de dezembro de 1922, Vladimir Ilich tencionou ditar uma carta sobre a questão nacional, ou seja, a formação da URSS, mas não pôde então executar seu plano. Numa listagem ditada por Lenin em 27 ou 28 de dezembro com os temas das próximas cartas e artigos, figura o tópico “Sobre a questão nacional e o internacionalismo (em vista do mais recente conflito no partido georgiano)”.

Na carta “Para a questão das nacionalidades ou da ‘autonomização’”, Lenin reprovou a conduta de Ordzhonikidze e julgou que a comissão de Dzerzhinski não teria demonstrado a devida imparcialidade ao investigar o “conflito georgiano”. Lenin atribuiu a responsabilidade política por todo esse caso, em primeiro lugar, a Stalin, visto que como secretário-geral do CC ele cometeu sérios erros durante a união das repúblicas. Lenin

não apoiava a errônea posição de princípio de Mdivani sobre as questões da Federação Transcaucásica e da formação da URSS. Mas, percebendo naquele instante o chauvinismo de grande potência como perigo principal e considerando que a tarefa de combatê-lo repousava antes de tudo sobre os ombros dos comunistas da nacionalidade antes dominante, Lenin concentrou a atenção precisamente nos erros de Stalin, Dzerzhinski e Ordzhonikidze quanto à “questão georgiana”.

Na carta “Para a questão das nacionalidades ou da ‘autonomização’”, Lenin lançou luz sobre os mais importantes problemas da política nacional do partido. Ele considerava essa carta como norteadora, atribuiu-lhe um grande significado e tencionava que mais tarde a publicassem na qualidade de artigo. Contudo, por causa do agravamento inesperadamente forte da doença após 6 de março de 1923, Vladimir Ilich não teve tempo de tomar a decisão final com relação à carta “Para a questão das nacionalidades ou da ‘autonomização’”. Em 16 de abril de 1923, L. A. Fotieva encaminhou a carta de V. I. Lenin ao Birô Político. No 12.º Congresso do PCR(b) essa carta foi revelada a cada delegação em separado, e em conformidade com as indicações de Lenin, no projeto de resolução então aprovado sobre a questão nacional, foi incluída uma série de importantes mudanças e acréscimos.

Anotações de 30 de dezembro de 1922, tomadas por M. V.

Penso que sou fortemente culpado, perante o operariado da Rússia, por não ter intervindo com a energia e a acuidade suficientes no famigerado debate sobre a autonomização, oficialmente chamado, ao que parece, questão da união das repúblicas socialistas soviéticas.

No verão, quando essa questão emergiu, eu estava doente, e em seguida, no outono, depusitei excessivas esperanças em minha recuperação, e em que os plenos de outubro e dezembro me dessem a possibilidade de intervir nesse debate. Mas, pelo contrário, eu não tive tempo de estar nem no pleno de outubro (sobre essa questão) nem no de dezembro, e dessa forma a questão me passou quase completamente ao largo.

Tive tempo apenas de conversar um pouco com o cam. Dzerzhinski, que havia chegado do Cáucaso e me contou qual era o estado dessa questão na Geórgia. Também tive tempo de trocar uma palavra com o cam. Zinoviev e expressar-lhe meus receios no tocante a esse problema. Daquilo que comunicou o cam. Dzerzhinski, que esteve à frente da comissão enviada pelo Comitê Central para “investigar” o incidente georgiano, eu só

pude extrair os mais fortes temores. Se as coisas chegaram ao ponto de Ordzhonikidze irromper em empregar a força física, como me foi relatado pelo cam. Dzerzhinski, pode-se então imaginar em que pântano nos precipitamos. Pelo visto, todo esse capricho de “autonomização” era radicalmente inverídico e infundado.

Dizem que era exigida a unidade do aparelho. Mas de onde saíram essas assertivas? Não seria do velho aparelho da Rússia, o qual, como eu já apontei num dos números anteriores de meu diário, nós emprestamos ao tsarismo e o mundo soviético mal começou a engraxar?

Sem dúvida seria necessário adiar essa medida até que pudéssemos dizer que garantimos o nosso aparelho como nosso. E agora podemos dizer sinceramente o contrário, que chamamos de nosso um aparelho que na realidade ainda é inteiramente estranho a nós e constitui um imbróglho burguês e tsarista, cuja modificação em cinco anos, ante a ausência da ajuda de outros países e o predomínio dos “trabalhos” bélicos e do combate à fome, era completamente impossível.

Em tais condições, é muito natural que a “liberdade de sair da união”, com a qual nos legitimamos, se revelará um documento vazio, incapaz de defender as outras nacionalidades da Rússia [*rossiiskie inorodtsy*] da invasão daquele homem genuinamente russo [*rusiski*], do chauvinista grão-russo, enfim, do patife e opressor que constitui o típico burocrata russo. Não há dúvidas de que o ínfimo percentual de operários soviéticos e soviéticos afundará nesse mar de canalhas grão-russos e chauvinistas, como a mosca no leite.

Em defesa dessas medidas, dizem que se dividiram os comissariados do povo diretamente concernentes à psicologia e à educação das nacionalidades. Mas aí existe a questão sobre se é possível dividir plenamente esses comissariados, e a questão sobre se nós tomamos, com o cuidado suficiente, medidas para realmente defender as outras nacionalidades [*inorodtsy*] do leão-de-chácara [*derzhimorda*] genuinamente russo. Julgo que não tomamos essas medidas, embora pudéssemos e devêssemos tomá-las.

Penso que desempenharam aí um funesto papel a precipitação e o fervor burocratista de Stalin, bem como sua exasperação contra o tão falado “social-nacionalismo” [*sotsial-natsionalizm*]. Via de regra, a exasperação costuma desempenhar na política o mesmo papel danoso.

Temo ainda que o cam. Dzerzhinski, que viajou ao Cáucaso para investigar o caso dos “crimes” desses “sociais-nacionalistas”, tenha lá se distinguido também somente pelo seu humor genuinamente russo (é sabido que as nacionalidades russificadas

[*obrusevshie inorodtsy*] sempre se desmesuram quanto ao humor genuinamente russo) e que a imparcialidade de toda a sua comissão tenha se caracterizado pela “pancadaria” de Ordzhonikidze. Eu penso que nenhuma provocação e nem mesmo qualquer ofensa possa justificar essa pancadaria russa, e que o cam. Dzerzhinski é irreparavelmente culpado por haver levemente lidado com essa pancadaria.

Ordzhonikidze era a autoridade perante os demais cidadãos do Cáucaso, não tinha o direito a tal irritabilidade, à qual ele e Dzerzhinski se referiram. Ordzhonikidze, ao contrário, estava obrigado a controlar-se de um jeito que não era obrigatório a nenhum cidadão comum, e ainda mais inculcado por um crime “político”. Pois para falar a verdade, os sociais-nacionalistas eram cidadãos inculcados por um crime político, e apenas assim todas as circunstâncias desse crime podiam qualificá-lo.

Daí se levanta já uma importante questão de princípio: como compreender o internacionalismo?²

Lenin

Anotações de 31 de dezembro de 1922, tomadas por M. V.

102.....

Eu já havia escrito em minhas obras sobre a questão nacional que não serve para nada avançar a questão do nacionalismo de forma genérica e abstrata. É necessário distinguir entre nacionalismo de nação opressora e nacionalismo de nação oprimida, entre nacionalismo de nação grande e nacionalismo de nação pequena.

No que concerne ao segundo nacionalismo, quase sempre nós, naturais [*natsionaly*] de uma nação grande, revelamo-nos culpados na prática histórica por uma quantidade infinita de violações, e inclusive mais do que isso – sem perceber estamos perpetrando uma série enorme de violências e ultrajes –, basta apenas se lembrar de minhas memórias do Volga sobre como nós maltratamos os não russos [*inorodtsy*], chamando os poloneses apenas de “polacozinhos” [*poliachishka*], zombando dos tártaros apenas como “príncipes” [*kniiaz*], dos ucranianos apenas como “topetudos” [*khokhol*], e dos georgianos e outros povos do Cáucaso como “carcaças” [*kapkazski chelovek*].

Por isso, por parte da nação opressora, também chamada nação “grande” (embora seja grande apenas em suas violações, grande apenas como é grande um leão-de-

² O seguinte texto está riscado adiante nas notas estenográficas: “Penso que nossos camaradas não se orientaram o suficiente nessa importante questão de princípio”. (Nota dos redatores soviéticos)

chácara [*derzhimorda*]), o internacionalismo deve consistir não apenas na observância da igualdade formal entre as nações, mas também numa desigualdade que compense, por parte da nação opressora, da nação grande, aquela desigualdade que se produz na vida real. Quem não entende isso, não entende realmente a posição proletária diante da questão nacional, permanece essencialmente no ponto de vista pequeno-burguês, e por isso não deixa de descambar a todo instante no ponto de vista burguês.

O que importa para o proletário? Ao proletário não é apenas importante, mas também vitalmente necessário, garantir o máximo de confiança por parte dos povos subjugados [*inorodtsy*] na luta proletária de classes. O que é preciso para tanto? Para tanto é necessária não somente a igualdade formal, mas também compensar de uma forma ou outra, em suas declarações e concessões relacionadas às outras nacionalidades [*inorodets*], a desconfiança, a suspeita e os ressentimentos infligidos no passado histórico por quem governava o povo [*natsia*] da “grande potência”.

Penso que não preciso continuar elucidando isso em detalhes aos bolcheviques, aos comunistas. E penso que no referido caso, com relação ao povo georgiano, temos um exemplo típico de quando se exigem uma prudência, civilidade e transigência especiais de nossa parte para abordamos o assunto de forma realmente proletária. O georgiano que reserva desdém para com esse lado da questão usa e abusa da acusação de “social-nacionalismo” (quando ele mesmo, nos fatos e na essência, não é apenas um “social-nacionalista”, mas também um grosseiro leão-de-chácara [*derzhimorda*] grão-russo), esse georgiano, na verdade, transgride os interesses da solidariedade classista proletária, pois nada bloqueia tanto a evolução e o reforço dessa solidariedade quanto a opressão nacional [*natsionalnaia nespravedlivost*], e nada sensibiliza tanto os nativos [*natsionaly*] “ofendidos” quanto o sentimento de igualdade e a violação dessa igualdade, mesmo que apenas por descuido ou até em forma de gracejo, por parte de seus camaradas proletários. É por isso que, em tal situação, é melhor pecar pelo excesso de transigência e brandura para com as minorias nacionais do que pela falta delas. É por isso que, nesse caso, o interesse fundamental da solidariedade proletária e, por conseguinte, da luta proletária de classes exige que nunca incorramos em formalismo ante a questão nacional e que sempre levemos em conta a impreterível diferença de abordagem entre o proletário de nação oprimida (ou pequena) e o de nação opressora (ou grande).

Lenin

Anotações de 31 de dezembro de 1922, tomadas por M. V. (cont.)

Quais as medidas práticas que devem ser tomadas diante da situação que se criou?

Primeira, deve-se conservar e reforçar a união das repúblicas socialistas; dessa medida ninguém pode duvidar. Ela é necessária a nós, bem como ao proletariado comunista internacional para combater a burguesia mundial e defender-se de suas maquinações.

Segunda, precisamos manter a união das repúblicas socialistas no tocante ao aparelho diplomático. A propósito, esse aparelho é formado exclusivamente por quadros de nosso Estado. Nele não foi admitida nenhuma pessoa minimamente influente do velho aparelho tsarista, e todos os cargos, desde os menos autorizados, foram ocupados por comunistas. Por isso, esse aparelho já granjeou para si (pode-se dizer corajosamente) o título de provadamente comunista, purificado dos resquícios tsaristas, burgueses e pequeno-burgueses num grau incomparável e incomensuravelmente maior do que aquele com o qual somos forçados a contentarmo-nos nos demais comissariados do povo.

Terceira, deve-se punir exemplarmente o cam. Ordzhonikidze (falo isso com tanto mais pesar quanto sou um de seus amigos pessoais e trabalhei com ele durante o exílio no exterior), bem como fazer uma investigação adicional ou nova de todo o material da comissão de Dzerzhinski, com o propósito de corrigir a imensa massa de falhas e apreciações tendenciosas que sem dúvida ele contém. A responsabilidade política por toda essa verdadeira campanha nacionalista grã-russa deve ser atribuída, claro, a Stalin e Dzerzhinski.

Quarta, precisamos estabelecer as mais rígidas regras quanto ao emprego das línguas nacionais nas repúblicas não russas [*inonatsionalnye*] que entrarem em nossa união e aplicar essas regras com especial diligência. Não há dúvidas de que sob o pretexto de unificar em nosso país o serviço ferroviário, a arrecadação tributária etc., com o aparelho que temos atualmente, se infiltrarão inúmeros abusos de caráter genuinamente russo. Para combater esses desmandos, é necessária uma destreza especial, sem falar na particular sinceridade dos que aceitarem entrar nessa luta. Será exigido aí um código detalhado, o qual apenas os naturais [*natsionaly*] de cada república poderão redigir com um grau mínimo de êxito. Além disso, deve-se garantir de antemão por todos os meios que, ao fim de todo esse trabalho, retorne-se novamente ao próximo Congresso dos Sovietes, ou seja, que se conserve a união das repúblicas socialistas soviéticas apenas nos quesitos militar e diplomático, e que se restaure em todos os outros âmbitos a plena autonomia de cada comissariado do povo.

Deve-se ter em vista que o fracionamento dos comissariados do povo e o desarranjo do trabalho deles com Moscou e com outros centros podem ser refreados por uma autoridade afinada o bastante com a linha do partido, se ela for empregada com o mínimo suficiente de precaução e imparcialidade; o dano que a ausência de aparelhos para cada nacionalidade [*apparaty natsionalnye*] unidos ao aparelho russo pode causar a nosso Estado é infinitamente, incomensuravelmente menor do que o dano que causará não somente a nós, mas também a toda a Comintern, a centenas de milhões de habitantes da Ásia que esperamos atuarem no futuro imediato como vanguarda histórica depois de nós. Seria um oportunismo imperdoável se desfizéssemos, às vésperas desse protagonismo do Oriente e no início de seu despertar, nossa autoridade nessa região cometendo a menor grosseria ou injustiça para com os próprios não russos [*k nashim sobstvennym inorodtsam*]. Uma coisa é a necessidade de coligarmo-nos contra os imperialistas do Ocidente, que defendem o mundo capitalista; dela não se pode duvidar, e não preciso repetir como eu apoio irrestritamente essas medidas. Outra coisa é quando nós mesmos recaímos, ainda que em detalhes mínimos, na abordagem imperialista para com as nacionalidades oprimidas, assim quebrando completamente toda nossa franqueza de princípios, toda nossa defesa ideológica do combate ao imperialismo. E o dia de amanhã na história mundial será exatamente o dia em que os povos oprimidos pelo imperialismo finalmente começarão a despertar e em que começará a longa e penosa luta decisiva por sua libertação.

Lenin

Entrevista

José Arbex

Entrevista concedida a Pedro Fassoni Arruda

Pedro Fassoni Arruda: Neste Centenário da Revolução Russa, quais as lições que a esquerda em geral e os comunistas, em particular, podem levar para essa nova etapa das lutas de classes?

José Arbex: É uma questão complicadíssima, por implicar um balanço do que foi a Revolução Russa, as suas consequências para o mundo e uma determinada percepção do momento histórico em que vivemos. Obviamente, a discussão sobre cada um desses tópicos, para ser feita com o cuidado que merece, demandaria, por si só, bibliotecas inteiras. Mas, se tiver que dar uma resposta, ainda que bem “panorâmica” e com todos os cuidados implicados, creio que nenhuma questão é tão premente para a esquerda quanto a da democracia. Não me refiro apenas ao exercício da democracia representativa, ao direito formal ao sufrágio universal, ao acesso às liberdades democráticas e aos outros direitos historicamente assegurados pelo estado burguês – mas cada vez menos praticados, até mesmo nos países centrais do sistema capitalista. Penso no exercício pleno e radical da democracia, na perspectiva de Rosa Luxemburgo: “A liberdade apenas para os partidários do governo, apenas para os membros do partido, por muitos que sejam, não é liberdade. A liberdade é sempre a liberdade para o que pensa diferente.” Os grupos e militantes de esquerda, em geral, tendem a ser autoritários, em parte por refletirem as relações sociais inerentes à própria sociedade capitalista brutalizada por séculos de exploração, opressão, racismo, sexismo e tudo o mais que conhecemos, mas em parte também porque a maioria dos grupos e militantes de esquerda alimentam a estranha ilusão de serem portadores de uma suposta “verdade histórica”, agem como se fossem encarnações do trágico Angelus Novus, com a missão de convocar os mortos e os vencidos. Leon Trotsky expressou esse delírio, em 1924 - com o seu extraordinário poder de síntese e brilho habitual -, durante o 13º Congresso do Partido Bolchevique: “Em última análise, o partido está sempre certo, porque é o único instrumento histórico que a classe trabalhadora tem para

a solução de suas tarefas fundamentais. Sei que não podemos ter razão contra o partido. Só podemos ter razão com o partido e através do partido.” Essa ideia é assustadora, mas marcou profundamente a história da Revolução Russa - cuja expressão mais caricatural e impiedosa foi a ditadura de Josef Stalin -, a história da esquerda ao longo do século 20 e persiste até hoje. Mesmo pequenos grupos e seitas incapazes de mobilizar até os amigos para um churrasco acreditam-se porta-vozes da Madame História. E pereça na chama dos infernos quem não aceitar a Palavra. Nada disso contradiz ou elimina, obviamente, o fantástico significado da Revolução Russa, nem muito menos a necessidade de derrotar o capital, mas demonstra um problema que, na minha opinião, é central para a esquerda.



Pedro Fassoni Arruda: Quais os alcances e os limites das experiências socialistas do século XX? O que foi realizado e quais as promessas que não foram cumpridas?

José Arbex: Os tremendos avanços científicos e tecnológicos verificados na União Soviética, apesar do desastre stalinista, mostraram que, na prática, o socialismo é perfeitamente possível, como um sistema capaz de permitir o desenvolvimento vertiginoso das forças produtivas, libertadas das limitações impostas pelo capital. É simples assim. Em quatro décadas, a Rússia passou da condição de um país essencialmente rural para

a de uma superpotência capaz de lançar um satélite, e colocar um ser humano em órbita espacial antes dos Estados Unidos. Soubemos por Yuri Gagarin que a Terra é azul.

Apenas nos primeiros anos da revolução, antes da imposição do Realismo Socialista por Stalin (1934), e antes das perseguições e assassinatos políticos em massa anunciados pelos Processos de Moscou (1936 – 38), a revolução liberou uma energia criadora de imensas proporções e conseqüências em todos os campos das artes e do pensamento. Estamos falando de Vassili Kandinski e Kazimir Malievitch (artes plásticas), Vladimir Maiakhovski (poesia), Vsevolod Meyerhold e Constantin Stanislavsky (teatro), Sergei Einsenstein e Dziga Vartov (cinema) e muitos, muitos outros, sem falar da liberação das mulheres, que ocuparam um papel protagonista, de vanguarda, na própria Revolução de 1917, incluindo algumas militantes importantes do Partido Bolchevique, como Alexandra Kollontai, Nadezhda Krupskaja (mulher de Lênin) e Inessa Armand (francesa que viveu a maior parte do tempo na Rússia, onde manteve relações com Lênin). Esse processo, embora tenha sido abortado e brecado pela ditadura stalinista, demonstra a viabilidade da construção de uma sociedade socialista, que não apenas é possível, mas se demonstra cada vez mais necessária, dada a catástrofe do capital.

Pedro Fassoni Arruda: Quais as principais diferenças entre o pensamento (e a ação política) de Lênin e Stálin?

José Arbex: Numa frase bem sintética: Vladimir Ilitch Lênin foi um revolucionário autêntico, um estrategista genial e um líder político incomparável que, claro, cometeu erros, principalmente em decorrência dos acontecimentos absolutamente dramáticos em que se deu a revolução de 1917, ao passo que Joseph Stalin foi um tirano de aldeia que, por força das circunstâncias históricas foi levado a ocupar o posto antes destinado aos czares. Lênin errou em vários momentos decisivos. Adotou medidas autoritárias, que hoje podem e devem ser questionadas, principalmente as políticas de policiamento e opressão exercidas pelo Partido Bolchevique contra a massa de camponeses russos, especialmente durante todo o período de requisição de alimentos, durante a guerra civil (1918 – 1921) e o massacre de Kronstadt (1921), entre outras. Seus erros, mesmo se não justificáveis, são compreensíveis. Ele era também um homem de seu tempo, moldado pela mentalidade de sua época e refletia, à sua maneira, as contradições da sociedade russa – atrasada, essencialmente rural, extremamente cruel para com o campesinato e a maioria pobre (foi o último país europeu a abolir as relações de servidão). O campesinato nunca foi bem entendido pelas elites russas, das quais Lênin era oriundo, mais ou menos como no Brasil,

onde até hoje a Revolta de Canudos, por exemplo, ainda é descrita como resultado de um mero movimento messiânico e “atrasado”, apesar de alguns estudos importantes mostrarem que foi algo muito mais importante e complexo. Aliás, no que se refere a uma tradição autoritária, a história russa tem muito em comum com a do Brasil, onde persistem até hoje traços do escravismo. Mas é impossível traçar um sinal de identidade, uma equivalência entre os erros cometidos por Lênin no calor da guerra civil e da revolução e as estratégias monstruosas adotadas por Stalin, um sujeito paranoico, vítima de ilusões persecutórias cuja única motivação era deter em suas mãos, a qualquer preço, o controle absoluto do partido e de toda a sociedade soviética, governando exatamente como um czar.

Pedro Fassoni Arruda: Como você enxerga a questão do “socialismo num só país”, o papel da 3ª Internacional na defesa da estratégia da “revolução por etapas” e o fortalecimento da burocracia sob o domínio de Stálin?

José Arbex: A mera formulação “socialismo num só país” é uma idiotice, caso se aceite as premissas de Karl Marx sobre as relações estabelecidas, ao longo da história, entre a evolução dos distintos modos de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. Sem querer ser pedante ou adotar um tom professoral, apenas observo que, para Marx, o socialismo só poderia ser construído sobre os escombros do capitalismo, modo de produção que se instalou em todo o planeta, segundo o processo descrito de modo magnífico pelo Manifesto Comunista de 1848. A unificação do planeta num grande mercado, que deu origem e impulsionou um imenso sistema de trocas de capitais, bens e serviços (ou de trocas materiais e simbólicas) não é um “detalhe”, mas a premissa para a existência do capitalismo. É seu traço mais importante e distintivo, enquanto sistema, se comparado ao que existiu durante mil anos de Idade Média. O capitalismo só pode existir como sistema global, e nisso consiste, aliás, uma de suas grandes contradições, pois, invariavelmente, os interesses de grupos burgueses nacionais – solo fértil de ideologias xenófobas, chauvinistas e racistas - frequentemente se chocam com a necessidade de expansão sem limites do capital. Tais contradições - que muitos acreditavam terem sido superadas pela suposta “transnacionalização” do capital, numa economia conectada por redes - são facilmente perceptíveis, hoje, com a vitória do demente Donald Trump, do Brexit, o desempenho de Marine Le Pen na França, o ressurgimento do nazismo na Europa etc. Justamente por ter unificado economicamente o planeta, a burguesia conseguiu imprimir um tremendo grau

de desenvolvimento das forças produtivas, elevando a níveis inimagináveis as invenções e descobertas científicas. Mas, como previa Marx, notadamente no livro *A ideologia alemã*, o desenvolvimento das forças produtivas é limitado, no capitalismo, pela pressão da necessidade permanente de lucro, transformando-as, no limite, em forças de destruição. Novamente, vemos isso claramente hoje: por mais que o desenvolvimento da ciência e da técnica tenha, por exemplo, aumentado a produtividade agrícola, e por mais que a humanidade em seu conjunto produza muito mais comida do que o necessário para alimentar o conjunto dos 7,5 bilhões de habitantes, há pelo menos 1 bilhão de famintos e subnutridos no planeta. A explicação do aparente “paradoxo” é tão simples quanto cruel: o capital não produz comida, mas sim mercadoria na forma de comida.

Isto é, só come quem tem dinheiro para pagar. A mesma lógica produz devastação ambiental, eleva a temperatura da Terra a níveis inaceitáveis, produz catástrofes sobre catástrofes. Em resumo: a ciência e a técnica, sob pressão do capital, transformam-se em forças destrutivas. Apenas um sistema global orientado por outra lógica pode superar o capitalismo. A premissa básica, portanto, é a da substituição do capitalismo por um outro sistema superior, mais avançado, capaz de englobar o conjunto da humanidade, mas voltado para o bem estar do ser humano, e não para o lucro. Nenhum país, isoladamente, pode cumprir esse objetivo. Ao contrário: qualquer estado nacional que desafie o capital mundial tenderá a ficar isolado e será estrangulado no médio ou longo prazo, precisamente como aconteceu com a União Soviética, a menos que seja apoiado por um processo revolucionário internacional. Já a “revolução por etapas” decorre de uma leitura mecanicista e pobre do que disseram Marx e Engles. Como o Manifesto Comunista descreve um processo histórico evolutivo dos modos de produção (primitivo, asiático, escravista, feudal, capitalista), os “etapistas” afirmam que uma economia deve percorrer essas etapas para reunir as condições para a revolução socialista. Isto é, um país fortemente marcado por relações de produção assemelhadas às do escravismo ou feudais, por exemplo, não estaria pronto para o socialismo. Teria que, necessariamente, passar pela etapa capitalista. Isso é uma imbecilidade que cumpriu um papel trágico. Sob orientação da Terceira Internacional, os Partidos Comunistas foram orientados, em todo o mundo, a fazer alianças com partidos burgueses e setores das “burguesias nacionais” que, supostamente, liderariam a luta anti-imperialista em seus respectivos países, com o objetivo de promover a “revolução burguesa”. Essa foi a base “teórica” da política de sustentação das Frentes Populares, composição orgânica entre o capital nacional e os partidos e organizações dos trabalhadores. Não será possível, no espaço de uma

entrevista, detalhar o desastre que isso significou para milhões de trabalhadores, incluindo comunistas sinceros que se sujeitaram a aceitar alianças espúrias com burgueses locais, em vez de confiar apenas em suas próprias forças. A ideia de uma “burguesia nacional” capaz e desejos de liderar uma ruptura com o imperialismo – proposta que produziu seus impactos também no Brasil - não se sustentou e não se sustenta. A revolução será feita pelos trabalhadores organizados em suas entidades próprias e partidos, ou não será feita. Tampouco se dará por etapas. Deverá englobar, simultaneamente, todos os países, embora cada um deles apresente graus distintos de mobilização e porte características especificamente nacionais. Trotsky resumiu muito bem esse processo: a revolução é nacional na sua forma, mas internacional no seu conteúdo. Justamente a Revolução de 1917 é um exemplo claro disso: ela aconteceu num dos países mais atrasados da Europa, onde o proletariado constituía apenas 2.5% da população economicamente ativa, e onde persistiam relações análogas às da servidão em boa parte do campo. Não aconteceu na Alemanha (onde foram assassinados Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, em 15 de janeiro de 1919), na Inglaterra ou na França, mas na Rússia. Isso significa, apenas, que caberia aos trabalhadores russos a missão de realizar tarefas históricas que, em outros países, foram realizadas pela burguesia. Ponto final. Só que a Revolução Russa teria que contar com o desenvolvimento de um processo revolucionário mundial. A construção do socialismo exige o desenvolvimento de uma revolução em escala planetária, capaz de transformar o mundo numa grande arena de combates incessantes e permanentes. Não é por acaso que Marx e Engels terminam o Manifesto de 1848 com o chamado à unificação do proletariado mundial. Não é simples retórica. É uma necessidade vital, estratégica, condição para a vitória da revolução. Muitos dirão que isso tudo é uma utopia. Não é. Vamos lembrar que no auge da Guerra Fria, o assim chamado “bloco socialista” englobava mais de 1/3 da humanidade. A revolução só não derrotou o capital como decorrência das políticas desastrosas, patrióticas e imperialistas adotadas por Josef Stalin e depois também por Mao Tsetung. Utopia, na verdade, é acreditar que o capitalismo é um sistema viável. Utopia idiota e reacionária, além de tudo. Basta olhar para o mundo e constatar a destruição do planeta e do próprio ser humano.

Pedro Fassoni Arruda: Ainda sobre a teoria da “revolução por etapas”: como isso impactou a teoria e a prática política dos partidos comunistas nos países dependentes (tal como o PCB no Brasil)?

José Arbex: No Brasil, o PCB tentou introduzir a ideia completamente esdrúxula, sem pé nem cabeça, de que seria necessário realizar uma revolução burguesa no país, para liquidar com aquilo que o partido enxergava como “passado feudal”, como premissa para a revolução proletária. Isto é, inventaram um feudalismo que nunca existiu em nossa história, e inventaram uma suposta burguesia nacional revolucionária, que tampouco existiu, à qual os trabalhadores teriam que se aliar para expulsar o imperialismo. Para sustentar essa série de delírios, o PCB alimentou o mito de um Getúlio Vargas completamente comprometido com o nacionalismo e com sólida visão anti-imperialista. Pronto. Encontraram o burguês nacionalista revolucionário. Só que isso nunca passou de miragem. Vargas nunca foi um nacionalista. Foi, no máximo, um industrialista preocupado com a proteção do capital nacional, disposto a barganhar com o imperialismo e articulador de um discurso nacionalista. Acabou aí. Basta lembrar que Vargas, com toda a sua retórica populista, nunca mexeu um milímetro sequer na estrutura fundiária brasileira, até para não contrariar seu instinto de latifundiário de São Borja. Sequer esboçou um plano de reforma agrária. Como alguém pode se pretender nacionalista num país com as dimensões do Brasil, onde o latifúndio se volta para a exportação de commodities, sem um plano que integre de fato o campo à vida nacional? Até hoje, é a pequena propriedade familiar que assegura o abastecimento das famílias. Dito de outra forma, é o pequeno agricultor que coloca o arroz e feijão de cada dia em nossas mesas. O agronegócio é voltado para abastecer o mercado internacional, às custas da exclusão no campo, às custas de nossas reservas em biodiversidade (basta mencionar a destruição do cerrado e do território amazônico pelo agronegócio), às custas de nossa água (com a alienação ao capital estrangeiro de fontes, nascentes e de imensas extensões do aquífero Guarani). Sem acabar com o latifúndio, não haverá um processo genuinamente nacional, mesmo que nos limitados marcos admitidos pelo sistema capitalista. Nenhum país promoveu o processo de industrialização sem antes resolver o problema da terra, seja por meio da reforma agrária, seja por outros meios. No Japão, por exemplo, apesar de ser um país minúsculo, foi necessário extinguir o shogunato, pela dinastia Meiji, para iniciar a industrialização, que só foi deslanchada após 1946, quando o ocupante militar general Douglas MacArthur impôs a reforma agrária. No Brasil, depois de Vargas veio João Goulart, também nascido em São Borja, também latifundiário e amigo íntimo de sua família. Em Jango o PCB encontrou o seu novo herói burguês, e as Reformas de Base seriam o caminho para a revolução socialista no Brasil. Para se ter uma ideia da extensão do delírio, às vésperas de 31 de março de 1964, Luís Carlos Prestes proclamou a famosa sentença segundo a

qual os comunistas já teriam assumido o poder no Brasil. Tudo isso teria um significado meramente folclórico, não fosse o fato de que, por acreditar na efetividade da aliança com a “burguesia nacional”, o PCB e a esquerda em geral abandonaram a necessidade de criar, manter e fortalecer suas próprias organizações, preferindo entregar a direção de tudo aos amigos burgueses. O resultado é que quando aconteceu o golpe, praticamente não houve resistência, com algumas raras e honrosas exceções, como foi o caso de Leonel Brizola, aliás lançado na vida pública por Vargas e genro de Goulart. Tudo em família. Coerente com essa linha, o PCB atacou ferozmente o processo de criação do PT, nos anos 70, por ser “radical”, “esquerdista” e “vanguardista”. Claro. O partidão havia optado pelo guarda-chuva do MDB, que abrigava genuínos revolucionários como o “doutor” Ulysses Guimarães. Óbvio. Nada do exposto aqui diminui a importância histórica, para o bem e para o mal, de Vargas, Jango, Prestes, Brizola e outros. Apenas assinalo os equívocos cometidos a partir da concepção da “revolução por etapas”.

Pedro Fassoni Arruda: Como você caracteriza as experiências da URSS e dos países socialistas do Leste Europeu? Socialismo, Estado operário deformado, capitalismo de Estado?

José Arbex: Descartaria, de início, o “socialismo” e o “estado operário deformado”. O socialismo, como já foi dito, pressupõe um grau mais avançado de organização social, em comparação ao capitalismo. Não é possível sustentar que algo assim foi minimamente alcançado na URSS, nem de longe. É verdade: alguns preços de produtos essenciais foram congelados (como o do pão, dos transportes, de serviços médicos), mas isso nada diz sobre a qualidade dos serviços prestados, nem sobre o acesso a eles. A carência era um dado permanente, em todos os aspectos da vida. Carência de tudo: de bens, de serviços, de locais de lazer. É muito difícil descrever a qualidade da vida diária. Tudo funcionava na base da propina, do tráfico de influências, do mercado negro, do “jeitinho”. Nunca houve democracia na Rússia, a não ser no brevíssimo período que vai da Revolução de 1917 até o início da stalinização, mais ou menos no final dos anos 20. Dez anos de democracia, em 500 anos de uma história brutal, impiedosa, escravista, recheada de massacres provocados por revoltas populares e guerras. Lembra ou não um certo país da América do Sul? E mesmo se houvesse abundância na distribuição, mas restrições às liberdades, dificilmente poderia ser qualificado como socialismo. De nada adianta eu ter a mesa farta, se apenas um partido domina a vida política do país, e se

apenas um secretário-geral controla o próprio partido. O socialismo não é uma fazenda destinada a engordar o gado humano. É um sistema socialmente avançado, solidário. Ou não é. Da mesma forma, descarto o estado operário deformado, simplesmente por não saber do que se trata. O que é um estado operário? Um estado dirigido por operários? E daí? O Brasil teve um operário na presidência durante oito anos, e depois mais cinco de uma presidente que se dizia representante de um partido dos trabalhadores. Isso mudou algo na caracterização do estado brasileiro? Certo, na Rússia houve uma revolução e no Brasil não. Mas a revolução foi abortada e extinta, cedendo lugar à ditadura do Partido Comunista e, mais precisamente, ao czar de plantão, primeiro Stalin, depois Khrushchev, Brejnev e os outros. Qual foi a participação do proletariado na gestão desse estado? Quando sua voz foi ouvida? Entre novembro de 1917 e junho de 1918, Lênin falava com frequência na implantação do “capitalismo de estado”, pensando na experiência alemã. Seria um “estado operário e camponês”, ainda regido pelas leis de mercado, mas em transição para o socialismo. Depois veio a Nova Política Econômica, a morte de Lênin e o stalinismo. O que restou disso tudo? Estado operário deformado? Mas não se sabe sequer o que seria um Estado operário. Em que medida seria distinto de um Estado operário e camponês, como formulou Lênin? Restado o “capitalismo de estado”. Dificilmente se aplica, pois o capitalismo de estado pressupõe a concorrência entre capitais, ainda que sob a tutela e a administração do estado. Não foi isso que aconteceu na União Soviética. Houve o domínio de máfias encasteladas no PCUS que controlavam rigidamente a economia e dividiam o butim entre os burocratas, incluindo a parcela que participava do mercado negro, destinado a burlar as regras que eles mesmos decretavam, só que a preços exorbitantes. Como qualificar esse sistema? Recentemente, entrou na moda a denominação “capitalismo de compadrio”, para designar países em que os negócios são feitos entre amigos, com a benção de outros amigos que ocupam posições estratégicas no Estado. Mais ou menos como as relações entre os irmãos Batista e os políticos brasileiros, com o abençoado capital cedido pelo BNDES. Talvez esse modelo seja mais próximo do que qualquer outro para explicar o que acontecia na URSS, com o agravante de que lá só havia um partido legalizado. Como qualificar o sistema chinês, que, além de tudo, agrega três perfis econômicos distintos: o financeiro (Hong Kong), o industrial (cidades litorâneas, Zonas Econômicas Especiais) e o rural (a China continental). Tenho minhas dúvidas. A economia da Rússia hoje, aliás, é uma extensão do que foi a da URSS, no sentido de que o desmantelamento do sistema soviético significou a entrada em cena das mesmas antigas máfias que controlavam a economia via PCUS, só que agora jogando

abertamente enquanto capital privado, em associação com empresas transnacionais. Nada de novo no front, exceto que agora o jogo é mais aberto, sem passar pela odiosa retórica supostamente socialistas dos burocratas do partido. É engraçado como Vladimir Putin é aplaudido por alguns setores da esquerda como alguém que, de alguma forma, encarna o ideal socialista, ou que resiste ao imperialismo. Só pode ser gozação. Putin representa os interesses dos antigos “capos” do Exército Vermelho e dos setores envolvidos com a segurança do estado, notadamente a KGB. São setores que, num primeiro momento, se sentiram excluídos da divisão do butim, feita por Boris Yeltsin logo após a extinção da URSS, que privilegiou os setores do PCUS mais liberais e diretamente ligados à economia. Putin foi alçado ao poder para reequilibrar o jogo, e está fazendo isso de uma forma muito competente, mas adotando um discurso patrioteiro, chauvinista, homofóbico, patriarcal. Tudo de bom.

Pedro Fassoni Arruda: Qual o balanço que você faz da Glasnost e da Perestroika?

José Arbex: Foi uma tentativa desesperada de promover reformas democráticas que deu errado. A cúpula do PCUS sabia desde pelo menos 1983 que alguma coisa estava muito errada na economia soviética. Naquele ano, o PIB do Japão ultrapassou o da URSS. Quando uma pequena ilha perdida no meio do Pacífico supera a grande potência euroasiática, com uma população de 300 milhões de habitantes e um território equivalente a três vezes o brasileiro, algo vai muito mal. As reformas teriam que existir, mas não estava claro que forma assumiriam, nem o ritmo com que teriam que ser implantadas. Mikhail Gorbachev, arquiteto da glasnost e da perestroika, assumiu em 1985, para se tornar num dos estadistas mais importantes e mais mal compreendidos do mundo. É repudiado pelas esquerdas, por ter supostamente entregue “tudo de bandeja” ao capital, e é saudado pelas direitas por ter supostamente compreendido que o socialismo fracassou. Está tudo errado. Nem uma coisa, nem outra. Gorbachev acreditava ser possível conciliar socialismo com “estado de direito”. Era sincero. Durante os cinco anos em que exerceu o poder, nunca ordenou qualquer prisão ou repressão, nunca adotou medidas na base da “carteirada”, nunca jogou nenhum escândalo para baixo do tapete. Ao contrário. Eu presenciei cenas memoráveis, em que Gorbachev furava os protocolos de segurança para conversar diretamente com manifestantes contra o seu governo. Uma vez, na Lituânia, havia umas 500 mil pessoas em praça pública exigindo a independência da URSS. Alguns manifestantes seguravam uma faixa em que igualavam

Gorbatchev a Stalin. Pois Gorbatchev dirigiu-se aos que seguravam a faixa, no meio de toda a multidão, e começou a argumentar com eles. Explicou quem foi Stalin e tudo o mais. Como resultado, os rapazes guardaram a faixa e cumprimentaram Gorbatchev. Durante cinco anos, houve democracia na União Soviética, pela primeira vez, desde o final dos anos 20. Todas as esferas da vida foram revolucionadas. Todas. Eu poderia, aqui, multiplica exemplos, preencher várias páginas com relatos de como tudo mudou na URSS sob Gorbatchev. Houve um processo real de renovação espiritual e do exercício da liberdade. Isso se refletiu também no Pacto de Varsóvia. Gorbatchev impediu, por exemplo, que Erich Honecker promovesse, em Berlim oriental, uma “solução chinesa”, um banho de sangue contra aqueles que queriam passar para o lado ocidental, resultando na crise que derrubou o Muro de Berlim, em novembro de 1989. Se Gorbatchev tivesse mão dura, poderia ter provocado uma catástrofe de grandes proporções, uma intervenção sangrenta das tropas do Pacto de Varsóvia em pleno coração da Europa. Já imaginou no que poderia ter acontecido? Mas Gorbatchev não fez “corpo mole” por acreditar no fracasso do socialismo. Ao contrário. Ele acreditava que o socialismo era a única solução viável para o mundo, e repetia isso em todos os seus discursos. Mas acreditava que tinha que fazer concessões para poder avançar. Acreditava, com razão, que a sociedade soviética não suportava mais corrupção, desmandos, autoritarismo, arbítrio, ditadura. Achava que seria possível conciliar liberdades democráticas e o exercício da crítica, deixar aflorar todos os ressentimentos e ódios acumulados ao longo de décadas de ditadura e stalinismo, combinando a “glasnost”(transparência política) com a “perestroika” (reestruturação da economia). Apostou tudo nessa estratégia. Não deu certo. Foi sabotado dentro de seu próprio partido, pelos setores mais “duros”, do ponto de vista ideológico, os saudosos do stalinismo, bem representados por Igor Ligatchev, e pelos setores mais liberais, que queriam acelerar o processo de privatização desenfreado, para entregar tudo ao capital, setores representados por Boris Yeltsin, um alcoólatra bufão. Gorbatchev perdeu a guerra dentro de seu próprio partido. Venceram os setores mais reacionários, em associação com o capital.

Pedro Fassoni Arruda: Qual o grande mito construído pelos oligopólios midiáticos dos países capitalistas, em relação à URSS?

José Arbex: O primeiro e mais importante deles: o pânico, o medo de que a URSS era dirigida por um bando de fanáticos ateus que estavam disposto a destruir o

planeta. É risível. Mas é isso que a mídia faz. Como, no mundo contemporâneo, por exemplo, vender a versão e fazer acreditar que o atentado contra as torres gêmeas foi “o maior atentado terrorista da história”. E Hiroxima e Nagasáki foi o que? Um piquenique? E o que foram os milhões de camponeses mortos pelas bombas Napalm no Laos, Vietnã e Camboja? Isso aí não é terrorismo? E o falso pretexto para a invasão do Iraque, em 2003, segundo o qual Sadam Hussein estaria produzindo armas de destruição em massa? Os oligopólios da mídia têm suas próprias agendas e agem motivados por seus interesses, que, não raro, coincidem com os dos senhores do capital. Voltando à URSS: o mito dos loucos ateus destruidores prevaleceu ao longo de toda a Guerra Fria e justificou os bilhões de dólares despejados na corrida armamentista. Também alimentou o mito de que foi o presidente Ronald Reagan que levou ao colapso da URSS, ao ampliar os gastos com armas e assim aprofundar as contradições internas da economia soviética. É muito conveniente esse mito: o neoliberalismo teria destruído a URSS. Pura cascata. A sociedade soviética não entrou em colapso graças à ação deste ou daquele dirigente capitalista, mas sim como consequência de suas contradições internas, especialmente as que foram resultado direto da ditadura stalinista, e por ter sido estrangulada pela lógica do mercado capitalista planetário. Para que isso não acontecesse, teria que ter existido um governo soviético revolucionário, capaz de impulsionar a revolução mundial. Mas aí a história seria completamente outra.

Pedro Fassoni Arruda: Fale sobre a sua experiência na URSS. E como contrapô-la à cobertura jornalística que chegava aos colegas brasileiros, via jornais e emissoras de TV?

José Arbex: Foi uma experiência extremamente interessante, do ponto de vista de alguém que se formou intelectualmente como marxista e teve o raro privilégio de testemunhar, como correspondente do jornal Folha de S. Paulo, os principais eventos que conduziram ao fim da URSS. Vivi em Moscou entre 1988 e 1991, cobri alguns dos principais momentos da perestroika, além da retirada soviética do Afeganistão, a Primavera de Pequim, a queda do Muro de Berlim e outros eventos na Europa e na Ásia. Entrevistei Mikhail Gorbachev, além de outros intelectuais, políticos e ativistas que participaram intensamente do processo de reformas. Tentei transmitir com o máximo de fidelidade ao público brasileiro aquilo que estava acontecendo. Em algumas edições da Folha, cheguei a escrever quatro páginas inteiras num único dia, numa época em que as letrinhas do

jornal eram pequenas (isto é, quatro páginas daquela época seriam quase o equivalente a um pequeno livro, hoje). Minha obsessão era mostrar a complexidade do processo, sua profundidade, a importância e amplitude das questões que ele colocava para a humanidade em seu conjunto. Mas uma andorinha só não faz verão. Prevaleceram as versões mais simplificadas, a ideia de que se tratava de uma luta do bem (o capitalismo) contra o mal (o socialismo e o “atraso”), a ideologia estúpida do “fim da história” proposta por Francis Fukuyama e divulgada em todo o mundo, como propaganda política, pelos principais veículos midiáticos do planeta. Até hoje, o processo permanece mal compreendido. É lamentável, desse ponto de vista.

